

# ENTIDADES DE APOIO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

análise sobre o Circuito Quilombola de Turismo  
Comunitário do Vale do Ribeira (SP)



João Henrique Souza Pires

O livro de João Henrique Pires intitulado *Entidades de apoio e comunidades quilombolas: análise sobre o circuito quilombola de turismo comunitário do Vale do Ribeira* apresenta resultados de pesquisa atual e relevante.

O objetivo principal da pesquisa foi o de analisar as relações existentes entre as Entidades de Apoio e as Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira (SP). As Entidades de Apoio realizam trabalhos e desenvolvem projetos de capacitação, formação, assessoria, assistência técnica e extensão com o objetivo de organização do turismo das Comunidades de Quilombos.

Nesta obra, o autor analisa criticamente os procedimentos teórico-metodológicos de Entidades de Apoio que desenvolvem suas ações com o Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo. Este livro é relevante, pois possui atualidade e, principalmente, porque mostra as lutas das comunidades remanescentes de quilombos pelo reconhecimento e autonomia de seus territórios e de seu modo de vida. As práticas formativas de assistência técnica, que fomentam um turismo voltado para a valorização do território e auto-organização dos sujeitos remanescente de quilombos na região, colaboram com o processo de resistência das comunidades e se contrapõem ao avanço de setores do agronegócio, imobiliário e da mineração sobre as áreas Quilombolas.

O autor apresenta e analisa a luta das comunidades quilombolas pelo seu território aliadas aos projetos alternativos de organização do turismo, que se contrapõem às práticas de turismo mercantilizadas e alheias aos interesses da comunidade local.



CULTURA  
ACADÊMICA  
Editora



**ENTIDADES DE APOIO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS:  
ANÁLISE SOBRE O CIRCUITO QUILOMBOLA DE TURISMO  
COMUNITÁRIO DO VALE DO RIBEIRA (SP)**

JOÃO HENRIQUE SOUZA PIRES



JOÃO HENRIQUE SOUZA PIRES

**ENTIDADES DE APOIO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS:  
ANÁLISE SOBRE O CIRCUITO QUILOMBOLA DE TURISMO  
COMUNITÁRIO DO VALE DO RIBEIRA (SP)**

Marília/Oficina Universitária  
São Paulo/Cultura Acadêmica  
2022



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC  
UNESP - campus de Marília

*Diretora*

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

*Vice-Diretora*

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

*Conselho Editorial*

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Célia Maria Giacheti

Claudia Regina Mosca Giroto

Edvaldo Soares

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -  
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Pelloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

**Auxílio N° 0396/2021, Processo N° 23038,005686/2021-36, Programa PROEX/CAPES**

Fotos da capa: Arquivo pessoal do autor

*Ficha catalográfica*  
*Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC*

---

Pires, João Henrique Souza.

P667e Entidades de apoio e comunidades quilombolas: análise sobre o circuito quilombola de turismo comunitário do Vale do Ribeira / João Henrique Souza Pires. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2022.

277 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-319-9 (Digital)

ISBN 978-65-5954-318-2 (Impresso)

DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-319-9>

1. Quilombolas – Ribeira de Iguape, Rio, Vale (PR e SP). 2. Turismo. 3. Assistência técnica.  
I. Título.

CDD 301.35

---

Catalogação: André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

*Copyright © 2022, Faculdade de Filosofia e Ciências*

Editora afiliada:



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias  
Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

## Agradecimentos

Inspirado em Edson Gomes quando canta “[...] ando sobre a terra, e vivo sob sol, e as, e as minhas raízes, eu balanço, eu balanço, eu balanço [...]”! Primeiramente eu quero agradecer a todos e a todas que de uma forma ou de outra sempre contribuíram e continuam a contribuir com a minha caminhada. Axé pra nós!

Mas para além e de forma muito especial agradeço:

À minha mãe (in memória) que mesmo não tendo a possibilidade de chegar ao fim do ensino fundamental, nunca poupou energia para me ensinar a ler e a escrever as primeiras palavras e a importância dos estudos. LHE AMO DAQUI PRA ETERNIDADE.

Meu pai que mesmo sendo um caboclo rustico sempre foi verdadeiro e respeitoso. Poucos que vieram da onde eu vim tiveram esse privilégio.

Aos meus irmãos (Jesus e Flaviana) que com muita perseverança abriram os caminhos do ensino superior à família. E aos meus sobrinhos Maria Fernanda, José Eduardo e Ana Luiza por me ajudarem a acreditar que o amanhã sempre há de nascer.

A Thaís, companheira de todas as horas que me suporta e me faz bem. Lhe gosto minha Bonitinha.

Ao querido professor Dr. Henrique Tahan Novaes, pela orientação, parceria, compreensão e confiança. *Gracias* por tudo!

A todos os membros do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia que sempre me proporcionaram importantes leituras, profundas reflexões e *calientes* debates.

A professora Dra. Neusa Maria Dal Ri pelas contribuições durante nossa trajetória pela pós-graduação desde o mestrado.

A professora Dra. Fabiana de Cássia Rodrigues (Fabi), ao professor Dr. Julio Cesar Torres e ao professor Dr. Davis Sansolo por aceitarem a participar de nossa banca de qualificação e de nossa banca de defesa da tese que da origem ao presente livro.

Aos trabalhadores da seção técnica de pós-graduação que sempre fizeram o melhor para nos ajudar com todos os perrengues, e a todos os trabalhadores (limpeza, jardinagem, biblioteca, docência, administrativo ...) que contribuem para que a Unesp seja o que ela é, vocês são fundamentais.

Aos camaradinhos do Grupo de Capoeira Os Angoleiros do Sertão por nos fazer compreender a importância de que corpo e mente fazem parte de um mesmo movimento real.

Às camaradas Mel e Claudia por ouvir os nossos gritos e atender as nossas preces, Valeu!

À luta do Movimento Negro, das Comunidades Remanescentes de Quilombos, do Movimento do Trabalhadores Sem Terra, das comunidades tradicionais e de todas trabalhadoras e todos trabalhadores que nunca deixaram de acreditar. Resistência e existência!

Aos quilombolas do Vale do Ribeira, em especial, Dona Diva, Nany, Kauê e Jorlei, do Quilombo Pedro Cubas de Cima, Ivo, Dona Esperança (in memoria) e Seu João, do Quilombo Sapatu, Francis e José Rodrigues, do Quilombo I vaporunduva, Seu Antônio Jorge, do Quilombo Pedro Cubas e Seu Aurico, do Quilombo São Pedro, pelo material fornecido em conversas e, mais ainda, pelo que involuntariamente forneceram, como objeto de investigação.

Aos representantes das diferentes entidades que atuam e atuaram no território, nomeadamente a Irmã Sueli, da EAACONE, a Raquel Pasinato, do ISA, ao Thiago do ITESP, ao Ives, do Instituto Florestal pelo material fornecido em entrevista.

Ao CNPq pelo financiamento da pesquisa que deu origem ao presente livro.

"Eu só peço a Deus"  
"Deixa eu te falar, vim te confessar  
Acho que eu também sou poeta e não aprendi a amar  
Cruzes que eu já carreguei, cada um com a sua é a lei  
Ontem mesmo eu perguntei: "Por que que eu nunca parei? Hein? "  
Quer saber o que me move? Quer saber o que me prende?  
São correntes sanguíneas, não contas correntes  
Não conta com a gente pra assinar seu jornal  
Vocês descobriram o Brasil, né? Conta outra Cabral  
É um país cordial, carnaval, tudo igual  
Preconceito racial mais profundo que o Pré-Sal  
Tira os pobres do centro, faz um cartão postal  
É o governo trampando, Photoshop social  
Bandeirantes, Anhanguera, Raposo, Castelo  
São heróis ou algoz? Vai ver o que eles fizeram  
Botar o nome desses caras nas estradas é cruel  
É o mesmo que Rodovia Hitler em Israel [...]  
É o Brasil da mistura, miscigenação  
Quem não tem sangue de preto na veia deve ter na mão  
Eu só peço a Deus!"

(Eu só peço a Deus, de Renan Inquérito)



## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADI – Ação Direita de Inconstitucionalidade

AIA – Associação Internacional Americana

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANPTUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNCC - Banco Nacional de Crédito Corporativo

CBA – Companhia Brasileira de Alumínio

CBAR - Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CETESP – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CF – Constituição Federal

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CQTVR – Circuito Quilombola de Turismo do Vale do Ribeira

CRB – Confederação Rural Brasileira

CRO - Crédito Rural Orientado

CRQ – Comunidades Remanescentes de Quilombos

CRQVR – Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira

CRS - Crédito Rural Supervisionado

DEM – Partido Democrata

DF – Distrito Federal

EA – Entidades de Apoio

EAACONE – Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira

ECO-92 – Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo

ETA – Escritório Técnico Brasil – Estados Unidos

EUA – Estados Unidos da América

FCP – Fundação Cultural Palmares

FEA - Faculdade de Engenharia de Alimentos

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente

GTTEA - Grupo de Trabalho Turismo e Educação Ambiental

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBC - Instituto Brasileiro de Café

IBD - Instituto Biodinâmico

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia

IDESC - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira

IMB – Instituto Marca Brasil

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISA – Instituto Socioambiental

ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério de Educação e Cultura

MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

MNU – Movimento Negro Unificado

MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragem no Vale do Ribeira

MPF – Ministério Público Federal

MRN – Mineração Rio do Norte

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTUR – Ministério do Turismo

Nepa - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ONG – Organizações não governamental

OMT – Organização Mundial do Turismo

ORNA – Ocupações Rurais não-agrícola

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PA – Pará

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PCQ – Programa Comunidades Quilombolas

PE – Pernambuco

PFL – Partido da Frente Liberal

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNT – Política Nacional de Turismo

PNTRAF – Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

Rede TRAF – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RTC - Relatório Técnico Científico

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SSR – Serviço Social Rural

STF – Supremo Tribunal Federal

UC – Unidade de Conservação

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná



## Sumário

Prefácio   <i>Henrique Taban Novaes</i> .....	17
Introdução .....	21
1 A Reorganização da Luta das Populações Negras e os Remanescentes de Quilombos .....	35
1.1 Entre razões e emoções, a fúria negra ressuscita outra vez.....	35
1.2 Notas sobre o <i>afro-centrismo</i> e o <i>quilombismo</i> .....	42
1.3 O Movimento Negro Unificado (MNU) na luta pelo regime democrático.....	44
1.4 Os remanescentes das Comunidades de Quilombolas.....	53
1.5 Nossos direitos só a luta faz valer: organização, resistência e luta pela posse de suas terras .....	63
2 As Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira..	75
2.1 Um breve histórico dos ciclos e ocupação do Vale do Ribeira .....	75
2.2 As Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira (CRQVR) .....	85
2.3 A saga de um povo .....	87
2.3.1 Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribeira (MOAB) .....	91
2.3.2 Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) .....	97
2.4 Caminhos e percalços na luta pelo território quilombola no Vale ...	99
3 Turismo: História, Contradições e Alternativas .....	118
3.1 Apontamentos iniciais sobre o turismo .....	118

3.2 O turismo no Brasil: dos anos 1990 ao século XXI .....	133
3.2.1 Roteiros do Brasil – <i>Relaxa e goza</i> .....	140
3.2.2 Uma Viagem rumo ao empreendedorismo e a suposta inclusão .	149
3.2.3 O Turismo no Vale do Ribeira.....	159
3.2.3.1 A caminhada e a correria para a construção do <i>Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira (CQTVR)</i> .....	175
4 Entidades de Apoio, CRQVR e Turismo Comunitário .....	195
4.1 O modelo convencional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) .....	195
4.1.1 Uma mirada sobre o papel do ITESP .....	209
4.2 Mediações da resistência de um povo – MOAB/EAACONE.....	216
4.3 Contribuições do Grupo de Trabalho Turismo e Educação Ambiental (GTTEA) .....	227
4.4 As contribuições do Instituto Socioambiental (ISA).....	236
Conclusão .....	250
Referências .....	260

# Prefácio

A história das entidades que apoiaram a luta das comunidades quilombolas finalmente ganhou o seu lugar de destaque. A tese de João Henrique Souza Pires – agora na forma de livro - “Entidades de Apoio e Comunidades Quilombolas: Análise sobre o Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira (SP)” traz uma contribuição decisiva para a compreensão do papel das Universidades Públicas, ONGs e Órgãos do Estado que participaram ativamente da resistência dos quilombos no Vale do Ribeira e a estruturação de um turismo não mercantilizado.

A pesquisa de Pires se insere num quadro mais amplo de pesquisas sobre a história das universidades públicas, em especial das parcelas dos pesquisadores-extensionistas que estão atuando junto aos movimentos sociais organizados.

O tema de Pires é bastante complexo, pois envolve temáticas como a da propriedade comunal, trabalho em remanescentes de quilombos, papel das universidades públicas e outras esferas do Estado capitalista, e ONGs que de alguma forma atuam na contratendência da reforma do Estado.

Ao redor de tudo isso está a temática central: as possibilidades e as contradições do turismo emancipado, sob controle dos quilombolas, onde o capital não penetra seja através de bancos, empresas de turismo, indústria da aviação, trabalho alienado, hotéis de luxo, e enfim um turismo voltado

para a autovalorização do capital e a alienação das camadas altas, médias e até populares.

Pires nos mostra como as esferas fundamentais da reprodução da vida e do turismo nas comunidades estão nas mãos dos quilombolas: seja a apresentação da história da região, as pousadas, os monitores, etc. etc.

É possível um turismo não mercantilizado no momento em que o capitalismo atinge sua máxima mercantilização? Pires nos mostra que sim, sem deixar de observar os limites e as contradições dessa luta pela autogestão territorial, pela preservação de formas de vida anticapitalistas e de um turismo de base comunitária.

Todas essas dimensões que gravitam em torno das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira obrigaram João Henrique Pires a estudar a história do Brasil, a história da resistência dos negros num país que finge ser uma democracia racial e a história das comunidades do Vale do Ribeira.

Num contexto de avanço destrutivo do capital em todas as regiões do país, felizmente o Vale do Ribeira consegue resistir e as comunidades quilombolas são parte dessa história de resistência à destruição das condições de vida na região.

Afirmo no dia da defesa da tese, após a arguição da banca, que para mim o maior problema em questão é o reconhecimento das terras comunais dos Quilombolas. O levantamento feito por Pires é claríssimo: boa parte das terras quilombolas ainda não foi reconhecida de fato, mesmo tendo respaldo jurídico na Constituição de 1988, inúmeras estratégias têm sido usadas pelas classes proprietárias brasileiras para impedir que a propriedade de fato seja reconhecida.

Cabe destacar que muitas entidades de apoio foram fundamentais não só para estruturar o turismo de base comunitária mas também para reconhecer as Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do

Ribeira, em geral no momento de resistência ao avanço das usinas hidrelétricas na região e de “redemocratização” do país.

Nesse sentido, não pode ser menosprezada a luta das comunidades remanescentes de quilombos pelo seu reconhecimento, autonomia de seus territórios e de seu modo de vida, acompanhado de um sistemático avanço de setores do agronegócio, imobiliário e da mineração sobre as áreas quilombolas.

Por último, mas não menos importante, cabe destacar alguns detalhes do autor desta pesquisa: João Henrique Pires é um dos maiores capoeiristas do Brasil, de fala mansa, gingado rápido, tem formado gerações e gerações no Brasil e fora do Brasil. É um dos responsáveis pela disseminação da capoeira na UNESP de Marília. João Henrique também é uma das lideranças educacionais do Movimento Sem Terra no Estado de São Paulo, num país onde a educação ainda é um privilégio. Formou-se em hotelaria, mas optou por estar sempre ao lado dos explorados, e não caiu na “tentação” de ser mais um trabalhador alienado turismo capitalista.

Se você está interessado na história dos quilombos do Vale do Ribeira, no papel das entidades de apoio aos quilombos, na autogestão territorial e no turismo de base comunitária, leia esta bela contribuição de João Henrique Souza Pires, que tive o prazer de orientar e obviamente conviver com ele nas lutas de capoeira acadêmicas para se construir uma tese.

*Henrique Tahan Novaes*

23 de maio de 2022



# Introdução

Segundo a Lei de Diretrizes de Base (LDB) nº 9.394 de 1996, em seu artigo 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A partir dessa compreensão ampla que a própria LDB dá aos processos formativos que abrangem o ensino e a aprendizagem, observa-se, com base em nossa trajetória atuando junto às populações do campo<sup>1</sup>, que, muitas vezes, os processos de ensino e aprendizagem, bem como de formação e de capacitação, principalmente técnico, são realizados por uma variedade de organizações e entidades de apoio.

Desde a reforma do Estado realizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e nos governos Lula-Dilma (2003-2015), os serviços de assistência técnica e extensão no meio rural, até então mais restritos a empresas estatais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), além de passarem a contar com um incremento de *alternativas sócio produtivas* para o campo, também contou com o

---

<sup>1</sup> Após concluir o curso de Bacharelado em Hotelaria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 2008, começamos a atuar com projetos de extensão em comunidades rurais em 2009 pelo Projeto Rede Solidária Agroecológica coordenado pela UNIOESTE. De 2010 a 2013, atuamos em projetos de educação do campo. Entre 2011 e 2014, atuamos no projeto Economia Solidária no Turismo coordenado pela ITCP da UFPR. Entre 2014 e 2017, atuamos no curso pós-médio de Técnico em Agroecologia e, a partir de 2017, temos atuado no curso de ensino técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, ambos coordenados pelo professor Henrique Tahan Novaes, da Unesp.

aumento de entidades de apoio ofertando serviços de capacitação e de formação no meio rural.

Importante destacar que ao longo de nossa pesquisa bibliográfica, mas, principalmente, da pesquisa empírica, constatamos que a atuação da ATER convencional e publica junto às Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira (CRQVR) era bastante frágil e que outras entidades apoio apresentavam papel de maior relevância nos territórios. Nesse contexto, para dar conta da diversidade de organizações que vão surgindo durante o contexto, conveniu-se utilizar a definição de Entidades de Apoio (EA) ou simplesmente entidades.

Há no Brasil uma série de EA que fornecem assessoria tanto no meio rural quanto no meio urbano. Elas são estruturadas ou organizadas por Organizações Não Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), universidades, movimentos sociais, centrais sindicais, fóruns nacionais e estaduais, instituições religiosas, partidos políticos, entre outros.

Diante dessa realidade, o presente trabalho teve como propósito analisar criticamente a relação entre as CRQVR e as diferentes EA que trabalham com serviços de assistência técnica, extensão, formação e capacitação vinculados a organização e ao desenvolvimento de um turismo não mercantilizado nos territórios remanescentes de quilombos localizados na porção paulista da região do Vale do Ribeira.

A partir da eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o turismo foi realçado como uma atividade com potencial para *inclusão social* e como *alternativa sócio produtiva* para uma variedade de segmentos sociais, incluindo as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ). Por influência disso, atividades ligadas à cultura, ao

lazer, à recreação, à preservação ambiental passaram a ser incentivadas por diferentes EA que realizavam ações na região do Vale do Ribeira.

Contudo, considera-se que o turismo convencional se estrutura historicamente e se desenvolve intrinsecamente por meio da mercantilização e do consumo do tempo e do espaço. Em contraponto, as CRQVR se conformaram em torno da propriedade comunal, da *auto-organização* do território, da luta e da resistência contra projetos capitalistas que historicamente ameaçam sua existência e seu modo de vida.

Essa situação que envolve as CRQ e o incentivo e fomento do Estado e de EA para a capacitação e formação de roteiros e atividade turística em seus territórios motivou a formulação do seguinte problema de pesquisa: a relação entre remanescentes de quilombos e as EA que desenvolvem trabalhos de capacitação, formação, assessoria, assistência técnica e extensão contribui em algum nível para criação de um turismo não mercantilizado?

O objetivo geral desta pesquisa é verificar se as ações e as relações entre as EA e as CRQVR contribuíram para a formulação de um turismo não mercantilizado a partir do *Circuito Quilombola de Turismo de Base Comunitária do Vale do Ribeira* (CQTVR). Dessa forma, justifica-se a realização da pesquisa como meio de contribuir com a compreensão sobre a *auto-organização* das CRQVR, sobre a teoria crítica do turismo e sobre as ações e os procedimentos teóricos metodológicos das diferentes EA no território.

Destaca-se também que, como as CRQ se constituíram em um processo de resistência contra projetos capitalistas e de luta para manter seu modo de vida e a propriedade coletiva do território, sua relação com algumas EA sensíveis a sua causa apresenta tendências importantes para o

desenvolvimento de uma atividade turística que não seja puramente exploratória e mercantilizada.

Compreende-se que as formas de produção e reprodução da vida no caso das CRQVR, em vez de serem consideradas *arcaicas*, sinalizam a possibilidade de vida e a utilização adequada da natureza. Isso não significa que devem *estacionar* no tempo, mas podem ser aprimoradas sem destituir suas características principais.

Para tanto, descrevemos e analisamos as relações estabelecidas em torno do CQTVR, composto por seis comunidades de Eldorado, a saber, André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu, e uma de Cananéia denominada Mandira. O *Circuito* foi constituído formalmente entre 2009 e 2013 por meio de um projeto coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA)<sup>2</sup>.

Apesar de ter sido estruturado de forma mais elaborada entre 2009 e 2013, observa-se que as atividades turísticas junto às CRQVR estão inseridas em um processo histórico mais amplo, que envolve a participação de outras entidades que contribuíram e algumas que ainda contribuem com os processos de formação, capacitação, assessoria, assistência técnica e extensão junto às comunidades.

A partir desse universo mais amplo e histórico que abrange uma variedade de entidades que, em algum momento, envolveram-se direta ou indiretamente com serviços de formação, capacitação e assistência junto às

---

<sup>2</sup> O projeto contou com o apoio do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Secretaria da Agricultura Familiar, da Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone), das associações das comunidades quilombolas, das Prefeituras Municipais de Iporanga, Eldorado e Cananéia, do Ministério do Turismo (MTUR), do Ministério de Meio Ambiente (MMA), da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SPPIR), da Fundação Palmares, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Projeto Ecoturismo Mata Atlântica), da Secretária de Esporte e Turismo e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

comunidades, delimitou-se, para fins de análise deste trabalho, além do ISA, que coordenou o processo, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Grupo de Trabalho Turismo e Educação Ambiental (GTTEA) ligado ao projeto Programa Comunidades Quilombolas (PCQ) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) e o Movimento dos Ameaçados por Barragem no Vale do Ribeira (MOAB).

A escolha dessas entidades não se deu de forma aleatória ou por um mero acaso, mas pelo grau de importância que suas ações assumem tanto no processo de *auto-organização* do território, quanto para a formação de uma proposta de turismo diferenciada e não mercantilizada.

Para tanto, como objetivos específicos procuramos:

- a) Analisar a construção e o funcionamento do CQTVR;
- b) Analisar os procedimentos teóricos metodológicos das Entidades de Apoio (EA) que desenvolvem ações de assistência técnica, extensão, formação e capacitação junto ao CQTVR;
- c) Verificar as conquistas, os problemas, as contradições e os desafios presentes na formatação do CQTVR;
- d) Verificar os desafios do CQTVR para a construção do turismo não mercantilizado;

Tendo que investigar uma problemática que envolve diferentes temas e *atores* que se inter-relacionam num determinado tempo e espaço, bem como desenvolver uma escrita que articule os diferentes temas, fizemos pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa empírica.

Por meio da pesquisa bibliográfica, consultamos, selecionamos e analisamos bancos de teses, dissertações, artigos e livros para entender como se deu o processo histórico de mobilização e luta que culminou no direito de propriedade das CRQ. Apesar de esse trajeto de exposição não apresentar novidade empírica e conceitual, a decisão se deu por entendermos que, para realizar a análise da relação entre EA e as CRQVR na proposição de um turismo *diferenciado* em seus territórios, fez-se necessário compreender os condicionantes de sua existência.

Destaca-se a grande dificuldade de encontrar pesquisas sistematizadas sobre a história dos quilombos em um recorte temporal longo, que compreende o período entre pós-abolição no ano de 1888 e a década de 1970. Não se pode afirmar que não existam trabalhos sobre a perpetuação e a situação dos quilombos após a abolição, contudo, com exceção do trabalho de Ramos (1982), apresentado no I Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, não foram localizados outros trabalhos que tratassem da situação dos quilombos no período supracitado. Destaca-se que os estudos marxistas concentraram-se na abordagem da inserção do negro e mestiço na sociedade de classes, produzindo um vácuo nos estudos sobre quilombos e quilombolas. Fato é que o próprio termo quilombo passou a ser utilizado como categoria de análise por antropólogos e cientistas sociais a partir da década de 1980 (ARRUTI, 1997).

Nesse sentido, a análise sobre a questão racial e a integração do negro na sociedade de classes, bem como a organização e atuação do Movimento Negro Unificado (MNU), foram de fundamental importância para compreendermos o levantar das CRQ. Com referência nas análises realizadas por Fernandes (1978; 2017), Leite (2000), Guimarães (2001a; 2001b), Moura (2014a) e Santos (2015), pode-se estabelecer uma linha de compreensão que demonstra que o direito de propriedade conquistado pelas CRQ, em 1988, faz parte de um processo mais amplo de organização

da luta da população negra contra o racismo e pelo direito à terra, no nosso caso.

Em uma totalidade mais ampla e de escala nacional, foi através da organização da luta contra o racismo em torno do MNU e outros movimentos negros locais e regionais, da denúncia do mito da democracia racial e da formulação das concepções do *afrocentrismo* e do *quilombismo* contrariando e revertendo a visão hegemônica sobre o negro no Brasil, que o direito de propriedade das CRQ foi assegurado como Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Sobre as CRQ em si, os estudos apresentados por Carril (1995), Arruti (1996), Andrade (1997), Steil (1998), Baiocchi (2006), Carvalho (2006), Rezende da Silva (2008) e Pinto (2014), foram fundamentais para compreendermos que, em escala nacional, mesmo tendo o direito de propriedade adquirido, foi necessária muita luta e resistência contra projetos capitalistas que ameaçavam os seus territórios e suas territorialidades, e obviamente seu modo de vida. O caso das CRQ que compõem o CQTVR, que faz parte de nosso objeto de pesquisa, não foge a esse dado. Constatou-se que, desde antes da aprovação do Artigo 68 dos ADCT, eles já se encontravam em situação de conflito e de luta pela manutenção de seus territórios, primeiro contra os projetos capitalistas de construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape, e, depois, pela regularização e titularização de seus territórios enquanto remanescentes de quilombos.

A partir dessa análise, constatou-se que a ação de EA ligadas a setores progressistas da Igreja Católica, intelectuais tradicionais no sentido gramsciano, foram de fundamental importância na mediação e formação da consciência que alavancou a organização da luta contra o projeto de construção da barragem de Tijuco Alto e, posteriormente, pela titularidade dos territórios (PINTO, 2014). Tal projeto, além de alargar uma grande

parcela dos territórios remanescentes de quilombos, ainda causaria um grande impacto cultural e ambiental. A análise histórica das CRQVR foi fundamental para entendermos como se deu o processo de luta e resistência no território e pelo território, bem como a conscientização pelo *autorreconhecimento* da identidade de remanescentes de quilombolas, pela defesa de suas terras comunais e pela *auto-organização* de seus territórios.

A respeito das EA, as pesquisas de Fonseca (1985), Caporal (1991), Rodrigues (1997), Novaes (2012), Oliveira (2013) e Pires (2016), foram relevantes para estabelecermos uma compreensão sistematizada da história e das disputas em torno dos trabalhos de extensão, assessoria, capacitação, assistência técnica e formação particularmente para o meio rural. Constatamos que, após a *redemocratização*, principalmente após a virada do milênio, dentro do processo de reforma do Estado, houve um aumento em quantidade e em diversidade de entidades que passaram a executar serviços de extensão, assessoria, capacitação, assistência técnica e formação para as populações rurais. Entre essas organizações e instituições, destacam-se Empresas públicas e privadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Organizações Não Governamentais (ONG's), Instituições de Ensino Superior (IES), Associações, Fundações etc. Mesmo tendo consciência das particularidades e dos interesses diversos que cada uma dessas entidades possui, após um longo tempo de reflexão, no qual buscamos entender esses agentes enquanto intelectuais que têm o objetivo ensinar e transferir conhecimento codificado, tomamos a posição de reuni-las num bloco que denominamos de EA.

Destaca-se que entendemos a função dos trabalhos desenvolvidos pelas EA até pela sua especificidade e tipo de relação estabelecida como de intelectuais, ou seja, aqueles que realizaram a mediação entre as comunidades e as outras forças sociais inseridas no contexto. Nos apoiando em Gramsci (2001), compreendemos que o trabalho intelectual

desenvolvido pelas EA é de suma importância, pois são elas que muitas vezes colocam as comunidades em contato “com a administração estatal ou local (advogados, tabeliões etc.) e por essa mesma função, possui grande função político e social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da política” (GRAMSCI, 2001, p. 23).

Dentre a diversidade de entidades que se insere no processo histórico e estabelece algum tipo de relação com as CRQVR, selecionamos, por grau de importância, para esta pesquisa:

- a) o ITESP, por ser a entidade pública responsável pelo serviço convencional de ATER às comunidades;
- b) o MOAB e a EAACONE, entidades criadas pelos próprios quilombolas e atuantes até os dias atuais;
- c) o GTTEA/PCQ/UNICAMP, pelo seu protagonismo no trabalho com turismo junto as CRQ;
- d) e o ISA, por ter coordenado os trabalhos que formou o CQTVR e pela importância de suas ações junto às comunidades até os dias atuais.

Entre essas, como já dissemos, o MOAB, a EAACONE, o GTTEA/PCQ/UNICAMP e o ISA tiveram maior destaque.

No que se refere à análise do turismo mercantilizado e do potencial do turismo não mercantilizado, dialogamos com Canclini (1983), Krippendorff (2001), Castelli (2001), Dias (2003), Ouriques (2005) e Siqueira (2005). Eles foram fundamentais para delinear e descrevermos a consolidação e a expansão da atividade como prática social e econômica na sociedade capitalista moderna. Compreendido como uma prática social, econômica e um vetor produtor de espaço, empenhamos uma análise crítica primeiro em escala mundial, depois nacional, até chegarmos no caso específico do CQTVR. Nem todos adotam o marxismo

como perspectiva teórica, mas foram fundamentais para a descrição e a análise deste eixo de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi de profunda importância para compreensão das CRQVR, das EA e do turismo e seus impactos sociais, econômicos e espaciais, fornecendo aporte necessário para o desenvolvimento e análise do estudo e dos dados empíricos. Para além dos autores já citados, vários outros, de forma direta ou indireta, contribuíram para compreensão mais ampla sobre as contradições que envolvem o turismo, a luta das CRQVR no território e pelo território, o histórico e as ações e os interesses do Estado capitalista.

Na pesquisa documental utilizamos: a *Agenda Socioambiental de Comunidades do Vale do Ribeira (2008)*; o *Planejamento Territorial Participativo: Relato de Experiências em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira – SP (2012)*, o *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira (2013)*; o livreto *Turismo de Base Comunitária: Circuito Quilombola (2013)*.

Devido a questões mais amplas relacionadas ao tempo, espaço e recursos, a pesquisa empírica foi realizada em três momentos distintos: a primeira em agosto de 2018, com duração de 6 dias; a segunda em novembro de 2018, com duração de 8 dias; a terceira em agosto de 2019, com duração de 6 dias<sup>3</sup>. Foram adotados como procedimentos principais: a) entrevista semiestruturada: com representantes/lideranças das CRQVR e com representantes de EA presentes no município de Eldorado e que atuam nos territórios remanescentes de quilombolas de sua área de abrangência; b) observação direcionada aos remanescentes de quilombolas “como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa

---

<sup>3</sup> Importante destacar que haveria um quarto momento em 2020, contudo, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), não foi possível realizar esse quarto momento.

situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (MINAYO, 2008, p. 273).

O primeiro trabalho de campo (*in loco*) foi realizado no período em que os remanescentes de quilombos organizaram a 11ª Feira de troca de Sementes das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, em agosto de 2018. Sendo uma atividade que reúne a grande maioria das CRQVR, a escolha desse período teve como principal objetivo mapear a situação dos remanescentes de quilombos em relação ao turismo e as EA presentes no território. Essa primeira imersão empírica foi de profunda importância para termos um conhecimento real (mesmo que parcial) e mais apurado da complexidade que é se deslocar no Vale do Ribeira, da grande quantidade de CRQ que existem na região e do quão dificultoso seria visitá-los, pois, além de distante do centro urbano e dos precários serviços de locomoção, ao visitar o quilombo Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, tivemos a percepção de como seus territórios estão localizados em lugares de difícil acesso, ainda nos dias atuais.

A segunda vez que voltamos a campo, em novembro de 2018, foi com a finalidade de realizar as entrevistas com as EA presentes no município de Eldorado. Com foco nas questões relacionadas ao turismo, mas sem perder de vista a totalidade das relações estabelecidas no território, foram realizadas entrevistas com representantes da Diretoria de Turismo do município de Eldorado, da EAACONE, do ISA, do ITESP e da Fundação Florestal.

Na terceira vez que realizamos atividade *in loco*, em agosto de 2019, para além de reestabelecer contato direto com as principais EA que se relacionam com os remanescentes de quilombos, tivemos como objetivo fazer uma incursão pelos territórios remanescentes de quilombos com o motivo principal de apreender como eles vêm desenvolvendo o turismo em seus territórios. Em decorrência do tempo e dos recursos para

deslocamento, conseguimos visitar quatro comunidades (Ivaporunduva, Sapatu, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima) das sete que compõem originalmente o CQTVR.

Para a análise das mediações entre as EA e as relações estabelecidas com o CQTVR, ou seja, das conquistas e dos problemas para a formação de um turismo não mercantilizado e contra-hegemônico, o caminho que se mostrou mais apropriado e utilizado foi o do Materialismo Histórico-Dialético.

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. [...] O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealista da sociedade humana (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Frigotto (1991, p. 78) aponta que, para realizar análise materialista, histórica e dialética, “a investigação deve considerar a concretude, a totalidade e a dinâmica dos fenômenos sociais, que não são definidos à priori, mas construídos historicamente”. Diante disso, seguimos o princípio de que tudo se relaciona numa perspectiva de totalidade histórica formada por relações dialéticas em constante movimento.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos uma breve análise da organização do movimento

negro unificado (MNU), da concepção do *afrocentrismo* e do *quilombismo*, estabelecendo uma releitura positiva sobre a história das populações negras na sociedade brasileira, o contexto de luta que possibilitou a aprovação do Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e da luta dos remanescentes de quilombolas para fazer valer o direito de propriedade das terras que ocupavam.

No segundo capítulo, adentramos à realidade do Vale do Ribeira em sua porção paulista, e os contextos de luta das CRQ na região, bem como das EA que atuaram diretamente com as comunidades na organização e na luta contra projetos capitalistas que avançavam sobre seus territórios, e da formação da consciência para o *autorreconhecimento* enquanto remanescentes de quilombolas.

No terceiro capítulo, o objetivo foi analisar criticamente o desenvolvimento histórico do turismo enquanto uma atividade que nasce, cresce e se desenvolve a partir das transformações e avanços da sociedade capitalista. Para tanto, partimos de uma análise histórica sobre o turismo em escala global, chegando à realidade brasileira, ao Vale do Ribeira e a conformações desenvolvidas pelas CRQVR.

No quarto e último capítulo, apresentamos os procedimentos teóricos metodológicos, bem como as ações das EA que consideramos mais importantes na relação com as CRQVR no sentido de estabelecer uma relação dialógica e de trocas de saberes, em que foi possível articular resistência e sobrevivência para a conformação instrumental, não sem contradições, de um turismo não mercantilizado e contra hegemônico.



# 1

## **A Reorganização da Luta das Populações Negras e os Remanescentes de Quilombos**

### **1.1 Entre razões e emoções, a fúria negra ressuscita outra vez**

Tendo como objetivo entender o processo de organização das Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQ) e suas lutas para conseguir o direito à propriedade de suas terras, houve muita dificuldade de encontrar referências sobre a história dos quilombos no período entre 1888 e a década de 1970.

Não se pode afirmar que não existam trabalhos sobre a perpetuação e a situação dos quilombos após a abolição, contudo, com exceção do trabalho de Ramos (1982) para o I Congresso do Negro Brasileiro em 1950, não conseguimos encontrar outros trabalhos que tratam da situação dos quilombos no período em questão.

Diante desse limite, tomou-se como procedimento para tentar chegar aos remanescentes de quilombos contemporâneos, a organização das lutas das populações negras no período que antecede as mobilizações pela redemocratização e pelo fim do regime de exceção implantado desde 1964 pelos militares.

Nesse sentido, chegou-se ao Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978. Considerou-se que o MNU foi a organização de luta das populações negras mais relevante no processo que marca o fim

da ditadura, a Assembleia Nacional Constituinte e a luta das populações negras no contexto da redemocratização na década de 1980.

Integrando diversas representações políticas e étnico-raciais da cultura afro-brasileira, possivelmente o MNU foi a organização mais avançada na luta do povo negro na época. Nesse sentido, compreende-se que a atuação e as ideias que surgiram em torno dele foram fundamentais na luta da população negra e, conseqüentemente, dos remanescentes de quilombolas.

Fernandes (1978), além de apontar que a questão do negro e do mulato foi assunto inexplorado, ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros no período, considera que as populações negras foram o contingente populacional que teve o pior ponto de partida para integração ao regime social que se formou após a abolição.

Com a abolição da escravatura, uma das preocupações das classes dirigentes era o que fazer com os negros e como não permitir que a população brasileira se tornasse, em sua maioria, negra. Nesse período, destaca-se, particularmente, as teorias racistas do médico Nina Rodrigues (1862-1906), que preconizava um verdadeiro *apartheid* no Brasil (HAAG, 2005).

Inspirado pela eugenia e por um darwinismo social, Nina Rodrigues, em seu livro “As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil”, de 1894, defende que as raças têm diferenças ontológicas e sugere a criação de dois códigos penais diversos, um para a população branca e outro para os negros (HAAG, 2005).

Nina Rodrigues entendia que o país era o que era por causa da miscigenação. Diante disso, nada mais natural do que tentar frear esse processo, separando física e legalmente brancos e negros. Sua teoria

inspirou ideias da melhoria da raça de tal forma que vários médicos defenderam certos hábitos e censuraram outros.

Por outro lado, Silvio Romero (1851-1914), autor de “Histórias da literatura brasileira”, de 1888, defende que a mestiçagem é algo inevitável. Diante disso, entende que “a solução estaria num processo de branqueamento ao longo das gerações, já que não havia mais nada a fazer” (HAAG, 2005, p. 40).

Retomando as teorias de Silvio Romero, Oliveira Vianna (1883-1951) aceita as hierarquias raciais e a eugenia científica do século XIX, acreditando que a queda da fertilidade dos africanos, e a vinda de imigrantes para o Brasil, contribuiriam para branquear, *aranizar* a nação (HAAG, 2005, p. 40).

Para os estudiosos da época, o atraso do Brasil decorria de uma escandalosa mistura de raças, e a miscigenação era tomada como uma imprescindível característica da nossa formação, em uma concepção subjetiva de formação nacional, na qual o que importava era o encontro sexual entre segmentos da população de diferentes raças (HAAG, 2005).

Vai ser Gilberto Freyre que invertendo o discurso hegemônico da época, a miscigenação e a mestiçagem que era a desgraça nacional, passa a ser visto como positivo, como valor social e não como uma decorrência mecânica indesejável, defende uma harmonia social que vai ser música aos ouvidos do governo de Vargas (HAAG, 2005, p. 41).

Inspirada nos estudos de Freyre, a Unesco, no final da década de 1940 e início da década de 1950, elegeu o Brasil como laboratório para o seu projeto de pesquisa sobre as relações inter-raciais, envolvendo diversos

pesquisadores importantes. As pesquisas coordenadas pela Unesco comprovaram que não existia harmonia racial alguma, e o assunto raça era um tópico polemico, um tabu<sup>4</sup>.

Contudo, a ideologia de uma harmonia, de uma democracia racial no Brasil como um forte mito, continuou a ser utilizada pelos discursos hegemônicos, tanto que também a ditadura militar instaurada, em 1964, inspirada nas teorias de Freyre, também explorou as mitologias sobre a confraternização racial no Brasil. Sob a égide da ditadura militar instaurada em 1964, a política externa brasileira se aproximou da África Negra, explorando a ideologia da “democracia racial” e as origens africanas da cultura brasileira. Essa política abriu um campo fértil e contraditório para a atuação da militância negra.

Ao mesmo tempo em que, por um lado, a política dos militares incentivava manifestações culturais afro-brasileiras, por outro, reprimia, quando não exterminava, o ativismo negro que denunciava como mito a ideia de uma “democracia racial” no Brasil (GUIMARÃES, 2001b).

Diante desse cenário de incentivo e repressão, a militância negra e antirracista que denunciava e combatia o discurso governamental, antes mesmo de se integrar em torno do MNU, deu-se de forma mais desimpedida no campo da cultura do que propriamente no campo da política (GUIMARÃES, 2001b).

[...] o patrocínio à ‘cultura afro-brasileira’ gerou, e não apenas na Bahia, mas também no Rio de Janeiro, uma espécie de renascimento cultural

---

<sup>4</sup> Estiveram envolvidos no projeto Unesco Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, René Ribeiro, Marvin Harris, entre outros. O projeto Unesco produziu um amplo inventário sobre o preconceito e a discriminação racial no Brasil que evidenciou uma forte correlação entre cor ou raça e status socioeconômico.

que em muito beneficiou a jovem militância negra em formação. Lélia Gonzalez, por exemplo, cita como fato marcante na formação do MNU a Semana Afro-Brasileira de 1974, patrocinada pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos (Ceea) e pela Sociedade de Cultura Negra da Bahia (Secneb), com uma exposição de arte e cultura negra. Nesse mesmo ano são fundados a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Siba) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro, e a Confederação Baiana dos Cultos Afro-Brasileiros (que se junta à Federação do Culto Afro-Brasileiro, criada em 1946) e o bloco afro Ilê Ayê, em Salvador. Em 1976 é criado nessa cidade o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, e no Rio de Janeiro surgem o Centro de Pesquisas das Culturas Negras e a Escola de Samba Quilombo. Ainda em 1976, em Salvador, duas medidas de governo nos dão a medida exata do que mudava no pacto racial-democrático firmado na era Vargas: primeiro, um decreto do governador da Bahia põe fim à exigência de licença policial para funcionamento de terreiros de candomblé; segundo, a assinatura de um convênio entre a Fundação Pró-Memória, do governo federal, o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA e a Secneb permite a implantação do primeiro currículo multicultural, na escola do Axé Apô Afonjá, ligada ao terreiro de mesmo nome (GUIMARÃES, 2001b, p. 157).

Aproveitando-se das brechas possíveis dentro do regime de exceção, várias entidades negras nas principais cidades do Brasil, por meio das manifestações culturais, buscaram driblar a censura e construir um discurso de afirmação étnica do negro, alternativo ao marketing governamental do *sincretismo* e do *mestiço* (GUIMARÃES, 2001b).

Compondo uma totalidade mais ampla, ligada à própria crise do capital que eclodiu nos países centrais já no início da década de 1970, e que começou a ser sentida com maior intensidade no Brasil no final da década, com os claros sinais do esgotamento do modelo econômico conduzido pelos militares, as problemáticas sociais e políticas não tardaram

a se intensificar. As greves do ABC, em 1979, a reorganização da luta pela reforma agrária, e pelo direito à terra, são exemplos das “novas” mobilizações de lutas que voltam a emergir em meio a repressão e a censura.

As diferentes bandeiras se aglutinaram em torno da luta pelo regime democrático e pelo fim da ditadura. Vários seguimentos da sociedade civil ocuparam as ruas em todo o país, demonstrando insatisfação com o regime militar; questões historicamente reprimidas começaram novamente a aflorar com mais intensidade.

Segundo Nunes (1989), Benevides (1994) e Schiochet (2012), no final da década de 1970, vários segmentos da sociedade se organizaram em torno de diferentes entidades como sindicatos e movimentos sociais pedindo o fim da ditadura militar e a redemocratização do país.

Schiochet (2012) aponta que as contradições e os conflitos que ocorreram em torno das *Diretas Já!* instigaram a organização de diferentes movimentos sociais, tais como: o movimento do custo de vida, o movimento por moradia, o movimento de luta contra o desemprego, o movimento pelo transporte coletivo, o movimento pela saúde, entre outros.

No campo da educação, Dal Ri e Vieitez (2013) apontam que a luta foi conduzida e articulada principalmente pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), que propunha a Gestão Democrática como princípio basilar para a organização da escola pública.

Em meio a essa conjuntura e a esse fervoroso pulsar das mobilizações sociais, e reorganização dos diversos segmentos de classe, também as lutas contra as desigualdades raciais ganharam novo fôlego e organicidade através da consolidação do MNU, em 1978.

Acompanhando o acúmulo das experiências históricas da luta do negro no Brasil e no mundo, em 1978, em um evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, ainda sob o regime militar, a militância negra decidiu por constituir o Movimento Negro Unificado (MNU), um marco na organização da luta contra a discriminação racial no país.

Integrando diferentes grupos étnico-raciais de todo o país, “[...] o MNU não foi um raio em céu azul, nem surgiu fazendo tábula rasa ao passado”. Sua formação e trajetória se estabeleceu em continuidade ao acúmulo histórico das ações dos movimentos negros dos anos 1930 e 1960 (GUIMARÃES, 2001b, p. 156).

O movimento negro ressurgiu, em 1978, como o fez em 1944, em sintonia com o movimento pela redemocratização do país. Em sua agenda política estavam três alvos principais: (a) a denúncia do racismo, da discriminação racial e do preconceito de que eram vítimas os negros brasileiros; (b) a denúncia do mito da democracia racial, como ideologia que impedia a ação anti-racista; (c) a busca de construção de uma identidade racial positiva: através do *afro-centrismo* e do *quilombismo*, que procuram resgatar a herança africana no Brasil (invenção de uma cultura negra) (GUIMARÃES, 2001b, p. 157).

Guimarães (2001a) afirma que a presença de lideranças históricas, como a de Abdias do Nascimento, foi preponderante para o resgate histórico das lutas dos negros no país e pela formação ideológica de duas influências que permearam o Movimento na década de 1980: o *afro-centrismo* e o *quilombismo*.

## 1.2 Notas sobre o *afro-centrismo* e o *quilombismo*

Personalidade histórica na luta contra o racismo, com trânsito internacional, fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN), ligado ao trabalhismo de Brizola e crítico fervoroso da “democracia racial”, Abdias do Nascimento defendeu que a ideia de uma “democracia racial” no Brasil, mais que uma falácia, ajudava a impedir ações antirracistas mais contundentes (GUIMARÃES, 2001a).

Considerado um dos principais intelectuais orgânicos do MNU, mas não o único, Abdias do Nascimento, por meio da problemática da “integração do negro à sociedade de classes” (FERNANDES, 1965), resgatou a herança africana no Brasil e propôs a concepção do *afro-centrismo* e do *quilombismo* (GUIMARÃES, 2001b, p. 157).

(...) o *afro-centrismo* que foi, nos anos 70, uma doutrina muito influente nos meios negros anglo-saxônicos (e não apenas norteamericanos), alimentado principalmente por intelectuais africanos da Nigéria e Gana, radicados nos Estados Unidos. Vem do *afro-centrismo* o projeto de filiar os negros brasileiros a uma “nação” negra transnacional, de cuja matriz teria evoluído a civilização ocidental, cujas raízes mais profundas se encontram no antigo Império egípcio e na presença africana na América pré-colombiana. Trata-se, evidentemente, de um movimento, ao mesmo tempo, de invenção de tradições e reivindicação de um processo civilizatório negro (GUIMARÃES, 2001a, p. 133).

A elaboração da categoria *afro-centrismo* buscou dar um entendimento ampliado de negro, como descendente de africanos, e não somente como pessoas de cor ou com fenótipos negros. A partir disso,

propôs um caráter universalista à luta contra a discriminação racial, configurando-se no caso brasileiro, de uma luta da maioria explorada por uma minoria, e não de uma minoria oprimida pela maioria, como no caso dos Estados Unidos (GUIMARÃES, 2001a).

Por meio da concepção ampliada de negro, bem como do entendimento de raça não só pela pureza biológica, mas em termos de história e cultura, a luta das populações negras nos anos de 1980, além de recusar e combater aspectos culturais vistos como anacrônicos e bárbaros, enfatizou o caráter libertário da cultura afro-brasileira (GUIMARÃES, 2001a).

Aliando radicalismo cultural e político, a ideologia do *afro-centrismo* foi articulada ao pensamento marxista, “[...] principalmente através de sua vertente mais ligada ao nacionalismo brasileiro dos anos 60, fundamentando que a emancipação do negro brasileiro significava a emancipação de todo o povo brasileiro da exploração capitalista” (GUIMARÃES, 2001a, p. 133).

A concepção do *afro-centrismo* articulada a uma compreensão étnico-racial expandida e ao marxismo resgatou o debate da luta de classes à luz do que foi o regime escravagista, com destaque à luta dos quilombolas contra os proprietários, dando origem ao *quilombismo* (GUIMARÃES, 2001a).

Utilizando-se dos aspectos de segregação residencial, exclusão do mercado formal de trabalho e do terrorismo policial, propôs, através do *afro-centrismo* e do *quilombismo*, uma analogia entre a luta do negro brasileiro e a luta contra o *apartheid* na África do Sul (GUIMARÃES, 2001a).

Aproximando por analogia o racismo brasileiro ao sul-africano, “[...] o negro foi definido como trabalhador por excelência, o mais

brasileiro, a parcela mais explorada da sociedade brasileira, a maioria oprimida por uma minoria racista, em grande parte estrangeira” (GUIMARÃES 2001a, p. 134).

Adotando uma compreensão identitária de luta e denúncia do preconceito racial ao longo da história, o *quilombismo* fortaleceu aspectos da crítica anticapitalista e do anti-imperialismo, bem como da luta da maioria oprimida contra a exclusão e o terror operado pelas forças de segurança do próprio Estado brasileiro.

Nesse sentido, compreende-se que o *afro-centrismo* e o *quilombismo* contribuíram para a formação de uma ideologia positiva sobre a história das culturas de raízes africanas no Brasil, e possibilitaram uma conscientização que buscou unificar a luta das populações negras e o antirracismo.

Retomando contradições históricas sobre a “integração do negro à sociedade de classes”, o MNU, além de se colocar na luta antirracista e por direitos às populações negras, também participou ativamente do processo de lutas e mobilizações que marcaram o fim do regime de exceção na década de 1980.

### **1.3 O Movimento Negro Unificado (MNU) na luta pelo regime democrático**

Embora não haja um consenso a respeito da designação movimento social, existe uma concordância de que sua aceção é utilizada para “denominar organizações estruturadas com a finalidade de criar formas de associação entre pessoas e entidades que tenham interesses em

comum, para defesa ou promoção de certos objetivos perante a sociedade” (DALR RI, 2010; DAL RI, 2017, p. 168).

Uma definição simplificada seria a de que movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização. E para Gohn (2011, p. 333), “Uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é que: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” (DAL RI, 2017, p. 168).

Enquanto movimento social gerador de saberes, o MNU e a militância negra nas lutas antirracistas se desenvolveram e avançaram em meio às contradições que envolviam as possibilidades afirmativas de participação do negro na sociedade de classes, nas políticas de Estado e na apropriação institucional da cultura afro-brasileira.

No pleito eleitoral de 1982, algumas militâncias negras tiveram, seja por meio de sua incorporação nas entidades governamentais e estatais, seja pela criação de núcleos nos principais partidos políticos que passaram a absorver demandas e reivindicações levantadas pelo MNU, a *oportunidade de partilhar o poder*:

Em 1982, por exemplo, a prefeitura de Salvador incorpora ao patrimônio histórico estadual o terreiro da Casa Branca, primeiro terreiro de candomblé da Bahia; em 1983 a Secretaria de Educação do Estado da Bahia regulamenta a inclusão da disciplina "Introdução aos Estudos Africanos" nos currículos escolares das escolas públicas de primeiro e segundo graus; em 1984 o governo de São Paulo cria o Conselho de Participação e de Desenvolvimento da Comunidade Negra. Em São Paulo e no Rio de Janeiro era a oposição de esquerda ao regime militar que chegava ao poder e atendia reivindicações de seus aliados negros, na Bahia tratava-se de um movimento de ampliação dos direitos culturais do povo negro, que desde os anos 1960 passara a ser

utilizado e promovido seja para fins da política exterior do Brasil em relação à África, seja para fins de expansão da indústria do turismo no estado (GUIMARÃES, 2001b, p. 158).

A atuação de representantes do MNU no embate político durante o processo de redemocratização do país e durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) colocou a luta contra o racismo e por reconhecimento dos direitos das populações negras em patamares nunca alcançados.

Historicamente relegado a uma servidão invisível e, quando não, devido à rebeldia de segmentos negros radicais, criminalizados e reprimidos pelas forças de repressão do Estado, o MNU, nesse contexto, conseguiu avançar e colocar-se de forma ativa e organizada na luta pela redemocratização do país e na elaboração da nova Constituição Federal.

Apesar do pouco material que retrata de forma sistemática e crítica a atuação do MNU no jogo político do período, que pode ser consequência da histórica invisibilidade que a literatura convencional relega às populações negras, trabalha-se com a hipótese de que, sem a sua participação organizada e consciente, direitos historicamente negados não teriam sido alcançados<sup>5</sup>.

Havendo a possibilidade histórica da participação e da interlocução entre as entidades da sociedade civil e as instituições formais de governo que, talvez, só uma ANC permita, Santos (2015) mostrou que o MNU encaminhou 7 documentos para a ANC tratando da questão do racismo e dos direitos das populações negras.

Com base nesses documentos, Santos (2015) observou que, naquele contexto, em particular na formulação de sugestões, os limites de

---

<sup>5</sup> Destaca-se, particularmente, o direito de propriedade das comunidades remanescentes de quilombolas e o reconhecimento e proteção das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

raça extrapolavam o sentido estrito e incorporavam outras variáveis sobre a condição de vida das populações negras, pobres e periféricas.

Parlamentares como Benedita da Silva (PT-RJ), Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Edimilson Valentin (PT-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Florestan Fernandes (PT-SP), participantes da ANC, e sensíveis ao problema do racismo e das populações negras, foram fundamentais no embate contra as alas conservadoras e contribuíram para que as demandas do MNU não fossem relegadas ao segundo plano (SOUZA, 2013; SANTOS, 2015).

Em meio a esse cenário de intensa complexidade, com mobilizações dos diferentes segmentos sociais e de classe, a Constituição Federal, promulgada em 1988, apresentou um processo novo na legalidade da participação da população negra no Estatuto brasileiro.

Sob a pressão da luta do MNU e das forças progressistas, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), pela primeira vez, após 100 anos da aprovação da Lei Áurea, reconhece às Comunidades Remanescentes de Quilombolas (CRQ), que estivessem ocupando suas terras, o direito definitivo de propriedade.

Além do Artigo 68, também o inciso IV do Artigo 3º, o inciso VIII do Artigo 4º, o inciso XLII do Artigo 5º, e o inciso XXX do Artigo 7º, conforme reprodução abaixo, apresentaram cláusulas importantes para o combate e a criminalização do racismo:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

*IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;*

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

*VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;*

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

*XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;*

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

*XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.*  
(SANTOS, 2015, p. 19-20).

Suponha-se que, num país conservador e autocrático como o Brasil, que historicamente perseguiu, reprimiu e criminalizou os negros e suas manifestações, conquistas, mesmo que no plano jurídico-constitucional, não seriam possíveis sem a ação direta dos diferentes representantes do MNU.

No plano da preservação do patrimônio cultural e da história afro-brasileira, destacam-se, também, os parágrafos 1º e 2º do Artigo 215, o parágrafo 5º do Artigo 216, e o parágrafo 1º do Artigo 242, que preconizam:

Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 5º – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Art. 242 - O princípio do art. 206, IV, não se aplica às instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação desta Constituição, que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.

§ 1º – O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro (SANTOS, 2015, p. 19-20).

Considera-se que os direitos conquistados na Carta Magna de 1988 representaram um avanço de organização e consciência do MNU, no sentido em que reafirmam e unificam a cultura afro-brasileira positivamente, revertendo aspectos estereotipados e racistas que subjugarão as populações negras ao longo da história.

Com o *quilombismo* e o *afro-centrismo*, o discurso negativo sobre o negro foi criticado, combatido, transformado e reinscrito por meio de uma compreensão ampla e histórica, que resgatou a presença do negro na luta contra o escravismo, contra o racismo e contra as desigualdades a que foram historicamente submetidos.

Dessa forma, considera-se a hipótese de que os direitos conquistados pelas populações negras na Constituição Federal (CF) de 1988 são frutos da luta organizada e do avanço da consciência do MNU, bem como das diferentes entidades políticas e sociais sensíveis à problemática racial no Brasil.

Contudo, entende-se que, apesar dos direitos conquistados com a CF, os caminhos para que esses sejam normatizados dependem do grau de consciência, força, mobilização e ação que as entidades políticas e os movimentos sociais demonstrarem no horizonte do período democrático que se abriu nos anos 1990.

Com ampla dedicação aos estudos sobre a formação da sociedade brasileira, e sobre a questão do negro na sociedade de classes, Fernandes (2017), apesar de considerar importantes os direitos conquistados, apontou limites para o fato de estes acarretarem mudanças pontuais, e não estruturais.

Fernandes (2017) defendeu que, tendo a ANC aberto espaço para a criminalização do racismo, era preciso avançar mais; considerava necessário construir uma proposta que aglutinasse os negros e os de baixo num amplo movimento radical de rebeldia coletiva. O autor, que também foi deputado federal constituinte pelo PT (Partido dos Trabalhadores), eleito pelo estado de São Paulo, entendia que a questão do racismo contra as populações negras era um problema social e racial simultâneo, além da pior herança do regime escravagista, que indicava a persistência de uma sociedade hipócrita e autocrática.

Defendeu que os Negros, assim como os Índios, deveriam ter um estatuto próprio na Constituição. Diante disso, redigiu a proposta de uma emenda constitucional “Título VIII, Da ordem social, Capítulo IX, Dos negros”, justificando que “se quisermos possuir uma República

democrática temos de atribuir ao negro, como indivíduo e coletividade, um estatuto democrático” (FERNANDES, 2017, p. 156).

Contudo, seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), “[...] não o entendeu ou não o entendeu por inteiro ou não concordou por divergir”, terminando a proposta por naufragar (MOURA, 2014a, p. 5).

Com a reabertura democrática institucionalizada, e a eleição de Fernando Collor de Melo, que assumiu a presidência em 1990, constata-se que o caminho para combater o racismo, construir políticas afirmativas, realizar o reconhecimento e a titularidade dos territórios quilombolas ainda teria que ser pavimentado.

Guimarães (2001b) apontou que, com a institucionalização da nova ordem jurídica que passou a vigorar a partir de 1988, bem como com a reforma do Estado que foi realizada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a militância negra, que antes se congregava em torno do MNU, dos partidos políticos, sindicatos e algumas entidades estatais, passaram a atuar mais livremente no denominado *terceiro setor*, como no caso dos remanescentes de quilombolas do Vale do Ribeira em torno da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), como veremos nas seções 2 e 4.

Ressalta-se que tal situação não significou que o MNU deixou de existir, ou que a militância negra perdeu espaço nos partidos políticos e entidades estatais; ao contrário, a partir de 1995, amplia-se o recrutamento de negros pelos órgãos federais e a proliferação de militantes do movimento negro em entidades independentes da sociedade civil (GUIMARÃES, 2001b).

Entretanto, apesar de algumas reivindicações serem rapidamente absorvidas por parte do Estado brasileiro, em particular aquelas que cabiam

dentro da matriz de nacionalidade “cujo teor é o sincretismo das três raças fundadoras” (GUIMARÃES, 2001a, p. 135),

[...] a partir da compreensão muito peculiar da multirraciedade e do multiculturalismo como síntese (à maneira freyreana), e não como convivência entre iguais (à maneira norte-americana), que os brasileiros passaram a aceitar algumas teses do movimento negro, tais como o respeito às tradições e às expressões culturais de origem africana e à estética negra. O fato é que também o estado brasileiro foi ágil em responder nesse diapasão, através da criação de fundações culturais (a Fundação Palmares, por exemplo), criação de conselhos estaduais da comunidade negra, incorporação de símbolos negros (como a transformação de Zumbi em herói nacional e o reconhecimento oficial do 20 de novembro como o Dia do Negro); desenvolvimento de legislação mais apropriada de combate ao racismo (a Constituição de 1988 e as leis 7.716 e 9.459, que regulamentam o crime de racismo); modificação do currículo escolar, em alguns municípios onde a pressão e a presença negra são mais fortes, para permitir a multiculturalidade (GUIMARÃES, 2001a, p 159).

Demandas e reivindicações que dizem respeito a políticas afirmativas e inovadoras de combate às desigualdades raciais, de renda e de acesso ao serviço público de qualidade, por exemplo, enfrentaram resistência por parte das classes dirigentes e por segmentos conservadores da sociedade civil (GUIMARÃES, 2001a).

A respeito do direito à propriedade das comunidades remanescentes de quilombolas, foram necessários mais 15 anos de lutas e mobilizações até que, em 2003, o governo federal publicasse o Decreto nº 4887/03, que, finalmente, estabeleceu os procedimentos técnicos legais para demarcação e titulação do território.

## 1.4 Os remanescentes das Comunidades de Quilombolas

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) outorgou “aos remanescentes das Comunidades de Quilombolas que estejam ocupando suas terras, reconhecimento e propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 2016, p. 160).

Destaca-se que o Artigo 68 teria sido incorporado ao ADCT no apagar das luzes. Isso se deu pela mobilização e luta do Movimento Negro, mas, também, devido à falta de conhecimento dos constituintes acerca do número, situação e localização das CRQ no país (ARRUTI, 2006; REZENDE DA SILVA, 2008).

Embora esse dispositivo legal representasse um grande avanço, uma conquista para o Movimento Negro do país, e para as CRQ em particular, vários empecilhos foram colocados para atrasar, quando não barrar, o caminho para a regularização da lei.

Diante disso, ao analisar o andamento dos processos de titulação, observa-se que esse pouco avanço se dá conforme a sensibilidade dos governos em exercício e do grau de mobilização e forças que as CRQ e movimentos sociais têm para fazer com que o direito conquistado seja formalizado.

Além da histórica oposição dos grandes latifundiários e representantes do grande capital, outras questões, como os diferentes domínios legais sobre a localidade das CRQ, sendo que algumas são terras devolutas dos diversos estados da federação, outras estão em domínio de empresas particulares e estatais, e outras tantas estão sob o domínio de Unidades de Conservação (UCs), também demonstram a complexidade do processo (REZENDE DA SILVA, 2008).

Votado e aprovado como parte dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e não como uma obrigação permanente do Estado, infere-se que a visão que predominou nesse processo foi a de transitoriedade da situação, que vê o país em processo de embranquecimento. “Diversas tentativas de regulamentação da lei, feitas em 1995, 1997, 1998 e 1999 indicam a premência que tem a aplicação do artigo 68 do ADCT, mas até o momento, todas elas esbarraram [...] no sujeito do direito e nos procedimentos de titulação, responsabilidades e competências” (LEITE, 2000 apud REZENDE DA SILVA, 2008, p. 69).

Vale dizer que, com a aprovação do Artigo 68 como ADCT em 1988, outorgando o direito de propriedade aos remanescentes de quilombos, além de marcar o nascimento de um *novo* sujeito político, resgatou um núcleo organizativo historicamente ocultado: o quilombo.

Fruto de um legado histórico de criminalização, quando não de invisibilidade, apesar do avanço, tanto o Artigo 68, quanto a própria questão racial e a situação do negro, não tiveram as discussões e os aprofundamentos necessários para atacar no cerne a pior herança do regime escravagista brasileiro, como destacou Fernandes (2017).

Frente a esse cenário, além de contar com os interesses contrários dos latifundiários, os poucos estudos mais profundos e sistematizados sobre as organizações quilombolas no pós-abolição, e a própria questão racial, geraram a problemática conceitual sobre quem eram e são os remanescentes de quilombos.

No campo dos estudos raciais, Arruti (1997, p. 13) aponta que, entre a década de 1970 e a década de 1980, ocorreu uma mudança na abordagem sobre a “[...] identidade negra assumida pelo grupo ou atribuída pelo pesquisador, entre populações eminentemente camponesas”.

Num primeiro momento, os estudos sobre “[...] comunidades rurais que apresentavam a particularidade de serem negras, eram tratadas como exemplos institucionalmente isolados [...] sem perspectiva comum aparente”. Já a partir da década de 1980, ocorre uma inversão da questão, e uma série de estudos interligados operando o conceito de etnicidade, que trabalham com “comunidades negras que tinham a particularidade de serem camponesas” (ARRUTI, 1997, p. 13).

Com o Artigo 68 na do ADCT na CF de 1988, as demandas “[...] originadas na luta política levaram a uma aliança forçada com perspectivas até então apartadas, impondo aos estudos etnográficos sobre comunidades rurais negras a literatura histórica sobre quilombos e vice-versa” (ARRUTI, 1997, p. 13).

Abrindo um campo novo para estudos, poucas bibliotecas utilizavam o termo *quilombos* como chave de entrada em seus fichários, demonstrando a estranheza e a dificuldade para se repensar e reclassificar os antigos estudos sobre comunidades rurais negras em termos de CRQ (ARRUTI, 1997).

Os antigos quilombos, pequenos ou grandes, estáveis ou de vida precária, que foram a unidade básica de resistência do escravo e símbolo da luta contra o regime servil que se formou em qualquer região em que existia a escravidão (MOURA, 1981, p. 87), foram resgatados após 100 anos de ocultamento como chave para o entendimento das comunidades negras rurais.

Compreende-se que, durante o regime escravocrata, os quilombos e a luta dos quilombolas representaram a contradição produtiva essencial na estrutura do regime servil que só perdeu sua centralidade com a aprovação da Lei Áurea e abolição da escravidão das populações negras em 1888.

Com a abolição do regime escravocrata em 1888, e a Proclamação da República no ano seguinte, os antigos quilombos, quando não atacados ou criminalizados, foram sendo extintos da literatura como se tivessem simplesmente desaparecido com a aprovação da Lei Áurea.

Considerando que as classes dirigentes tinham um claro empenho em resolver o dilema de embranquecer a população, entende-se que essa displicência com a história e as experiências do que foram os quilombolas no regime escravocrata, e sua perpetuação ou não no pós-abolição, não se deu por mero acaso.

Sob a problemática de como embranquecer o país, o racismo contra as populações negras e suas manifestações não deixou de existir com a abolição; ao contrário, manifestações da cultura negra, como a capoeira<sup>6</sup> e as religiões de origem afro-brasileira, por exemplo, só deixaram o Código Penal mais de 40 anos após a abolição.

Resistindo a um histórico de invisibilidade, quando não, do estereótipo de bárbaro, a história dos quilombolas é resgatada e ressignificada na década de 1970 por meio do *quilombismo* e do *afrocentrismo*, concepções formuladas por intelectuais negros de grande influência ideológica na atuação do MNU.

A construção de uma identidade racial positiva por meio do *afrocentrismo* e do *quilombismo*, resgatando e ressignificando a herança africana no Brasil (invenção de uma cultura negra), como apontou Guimarães (2001b), influenciaram a consciência e a atuação do MNU e de seus

---

<sup>6</sup> Criminalizada pelo Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890 (promulgado pelo Decreto nº 847, em 1890), em seu artigo 402, inserido no capítulo XII, intitulado Dos vadios e Capoeiras, foi descriminalizada em 1936 pelo presidente Getúlio Vargas. Em 2008, a capoeira foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e em 2014, a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) declarou a roda de capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

representantes na luta pela aprovação do Artigo 68, pela criminalização do racismo, e por garantia de direitos às populações negras.

Depois do ano de 1988, no entanto, acontecimentos externos aos debates propriamente acadêmicos irão interferir na produção antropológica voltada para os chamados ‘estudos raciais’, no sentido de incentivá-la e de alterá-la. Nesse ano, o ‘Artigo 68’ das disposições transitórias criou a possibilidade de se reconhecer às ‘comunidades remanescentes de quilombos’ o direito sobre as terras que ocupam e, apesar de ainda não se ter lhe dado uma definição jurídica e institucional, seus efeitos sociais se fizeram sentir quase que imediatamente, pela mobilização de ONG’s, aparelhos de Estado, profissionais de justiça e setores da área acadêmica, entre outros, nem sempre, todavia, em perfeito acordo, mesmo quando imbuídos de uma perspectiva política comum. (ARRUTI, 1997, p. 13).

Utilizado para resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico em que a descendência não parece ser um laço suficiente, o termo remanescente foi empregado no Artigo 68 em semelhança à situação utilizada para descrever as comunidades indígenas do Nordeste ao longo da década de 1930/40 (ARRUTI, 1997).

Porém, apesar da semelhança, Arruti (1997, p. 22) aponta que:

Se entre os indigenistas o termo serviu para relativizar, na prática (ainda que por caminhos tortuosos, que acabavam por reafirmar a crença no modelo), o exótico, o isolamento, a continuidade de uma carga cultural homogênea e autônoma, no caso das comunidades negras rurais, ou melhor, para a representação que se passa a fazer delas, seu emprego pode significar justamente a afirmação ou produção dessas ideias.

Principalmente porque, a partir da década de 70, quando a renovação historiográfica se voltou para os Movimentos populares e para a ‘história dos de baixo’ e da sua ‘resistência, a retomada do tema dos quilombos transformou-os em símbolos da recusa absoluta à ordem escravocrata, oligárquica e, em alguns casos, do próprio capitalismo. Ao serem identificadas como ‘remanescentes’, aquelas comunidades em lugar de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, aos misticismos e aos atavismos próprios do mundo rural, ou ainda os que, na sua ignorância, são incapazes de uma militância efetiva pela causa negra, elas passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, dando ao termo uma positividade que no caso indígena é apenas consentida.

Nesse sentido, Arruti (1997, p. 19) revela que, nos “remanescentes de quilombos”, a presença de “novos” sujeitos e de novas figuras jurídicas correspondeu a novas unidades de ação social, através de uma “[...] maximização da alteridade que por um lado subverte a indistinção e por outro intensifica a comparabilidade”.

Compreendeu-se que as CRQ não são necessariamente uma reprodução original dos quilombos do passado, visto que as terras ocupadas quase 100 anos após abolição provêm de origem diversa. A utilização do termo “remanescente” abriu a possibilidade para que esses grupos ocupassem um novo lugar no campo político, social e cultural (ARRUTI, 1997, p. 23).

Dessa forma, o termo não deve ser compreendido como sobras de antigos quilombos presos por fatos passados e prontos para serem identificados, mas “através da seleção e recriação de elementos da memória, de traços culturais que sirvam como os “sinais externos” reconhecidos pelos mediadores e o órgão que tem a autoridade de nomeação” (ARRUTI, 1997, p. 23).

As diferenças que podiam até então distingui-los da população local na forma de estigmas passam a ganhar positividade, e o próprio termo ‘negro’ ou “preto”, muitas vezes recusados até pouco tempo antes da adoção da identidade de remanescentes, passam a ser adotados. As fronteiras entre quem é e quem não é da comunidade, quase sempre muito porosas, passam a ganhar rigidez e novos critérios de distinção, genealogias e parentescos horizontais passam a ser recuperados como formas de comprovação da inclusão ou não de indivíduos na coletividade. Ao mesmo tempo, a maior visibilidade do grupo lhe dá uma nova posição em face do jogo político municipal e, por vezes, estadual. Enfim, a adoção da identidade de remanescentes por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa própria realidade (ARRUTI, 1997, p. 23).

Sem precedentes anteriores, com o marco do Artigo 68, os denominados remanescentes de quilombolas surgem como “novos atores políticos” que, além de precisar de mais especificidades sobre quem de fato são, abrem discussões para criar processos jurídicos e os mecanismos necessários para que os preceitos constitucionais pudessem ser cumpridos (ARRUTI, 1997).

No plano institucional, foi a Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão do governo federal cuja criação foi autorizada pela Lei nº 7.668/88, e materializada pelo Decreto nº 418/92, que ficou encarregada de promover a cultura negra e praticar as medidas para efetivação do Artigo 68 (SUNDFELD, 2002).

Apesar da rápida resposta do governo em relação à competência para implementar as medidas necessárias para o Artigo 68, no plano prático, a ação não se manifestou com a mesma intensidade, além das dificuldades conceituais e jurídicas, a lentidão do processo burocrático não ajudou no processo.

Frente a essas complicações conceituais e jurídicas, o Ministério Público Federal (MPF), que já enfrentava demandas de CRQ que reivindicavam o reconhecimento de seus territórios, solicitou à Associação Brasileira de Antropologia (ABA) um estudo mais aprofundado sobre o tema.

A ABA, atendendo ao pedido do MPF, constituiu um Grupo de Trabalho e realizou estudos sobre Comunidades Negras Rurais. A partir dos estudos realizados, a ABA apresentou, em 1994, um entendimento de que os remanescentes de quilombos são “[...] toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (SUNDFELD, 2002, p. 67).

Segundo Leite (2000) e Rezende da Silva (2008), tal definição buscou uma compreensão dinâmica de cultura e crítica às concepções que viam os quilombolas como populações homogêneas, estáticas e isoladas.

Assim, mais que uma herança que ultrapassou o tempo, “[...] os remanescentes de quilombos deveriam ser pensados em suas diferentes formas como experiências historicamente situadas na formação social do país, que na luta por sua existência desenvolveram identidades próprias” (REZENDE DA SILVA, 2008, p. 80).

Mesmo com a definição da ABA, e apesar das tentativas em 1995, 1997, 1998 e 1999, como afirma Leite (2000), a aplicabilidade da diretriz constitucional, além da oposição dos diferentes interessados que eram contrários aos direitos dos quilombolas, esbarrava em outras problemáticas relacionadas ao sujeito de direito, aos procedimentos de titulação, na responsabilidade e competências (REZENDE DA SILVA, 2008).

Frente às indefinições e demora nos processos por parte do governo federal, alguns estados, como Pará e São Paulo, buscando solucionar as

demandas dos remanescentes de quilombolas que entravam na justiça solicitando o reconhecimento de seus territórios, iniciaram procedimentos para referendar o Artigo 68 do ADTC, e conferir-lhes o direito à propriedade (ANDRADE, 1997, p. 35).

O caso das Comunidades de Boa Vista, Água Fria e Pacoval, no Pará, que nos anos de 1995 e 1996 conquistaram junto à representação regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no estado do Pará o título de propriedade coletiva inalienável, representou um marco para o reconhecimento e a titulação de áreas quilombolas em terras devolutas da União (ANDRADE, 1997).

Sob essa influência, o estado do Pará, antecipando-se ao próprio governo federal, alguns anos depois, em 1999, instituiu o Decreto Estadual nº 3.572, no qual estabeleceu providências e competências para Reconhecimento e Legitimação de Terras dos Remanescentes das Comunidades Quilombolas.

O estado de São Paulo, já enfrentando demandas dos quilombolas, particularmente do Vale do Ribeira, região com maior número de quilombos no estado, por meio do Decreto nº 40.723/96, criou um Grupo de Trabalho com o objetivo de fazer proposições visando à plena aplicabilidade dos dispositivos constitucionais do Artigo 68 (ANDRADE, 1997).

O Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto 40.723/96 foi integrado por representantes da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Secretaria de Meio Ambiente, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Governo e Gestão Estratégias, Secretaria de Cultura, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), Conselho de Participação e Desenvolvimento da

Comunidade Negra do Estado de São Paulo, Subcomissão do Negro, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo e Fórum Estadual de Entidades Negras (ANDRADE, 1997, p. 17).

Além do Pará e de São Paulo, outros estados, como a Bahia, o Maranhão, o Mato Grosso do Sul, o Piauí e o Rio de Janeiro, com o decorrer dos anos, também tomaram providências para estabelecer as competências para os processos de reconhecimento e de titulação dos territórios remanescentes de quilombos.

Apesar do aparente avanço em relação ao âmbito federal por partes desses estados que se empenharam em estudos e na construção de instrumentos para a titulação de terras para as CRQ, a lentidão no âmbito federal dificultava avanços mais significativos no processo.

Comprobatório dessa lentidão no âmbito federal, pode ser evidenciado no fato de que os procedimentos de concessão e regularização das terras remanescentes de quilombos só foram definidos em 2003, a partir do Decreto nº 4887, ou seja, 15 anos após a aprovação do Artigo 68 do ADCT.

Nessa mesma lógica de morosidade, somente em 2009, o INCRA, organismo federal responsável pelo processo de titulação, publicou a Instrução Normativa 57, com os procedimentos do processo administrativo para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração<sup>7</sup>, titulação e registro das terras ocupadas por CRQ.

---

<sup>7</sup> Ato ou efeito de retirar de um imóvel quem dele se apossou ilegalmente ou sem autorização do proprietário. Frequentemente, o termo se refere à retirada de ocupantes ilegais de áreas reconhecidas e regularizadas como sendo terras indígenas, reservas ambientais, territórios quilombolas ou de outros povos e populações tradicionais.

## **1.5 Nossos direitos só a luta faz valer: organização, resistência e luta pela posse de suas terras**

Em sua maioria ocupando áreas de difícil acesso e ricas em recursos minerais e vegetais, as antigas comunidades negras rurais espalhadas por quase todo o território nacional já enfrentavam, em algum nível, conflitos e ameaças sobre as terras que viviam antes de serem reconhecidas como remanescentes de quilombos.

É nesse histórico de conflito e luta que questões ligadas à cultura e à origem comum passam a ser tematizadas e objeto de reflexão em diversas comunidades. Nessa conjuntura, a assunção da identidade de remanescentes passa a ser reconhecida como instrumento de luta privilegiada para resistência em suas terras e manutenção de seu modo de vida (ARRUTI, 1997).

Vários são os casos de violência e insegurança em que as antigas comunidades negras rurais viviam quando da aprovação do Artigo 68. Contudo, mesmo após a garantia de propriedade sobre as terras que ocupavam, o pouco avanço no processo de titulação se deu mais pela pressão dos quilombolas do que pela vontade do governo.

Diante disso, a presente subseção teve como objetivo apresentar um pouco das lutas que algumas comunidades negras rurais vinham empreendendo desde antes da aprovação do Artigo 68, bem como a composição e a organização das CRQ para fazer valer o direito adquirido.

Como casos emblemáticos e mais conhecidos da situação de conflitos e lutas que as antigas comunidades negras rurais enfrentavam, desde antes de 1988, estão os casos das comunidades de Oriximiná no Pará (PA), dos Kalunga em Goiás (GO), das comunidades do Rio das Rãs na Bahia (BA), e das comunidades do Vale da Ribeira em São Paulo (SP).

Situado à margem do rio Trombetas no norte do Pará, o caso das comunidades de Oriximiná é importante não só por ser o primeiro caso de titulação de comunidade quilombola no Brasil, mas, também, pelo título coletivo da propriedade de suas terras, e pela importância dessa experiência nos demais casos em todos os estados brasileiros.

Como de praxe em terras ocupadas pelas CRQ, a situação em Oriximiná não era exceção. Segundo dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo (2015), na década de 1970, a região foi afetada pela instalação da empresa Mineração Rio do Norte (MRN), e também pela criação da Reserva Biológica do Trombetas. Isso dificultou o acesso dos moradores aos principais castanhais da região.

No mesmo documento, a Comissão (2015) aponta, também, que a edificação de uma vila executada pela Eletronorte para a implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira no Rio Trombetas, o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros atraídos pela especulação, na década de 1980, agravaram a situação.

Agudizando o cenário de conflitos e ameaças durante toda a década, em 1989, as comunidades negras, tomando conhecimento do Artigo 68 e consciência da necessidade de fazer valer o direito adquirido, organizaram-se em torno da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO).

Importante ferramenta de luta na história das comunidades da região, por meio da organização e ação empreendida pela ARQMO, a Comunidade Boa Vista, reivindicando-se como remanescente de quilombos, conquistou, junto ao INCRA no estado do Pará, em 1993, o primeiro título de propriedade sob as diretrizes do Artigo 68.

Valorosa não só porque incidiu na primeira titulação de propriedade quilombola no Brasil, a luta em torno da ARQMO foi

fundamental também por a emissão da titulação ser coletiva, e isso abriu precedente servindo de exemplo para ações que se ampliavam por todos os estados brasileiros. Dessa forma, o caso da luta empreendida pela ARQMO representou um marco importante na luta das CRQ, que, além de ser o primeiro caso de título de domínio de terra para os quilombolas, serviu de exemplo para as demais CRQ de todo o Brasil.

No caso das Comunidades Kalunga em Goiás, Baiocchi (2006) aponta que, desde o início da década de 1940, com a expansão da ocupação para o norte do estado, os Kalunga, antigos moradores da região, já sofriam com o processo de grilagem. Após a mudança da capital para Brasília, a situação se aprofundou com o aumento da especulação nos anos 1960 e 1970. Na década de 1980, a situação se agrava quando mineradoras, empresas agrícola-pastoris e hidrelétricas se apossam de parte das terras que os Kalunga ocupavam há décadas (BAIOCCHI, 2006).

Não tendo muito para onde ir, e necessitando continuar resistindo em suas terras, com a aprovação do Artigo 68, os Kalunga intensificam suas ações participando de diversos encontros, reuniões e seminários, com parceiros e aliados na luta pelo reconhecimento de seu território como remanescentes de quilombos.

A luta dos Kalunga teve uma importante conquista simbólica junto ao governo do estado de Goiás em 1991. Nesse ano, sua área foi reconhecida como território tradicional e declarada sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. Contudo, foram necessários mais oito anos de luta até que a FCP concedesse o certificado de remanescentes de quilombolas (BAIOCCHI, 2006).

Apesar do reconhecimento certificado pela FCP, para a regularização fundiária e a titulação da terra, foram necessários mais de 20

anos de luta. Dessa forma, somente em 2014, os Kalunga tiveram uma parcela do seu território original regularizada e titulada.

Situação similar e conhecida de luta, resistência e morosidade no processo de reconhecimento, regularização e emissão do título de propriedade para os quilombolas, é também o caso das comunidades localizadas entre os rios São Francisco e Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa na Bahia (BA).

Segundo Steil (1998), desde a década de 1970, os moradores da região já estavam em processo de luta e resistência. No início da década de 1980, com a compra de terras na região pelo Grupo Bial-Bonfim Indústria Algodoeira, a situação se agravou, e muitos moradores foram expulsos, fato que acarretou a extinção de algumas comunidades.

Nessa conjuntura, os moradores do Rio das Rãs, aliados ao MNU e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), observando as diretrizes do Artigo 68, e entendendo-o como importante instrumento de luta para resistirem em seus territórios, entraram com ação no MPF requerendo a propriedade como remanescentes de quilombos (DUTRA, 2015).

Com diversas manifestações, a luta das comunidades do Rio das Rãs foi intensa. Destaca-se, como exemplo, a caravana de 1993 que seguiu até Brasília para reivindicar a demarcação de 13 mil hectares de terra para fazer cumprir o Artigo 68 (STEIL, 1998).

Entretanto, a situação de mobilização e luta para a demarcação e titulação de seu território arrastou-se por mais alguns anos, até que, no final da década de 1990, conquistaram o título de suas terras, tornando-se a primeira comunidade da Bahia reconhecida como remanescentes de quilombos (DUTRA, 2015).

No estado de São Paulo, também já no início da década de 1990, as comunidades negras da região do Vale do Ribeira, objeto desta pesquisa,

iniciaram um intenso movimento pela demarcação de seus territórios e pela propriedade de suas terras como remanescentes de quilombos.

Já em processo de resistência desde o início dos anos de 1980, quando os moradores da região sofriam com a ameaça de que as terras em que viviam pudessem ser alagadas em consequência do projeto de construção da barragem de Tijuco Alto do grupo Votorantim, as CRQ, organizadas em torno do Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribeira (MOAB), realizaram diversas atividades, mobilizações e encontros, empunhando a bandeira “Terra sim e barragem não!” (PINTO, 2014).

As comunidades, em articulação com a CPT e o Movimento Negro, ao tomarem conhecimento do Artigo 68, entenderam-no como uma importante ferramenta para enfrentar o projeto de Tijuco Alto, e impedir que suas terras fossem alagadas. Dessa forma, após um longo período de formação e organização, entraram com ação no MPF, em 1994, requerendo o reconhecimento de suas terras como remanescentes de quilombolas.

Na região do Vale do Ribeira, está concentrada a maioria das CRQ em São Paulo. São 66 comunidades; dessas, apenas as Comunidades Maria Rosa, em Iporanga, no ano de 2001, e Ivaporunduva, em Eldorado, no ano de 2003, conquistaram o título integral de suas terras (ANDRADE; TATTO, 2013).

Para além desses casos mais conhecidos, Arruti (1997, p. 15) aponta que casos menos conhecidos com os quais teve contato, como, por exemplo, a “[...] Comunidade de Mocambo, localizada em Porto da Folha (SE), à beira do São Francisco”, também comprovam o histórico de conflito, ameaça e resistência dos quilombolas.

Mocambo possui 150 famílias negras, distribuídas em um vilarejo de uma única rua, cujas terras de trabalho, que ocupam há várias gerações, entram em litígio em 1992. A família que se diz proprietária inicia, então, uma ação de despejo e as famílias de Mocambo passam a ser submetidas a sucessivas expulsões, várias vezes operadas por força armada conjunta de jagunços daquela família e soldados da delegacia de Porto da Folha, além de serem assediadas constantemente por pistoleiros. Em consequência disso, em 1994, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), respaldada no “Artigo 68”, entra com um pedido de reconhecimento daquelas terras como terras tradicionais de remanescentes de quilombos. O interessante, no entanto, é que a área reivindicada pela comunidade acompanha o formato e se mantém fronteira à área Xocó, com os quais mantêm relações de parentesco, trocando dias de trabalho, terras de cultivo em épocas de seca ou de cheia etc. O próprio conflito com a família de proprietários tem início no ano seguinte, ao fim do qual, depois de um processo extremamente conflituoso, os Xocó conseguem a demarcação de suas terras (ARRUTI, 1997, p. 15).

É nesse sentido, e em meio a um processo histórico de conflitos e disputas, que as comunidades, geralmente assessoradas e aliadas a representantes ligados a entidades como a CPT, MNU, partidos políticos, sindicatos e universidades públicas, tomam conhecimento da legislação aprovada em 1988, e avançam na consciência de ser quilombola e na luta pela posse de suas terras.

A influência de uma identidade racial positiva, fruto do *afrocentrismo* e do *quilombismo*, formulada por intelectuais negros resgatando e ressignificando a herança da luta dos quilombolas no Brasil, bem como o resgate histórico de cada comunidade, seus graus de parentescos e de organização, fortaleceram o sentimento e o entendimento quanto a remanescentes de quilombos.

Diante dessa consciência e da necessidade de se organizarem enquanto quilombolas, representantes de diversos estados organizaram, durante a Marcha Zumbi dos Palmares, realizada em novembro de 1995, o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”.

Como é possível observar na página eletrônica da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), aproveitando que a Marcha reuniu representantes de comunidades quilombolas com histórico de articulação e mobilização bastante significativo<sup>8</sup>, o encontro representou um salto de qualidade na organização dos quilombolas em nível nacional.

No ano seguinte, representantes de diversas entidades quilombolas e negras se reuniram com o objetivo de fazer avaliação e balanço do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Quilombolas. Foi nessa reunião que decidiram formar a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

A CONAQ foi pensada e constituída enquanto um movimento social quilombola para lutar pela defesa do território e pela sobrevivência dos quilombolas enquanto grupo específico ameaçado pelo avanço da especulação imobiliária, dos grandes empreendimentos, que afetam e alteram diretamente a existência desses grupos (CONAQ, 2019).

A CONAQ tem, entre os seus objetivos:

[...] lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de

---

<sup>8</sup> No Maranhão, os quilombolas acumulavam a experiência da realização de três Encontros Estaduais; no Pará, havia a atuação da ARQMO responsável pela conquista do primeiro título emitido sob as diretrizes do Artigo 68; na Bahia, as comunidades do Rio das Rãs traziam um reconhecido histórico de luta pelas suas terras; no estado de São Paulo, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira já iniciavam os processos de autodemarcação de seus territórios.

políticas públicas de acordo com a organização das comunidades de quilombo e por educação de qualidade coerente com o modo de viver nos quilombos (CONAQ, 2019).

Reunindo representantes de 23 estados da federação, desde sua formação, a CONAQ já realizou 04 encontros nacionais: 17 a 20 de novembro de 1995, em Brasília – DF; 29 de novembro a 02 de dezembro de 2000, em Salvador – BA; 03 a 07 de dezembro de 2003, em Recife – PE; 03 a 06 de agosto de 2011, no Rio de Janeiro – RJ; 22 a 26 de Maio de 2016, em Belém – PA (CONAQ, 2019).

O II Encontro Nacional, realizado no ano 2000, em Salvador, configurou-se como de grande importância no que concerne ao processo de afirmação do movimento quilombola. Até esse Encontro, a coordenação em âmbito nacional era composta por representações do movimento quilombola e, também, do movimento negro urbano (CONAQ, 2019).

A partir do II Encontro, as comunidades tomam para si a representação integral do movimento. Tal decisão forçou que os quilombolas dos diversos estados que ainda não estavam organizados em nível local, regional e estadual, começassem a se organizar e a construir suas instâncias organizativas (CONAQ, 2019).

Com a formação da CONAQ, os quilombolas organizaram-se nacionalmente, e construíram um amplo debate sobre os processos de reconhecimento e os procedimentos de regularização de territórios quilombolas outorgados a partir do Artigo 68 do ADCT da CF/1988.

Formada para fazer a representação e a defesa dos direitos dos quilombolas, a CONAQ foi uma das principais entidades de quilombolas

que participou ativamente dos processos e ações que geraram o Decreto nº 4887/2003, incidindo, inclusive, na construção do texto legal.

Durante o primeiro ano do governo Lula da Silva e 16 anos após a aprovação do Artigo 68, o Governo Federal aprovou em 2003 o Decreto nº 488703 e, finalmente, estabeleceu os procedimentos técnicos legais para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação do território quilombola<sup>9</sup>.

Um marco na luta institucional dos quilombolas, o Decreto estabeleceu que os quilombolas são “grupos étnico-raciais, segundo critérios de *autoatribuição*<sup>10</sup>, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (SOUZA, 2013, p. 36).

Para além da conquista que o Decreto representou em si, considera-se que o fato de o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos serem atestados mediante a *autodefinição* da própria comunidade, bem como a titulação coletiva do território, representou influência direta do modo de vida dos quilombolas.

Contudo, ao observar a situação dos processos de certificação e titulação dos territórios quilombolas, mesmo após a instituição do Decreto nº 4887/2003, contata-se que, apesar do avanço em algumas etapas como

---

<sup>9</sup> Criado em 2000 ainda no governo FHC, e extinto por Temer após o golpe que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, durante o governo Lula (2003-2010) houve considerável reformulação das políticas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no INCRA. Importante destacar que durante quase todo o governo Lula o Ministro foi Miguel Rossetto, do Rio Grande do Sul, com forte vinculação aos movimentos sociais.

<sup>10</sup> O conceito de *autoatribuição* que vigora a partir do Decreto 4887/2003 fundamentou-se na Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), que dispõe sobre os direitos desses povos na salvaguarda de seus territórios tradicionais e suas práticas de territorialidade.

identificação e reconhecimento, os processos de regularização e emissão do título de propriedade da terra ainda é bastante prejudicado pela lentidão e pela morosidade dos órgãos competentes.

Até o momento não há um consenso acerca do número preciso de comunidades quilombolas no país, mas dados oficiais vindos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia responsável pelo processo administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos, são 2847 comunidades Certificadas no Brasil, 1533 processos abertos no INCRA e 154 tituladas, 80% delas regularizadas pelos governos estaduais (CONAQ, 2019).

Apresentamos, no quadro abaixo, o número de comunidades remanescentes de quilombolas reconhecidas pela FCP em cada estado da federação, reforçando que, apesar de reconhecidas, a maioria das comunidades, mais de 90%, ainda não foram tituladas.

**Quadro 1 – Número de comunidades reconhecidas pela FCP**

Região	Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Centro Oeste	
		Maranhã	34	Pará	403	Minas Gerais	204	Rio G. do Sul	148	Mato Grosso
	Bahia	69	Tocantins	16	Espirito Santo	52	Santa Catarina	19	Mato G. do Sul	25
	Piauí	74	Amapá	15	Rio de	34	Paraná	08	Goiás	33

					Janeiro					
	Pernambuco	102	Rondônia	05	São Paulo	85				
	Ceará	79	Amazônicas	03						
	Rio G. do Norte	68								
	Alagoas	52								
	Sergipe	29								
	Paraíba	17								
Total	1.724		442		375					

Fonte: Elaboração própria, com base em CONAQ (2019).

Como ressaltado anteriormente, apesar de certo avanço no processo de *autodefinição* e da certificação por parte da FCP, o mesmo não se observa com o processo de regularização fundiária e titulação que deveria ser efetivado pelo INCRA: apenas 154 das 2.847 comunidades reconhecidas tem a sua situação fundiária regularizada.

Sobre essa morosidade nos processos de regularização fundiária e titulação, observa-se que a Instrução Normativa 57, que estabeleceu os parâmetros para que o INCRA pudesse realizar os procedimentos técnicos legais, só foi estabelecida em 2009, ou seja, mais de 5 anos após a instituição do Decreto nº 4887/03.

Além da morosidade estatal, e da cobiça por parte de grandes empresas que almejam explorar os recursos naturais de suas terras, os quilombolas enfrentam, também, constantes ataques por parte dos ruralistas. Como caso mais emblemático, destaca-se a Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239. Levada em 2003 ao Supremo Tribunal Federal pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual

Democratas (DEM), a ADI nº 3239 questionava os critérios de *autoatribuição* e da própria legalidade do Decreto nº 4887/03.

Após mais de 14 anos de tramitação, a ação foi julgada definitivamente pelo Supremo Tribunal Federal em fevereiro de 2018, com resultado favorável aos remanescentes de quilombos, reconhecendo a constitucionalidade do Decreto nº 4887/03 e a improcedência da ADI nº 3239, por ampla maioria de votos.

## **As Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira**

### **2.1 Um breve histórico dos ciclos e ocupação do Vale do Ribeira**

O Vale do Ribeira é uma região que abrange os estados do Paraná e de São Paulo, respectivamente, regiões Sul e Sudeste do Brasil. Recebe esse nome em função da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguapé, importante rio que nasce dentro do Parque Nacional dos Campos Gerais (no Paraná), a 100 km de Curitiba, e, após percorrer aproximadamente 470 km, desemboca no Oceano Atlântico na altura de Iguape, município paulista a 200 km da capital de São Paulo.

Com referência aos estudos do antropólogo Antonio Carlos Diegues (2007), constata-se que o Vale do Ribeira teve, desde a chegada dos primeiros colonizadores no século XVI, até meados do século XX, dois grandes ciclos econômicos que marcaram a ocupação populacional da região: 1º - o garimpo e a mineração; e 2º - a agricultura e o comércio naval.

Chegando ao final do século XIX, e iniciando o século XX, o ciclo da agricultura e do comércio naval entrou em declínio, e a região iniciou um período de estagnação. No decorrer dos anos, alguns projetos governamentais foram implementados para tentar ocupar o Vale, mas a monocultura da banana se hegemonizou e segue forte até os dias atuais.

Ocupada originalmente por nativos de origem Tupi, os primeiros vestígios de colonos no litoral sul de São Paulo datam de 1502, quando Américo Vespúcio passou pela Ilha do Cardoso e, ao partir, deixou nomeado um bacharel português, o contravertido e enigmático “Bacharel de Cananeia”.

Alguns anos mais tarde, em 1508, uma expedição comandada por João Solis e Vicente Yanes Pizon também passou pelo litoral sul paulista, e teria deixado, ao partir, sete castelhanos próximos à barra de Cananeia. A partir de 1531, a chegada de Martin Afonso de Souza e a busca por ouro impulsionou a entrada para o interior do continente.

Diegues (2007) aponta que a história da ocupação colonial do interior do Vale do Ribeira se inicia com uma expedição organizada por Martin Afonso para subir o rio Ribeira. Apesar de essa primeira expedição nunca ter retornado, em 1550, fora noticiado que havia sido encontrado ouro de aluvião<sup>11</sup> na região no Alto Ribeira.

A partir dessa descoberta, inicia-se, com base na mineração e no garimpo, um primeiro ciclo de ocupação entre as regiões onde hoje se localizam Apiaí e Iporanga. Apesar de curto, esse ciclo com base na busca e na exploração do ouro, foi o início do povoamento da área que seguia o rio Ribeira (DIEGUES, 2007).

Responsável pelo início da povoação de Apiaí e Iporanga no Alto Ribeira, chegando até o Médio Ribeira na região de Xiririca (atual Eldorado), o ciclo do ouro, além da utilização da mão de obra dos povos nativos, também se utilizou de um grande número de escravos africanos (DIEGUES, 2007).

---

<sup>11</sup> Ouro de aluvião é aquele ouro que é encontrado em leitos dos rios. Ouro de Aluvião refere-se ao ouro encontrado no leito e encostas de rios, no qual possui a densidade 1, e no qual é difícil ser transportado pela água.

Diegues (2007, p. 5) aponta que, em Xiririca, fundada em meados do século XVIII, e transformada em vila em 1842, quando se separou de Iguape, havia um grande número de escravos que, com o declínio do ciclo do ouro, “[...] passaram a trabalhar nas plantações de arroz e no transporte em canoas ribeiranas para Iguape, de onde o produto era exportado”.

Com a descoberta de ouro nas Minas Gerais no século XVII, o declínio do ciclo do ouro gerou um movimento de migração, primeiramente, dos povoadores do litoral sul e, posteriormente, dos povoadores do Alto e Médio Ribeira, onde a mineração de ouro se esgotara no início do século XIX (DIEGUES, 2007).

Com a decadência do ciclo do ouro, a construção naval em Cananeia e Iguape, no litoral sul de São Paulo, região em que alguns mestres carpinteiros, possivelmente vindos do Rio de Janeiro, instalaram-se, destaca-se, por um curto espaço de tempo, pela construção de embarcações de cabotagem, tradição de vários povos da região até os dias atuais (DIEGUES, 2007).

Junto a isso, a produção agrícola também passa a ter grande relevância. Constate-se que, no período, foram exportadas, a partir de Iguape para os portos do Rio de Janeiro, Rio Grande Sul, Santa Catarina e Santos, grandes quantidades de farinha de mandioca, arroz, cana de açúcar, peixe seco e outros produtos alimentícios produzidos no interior do Vale (DIEGUES, 2007).

Contudo, ao final do século XVIII, a Metrópole proíbe que o comércio desses produtos seja feito com outros portos, exceto Santos. Diante dessa ação de controle autoritário e submissão do Porto de Iguape a Santos, a produção agrícola começou a ser abandonada, e a miséria se alastrou por quase toda a região (DIEGUES, 2007).

A produção agrícola foi retomada em meados do século XIX, com a monocultura do arroz na região do médio e baixo Ribeira. Nesse período, o transporte fluvial na bacia hidrográfica do rio Ribeira, e o comércio naval, possibilitaram que a produção de arroz da região fosse exportada para portos brasileiros e da bacia do Prata.

Diegues (2007, p. 6) aponta que, na época de expansão econômica potencializada pela monocultura do arroz, “Iguape e Cananéia contaram com um sistema adequado de transporte fluvial e marítimo, baseado na bacia hidrográfica do Rio Ribeira que com seus 400 quilômetros foi o meio de locomoção mais utilizado”.

Buscando dar maior dinamismo para o escoamento da produção, em 1827, iniciou-se a construção de um canal fluvial (3 km de comprimento e 3m de largura), ligando o Porto da Ribeira ao Mar Pequeno em Iguape. Tal empreendimento buscava dar maior dinamismo para o escoamento produtivo pelo porto de Iguape.

Situada à beira mar, era Iguape o centro exportador de toda essa grande bacia hidrográfica de onde vinham os produtos agrícolas, descarregados no porto da Ribeira, no rio do mesmo nome, a poucos quilômetros da cidade. Daí os animais de carga transportavam os produtos até o porto de Iguape, junto ao Mar Pequeno, de onde zarpavam os navios carregados de mercadorias para os outros portos do Império (DIEGUES, 2007, p. 06-07).

Com referência em Muller (1922) e Diegues (2007), Iguape e Cananéia, em 1836, respondiam por quase 80% dos engenhos de arroz da província de São Paulo. Nesse período, a produção de arroz foi de aproximadamente 35 mil sacas, sobretudo em Eldorado e Iguape.

Tendo como principal eixo de escoamento da produção a bacia do rio Ribeira, após a conclusão do canal em 1852, a produção e a exportação de arroz aumentaram consideravelmente nos anos subsequentes. Muller (1922) e Diegues (2007) apontam que, de 1850 a 1880, a quantidade média de arroz exportado foi de 50 mil sacas.

Com intenso tráfego de embarcações até então, o movimento começa a declinar a partir de 1880. Três fatores foram fundamentais para o declínio do movimento de embarcações no Porto: i) a mudança do eixo do comércio para Santos, ii) a abolição da escravidão e iii) o assoreamento do canal que ligava o Porto da Ribeira ao Mar de Dentro

Na virada do século, o eixo do comércio começou a ser deslocado do litoral sul para Santos, os investimentos e a expansão das estradas de rodagem melhoraram significativamente a comunicação entre o planalto e a capital, acabando por desarticular o “sistema formado pelo Porto de Iguape e a retro-terra que o alimentava” (DIEGUES, 2007, p. 7).

Principal mão de obra nas plantações de arroz, os escravos eram utilizados inclusive em propriedades menores, dependentes dos donos de engenho que financiavam sua produção. Além dos escravos de “campo”, havia também os de ofício, marceneiros, pedreiros, entre outros que executavam esses trabalhos para seus patrões (DIEGUES, 2007).

Sendo uma média de 60 escravos para as grandes propriedades, e de 7,5 escravos para cada fogo (unidade familiar extensa), a abolição da escravidão em 1888 desarticulou a estrutura da principal mão de obra utilizada nas monoculturas de arroz (DIEGUES, 2007).

Por fim, ocorreu o próprio declínio do Porto de Iguape, que foi se tornando inadequado para receber embarcações maiores devido ao assoreamento, particularmente do canal que ligava o Porto da Ribeira ao

Mar de Dentro, impossibilitando a entrada e a saída das embarcações pela Barra de Icapara (DIEGUES, 2007).

Diegues (2007) aponta que, na época da construção do canal ligando o Porto da Ribeira ao Mar de Dentro, não se considerou o grande volume de água e terra derrocado no canal pelo rio Ribeira. Com o tempo, esse grande volume de água e terra foi derrocando a margem do rio e, ao mesmo tempo que alargava a sua passagem, formando o chamado Vale Grande, acaba por assoreá-lo. Além do assoreamento do canal, o grande volume de água e terra que o Ribeira desalojava no Mar Pequeno, principalmente em consequência das suas cheias, contribuiu para diminuir a salinidade da área e provocou um grave desequilíbrio biológico na região (DIEGUES, 2007).

O final do ciclo do arroz, a ‘abolição’ da escravatura e o declínio do Porto de Iguape geraram um duplo movimento nos grupos populacionais que habitavam a região. As classes patronais, donos de grandes fazendas, deixaram a zona rural e mudaram-se para as cidades de Iguape, Cananéia, Santos e Rio de Janeiro. Os pequenos produtores autônomos, os posseiros e os ex-escravos permaneceram nos sítios, ou formaram comunidades em meio às matas à margem da bacia do Rio Ribeira, e passaram a dedicar-se à agricultura de subsistência, ao extrativismo, à caça e à pesca (DIEGUES, 2007).

Esse movimento estabeleceu na região uma economia de subsistência aglutinando pequenos proprietários, caiçaras, posseiros e ex-escravos. Nesse período, a navegação de cabotagem<sup>12</sup> e canoa pela bacia do rio Ribeira foi o principal meio de locomoção e comunicação entre as populações do Vale.

---

<sup>12</sup> O termo “cabotagem” se refere a um modo de navegação realizada entre “cabos”, sem perder a terra à vista. Portanto, entende-se que a navegação de cabotagem ocorre entre portos de um mesmo país.

Sendo importante para locomoção e comunicação entre os povos do Vale, a utilização da navegação de cabotagem e canoas foram intensas até 1930, quando começaram a ser abandonadas devido à chegada das primeiras estradas de rodagem e sua expansão pela região nos anos posteriores (DIEGUES, 2007).

Com o declínio da monocultura do arroz, as classes dirigentes consideravam que a região caiu em um problema de isolamento geográfico, econômico e social. Desconhecendo a realidade da região, viam a necessidade de fundar novos núcleos de colonização na baixada santista e no Vale do Ribeira.

Tendo o preconceito usual que as classes dirigentes têm em relação às classes subalternizadas (GRAMSCI, 2002), o atraso na região fora considerado culpa das populações que residiam e ocupavam aquelas terras que, devido a suas origens grosseiras, não se enquadravam aos moldes de produção e comercialização capitalista, sendo necessário substituí-los por uma classe empresarial rural (CARVALHO, 2006).

Desconhecendo a realidade das populações que povoavam as áreas ao longo da bacia do rio Ribeira, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em 1930, operacionalizou um plano de colonização com base na discriminação e na aquisição de terras devolutas por particulares<sup>13</sup>.

Segundo Paiva (1993) e Carvalho (2006), a falta de conhecimento e o distanciamento na compreensão dos dirigentes sobre as terras devolutas discriminadas acaba por gerar vários problemas fundiários na região, pois grande parte das terras consideradas devolutas pelo Estado já eram ocupada

---

<sup>13</sup> Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida.

por pequenos posseiros de origens variadas (caboclos, caiçaras, negros, migrantes e imigrantes).

O rigor imposto pelo Estado aos pequenos posseiros que foram desalojados daquelas terras que já ocupavam há anos, em uma espécie de “grilagem oficial”, não foi aplicado com a mesma intensidade aos grandes produtores de bananas que começaram a adquirir as supostas terras discriminadas, e se instalarem na região (CARVALHO, 2006, p. 12).

Com o suposto objetivo de povoar o Vale com pequenas propriedades modernas, o resultado foi que as poucas condições para que esses mantivessem a pequena propriedade aprofundou a concentração fundiária, e acabou por instalar na região grandes propriedades inseridas na monocultura de banana.

A partir da década de 1940 e 1950, como consequência da grande aceitação da banana pelos trabalhadores da indústria paulista, seu baixo custo e as demandas de outros países, como Argentina e Uruguai, a produção de banana foi intensificada e ampliada (CARVALHO, 2006).

Mais tarde, a ideia de industrializar o Vale, e torná-lo atraente para o capital privado, foi mais uma vez a opção das classes dirigentes para a região. Assim, a partir da década de 1960, houve investimentos pesados em obras de transporte, comunicação e energia, com a finalidade de atrair setores voltados para o mercado externo.

Muller (1980) e Carvalho (2006) apontam que, simultaneamente à construção da BR 116 (rodovia Regis Bitencourt), entregue em 1961, ocorreram diversos incentivos fiscais para a aquisição de terra na região, intensificando o processo de especulação imobiliária e agravando ainda mais os conflitos fundiários da região.

O processo de comercialização das terras devolutas, e a especulação fundiária durante a segunda metade do século XX no litoral e no Vale do

Ribeira, funcionaram como mecanismo de incorporar terras sem aproveitá-las e sem povoá-las, assumindo uma configuração aos moldes primitivos de como as terras são inseridas na lei do valor (MULLER, 1980).

Carvalho (2006, p. 13) destaca que, apesar das obras e convênios que foram realizados para atrair e potencializar a industrialização do Vale, grande parte do empresariado que se aproveitou do investimento público, e da especulação, aplicou os lucros em outras regiões e, “com exceção da banana e do chá, que já estavam implantados desde os anos trinta, nenhum desses investimentos conseguiu de fato industrializar o Vale”.

Diegues (2007) ressalta que a construção da BR-116 e a consequente valorização das terras, muitas das quais sem titulação válida, novamente, gerou um grave problema de grilagem de terras que afetou praticamente todos os municípios do Vale do Ribeira e do litoral, ocasionando, em alguns casos, verdadeiros conflitos armados.

Tendo como referência as antigas comunidades negras rurais que, de longa data, ocupam a região, o Instituto Socioambiental (ISA) aponta que outra iniciativa de regularização fundiária implementada por meio de um convênio entre a Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista (Sudelpa) e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, na década de 1970, além de não contribuir para sanar os conflitos, gerou problemas futuros para as comunidades. Não considerando a ocupação coletiva do território pelas comunidades negras, o convênio definiu que as terras fossem loteadas em propriedades individuais. Esse procedimento acarretou que algumas famílias vendessem seu lote para terceiros, agravando os conflitos e gerando sérios problemas internos para a organização das comunidades.

Junto a isso, faz-se necessário destacar, antes de finalizar essa seção sobre os ciclos econômicos e a ocupação do Vale do Ribeira, o processo de delimitação de áreas de proteção, e a criação das várias UCs que pipocaram na segunda metade do século passado.

Mais pela necessidade de obter um controle mais efetivo desse vasto e rico território, que abrigou a guerrilha comandada por Carlos Lamarca, no final da década de 1960, do que por uma consciência ambiental e necessidade de preservação da Mata Atlântica, as áreas de controle foram ampliadas no período supracitado.

Em 1958, foi criado o Parque Estadual do Alto Ribeira (PETAR) abrangendo os municípios de Apiaí e Iporanga; em 1962, cria-se o Parque Estadual da Ilha do Cardoso em Cananéia; em 1969, o Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ), cobrindo parte dos municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Jacupiranga e Iporanga; e, em 1977, o Parque Estadual Carlos Botelho foi criado, abrangendo os municípios de Sete Barras, Tapiraí, São Miguel Arcanjo e Capão Bonito.

Diegues (1994), por meio de um estudo em 67 unidades de conservação no Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, demonstra, e Carvalho (2006) reafirma, que 73% das áreas naturais pesquisadas têm em seu interior populações tradicionais (caiçaras, extrativistas, índios, quilombolas), e não tradicionais (comerciantes, empresários, fazendeiros, servidores públicos, veranistas) residentes. Dessa forma, podemos supor que também o processo que implantou as Unidades de Conservação não levou em consideração que parte dessas áreas já eram ocupadas por diferentes populações tradicionais (quilombolas, caiçaras, ribeirinhos), contribuindo para conflitos de sobreposição e de interesse não resolvidos até os dias atuais.

Marcada por um processo histórico de desapropriação realizado, muitas vezes, de forma violenta, através de jagunços que ameaçavam e expulsavam os moradores, mas, também, pelo o uso de artifícios legais, algumas comunidades encontram-se, hoje, em situação irregular nas encostas das serras, em áreas de restinga e mangue, consideradas áreas de proteção permanente (APPs).

## **2.2 As Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira (CRQVR)**

Abrangendo os estados de São Paulo e Paraná, o Vale do Ribeira recebe esse nome em função da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, que nasce dentro do Parque Nacional dos Campos Gerais, no Paraná, e desemboca no Oceano Atlântico em Barra Ribeira, no município de Iguape, litoral sul de São Paulo.

Percorrendo uma extensão de aproximadamente 470 km, dos quais 90 km são de divisa entre os dois estados, 130 km são em terras paranaenses, e 250 km em território paulista. A bacia hidrográfica do rio Ribeira abrange sete municípios no lado paranaense, e vinte e três na sua porção paulista.

Parte do complexo Estuário Lagunar de Iguape, Cananeia e Paranaguá, o Vale do Ribeira, além de abrigar a maior e uma das principais áreas de preservação de remanescentes do bioma original da Mata Atlântica, possui uma grande diversidade ecológica e sociocultural.

Tratando a diversidade sociocultural do Vale do Ribeira e do litoral, Diegues (2007, p. 4) aponta que, na região:

[...] encontra-se povos indígenas como os Guaranis, os caiçaras, descendentes dos índios, sobretudo dos Carijós, colonizadores portugueses e escravos negros, caipiras, no Alto e Médio Ribeira, além de inúmeros núcleos quilombolas, remanescentes da mão-de-obra escrava usada nas monoculturas e na mineração e de caipiras, existentes, sobretudo no Médio e Alto Ribeira. A esses grupos humanos vieram se ajuntar, mais tarde, outros migrantes europeus como suíços, franceses, alemães, italianos, também norte-americanos e japoneses.

A região, em sua porção paulista, foco desta pesquisa, ocupa 10% da área do estado e é dividida em três sub-regiões: alto Ribeira - nos municípios de Iporanga, Apiaí e Ribeira; a baixada do Ribeira - nos municípios de Eldorado, Jacupiranga, Pariquera-Açu, Registro e Sete Barras; e a sublitorânea - envolvendo os municípios de Iguape e Cananeia.

Na região do Vale do Ribeira, mais especificamente entre os municípios de Iporanga no alto Ribeira, e ao longo do percurso do rio até Iguape no baixo Ribeira, encontra-se o maior número de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) do estado de São Paulo, e uma das maiores do Brasil.

Segundo *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira* de 2013, entre territórios Apontados, Identificados, Reconhecidos, Registrados ou Titulados são mais de 60 CRQ na região.

Muitas dúvidas podem ser levantadas sobre como e por que essas CRQ foram se concentrar na região. Como se deu o processo de *autorreconhecimento*? Quais são suas origens? Qual sua estrutura organizacional? Quais são suas bases socioprodutivas?

Além das dúvidas mais gerais, que sempre estiveram muito presentes durante todo o processo de levantamento histórico, a problemática sobre as CRQVR se aprofunda na questão do processo

inserido no recorte histórico que se inicia nos anos 1980, com a reorganização das lutas sociais e o processo de redemocratização.

Surgindo como *novos* sujeitos de direito com a CF de 1988, como essas comunidades tomaram consciência do direito adquirido? Como se deu a *auto-organização* da luta para o *autorreconhecimento* dos seus territórios? Quais foram as articulações e parcerias que fortaleceram o fenômeno naquela região?

Além de importante pesquisa bibliográfica e histórica sobre o tema e o Vale do Ribeira, utilizou-se também a pesquisa empírica e observação nas CRQ na cidade de Eldorado, e entrevistas semiestruturadas com representantes das comunidades e das entidades públicas e privadas atuantes na região.

### **2.3 A saga de um povo<sup>14</sup>**

Como tentamos apresentar na seção sobre os ciclos econômicos do Vale do Ribeira, desde o século XVI, constata-se a presença de escravos negros nas expedições que adentraram o interior de São Paulo. Carvalho (2006) e Carril (1995) salientam que não era incomum a utilização de mão de obra escrava indígena e negra na mineração e no cultivo de arroz.

Também não foi incomum a organização das populações indígenas originais contra a escravidão. Desde muito cedo, as populações indígenas refugiaram-se em meio à mata, em movimento de resistência e autonomia, para não serem escravizados.

---

<sup>14</sup> Inspirado no título do livro *MOAB: A saga de um povo* de Maria Ap. Mendes Pinto de 2014.

Após o início da colonização portuguesa, a região ao longo do rio Pardo, de acesso extremamente difícil, constituiu-se em área de refúgio para as populações indígenas originais e também para os indígenas fugitivos que chegavam de Cananéia e da Ilha do Cardoso. Depois disso, a constituição geográfica do Vale do Ribeira, com áreas protegidas pelas serras e inúmeros rios de navegação perigosa, continuou atraindo para a região populações indígenas perseguidas pelo bandeirantismo escravagista (CARVALHO, 2006, p. 17).

Junto às populações indígenas que adentram a mata em busca de refúgio contra o bandeirantismo escravagista, os escravos negros inseridos a partir do bandeirismo da mineração, libertos e/ou fugidos seguem rota similar e também vão se abrigar em meio às serras e matas ao longo da bacia do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes (CARVALHO, 2006).

Com o decorrer dos anos e o aperfeiçoamento das condições de transporte e comunicação, bem como a busca por terras disponíveis, pequenos produtores e fazendeiros não submetidos às relações escravistas, e inseridos em um ciclo rizicultor mais amplo, também ocuparam a região (CARVALHO, 2006).

Carril (1995) e Carvalho (2006) apontam que a origem dos diversos bairros negros presentes na região, de difícil acesso e de inconstância econômica, deu-se pela fixação do escravo em fuga e pela libertação ou abandono após a decadência da mineração e do arroz.

Esses grupos fixados em terras apossadas mato adentro eram, conforme se pode perceber nos memoriais descritivos de terras realizados na década de 1850, reconhecidos e respeitados por seus vizinhos brancos porque forneciam produtos para as fazendas, além de serem “participantes de um circuito que enriquecia comerciantes locais, reserva de mão-de-obra em períodos de safra e também como

detentores de um saber sobre as técnicas de navegação dos perigosos rios, principal via de comunicação regional” (STUCCHI, 2000 apud CARVALHO, 2006, p. 18).

Diante disso, observa-se, que apesar de a região ser utilizada como refúgio pelos negros que fugiam da escravidão, eles não viviam isolados; ao contrário, estavam inseridos em uma ampla rede de relações econômicas e sociais que beneficiava determinados setores presentes na região e a economia da Colônia, do Império e do Estado Nacional (CARVALHO, 2006).

Vivendo em meio à mata, as margens do rio Ribeira e de seus afluentes, os bairros negros que surgiram e se estruturaram no Vale vão resistir, ao longo das décadas, às diversas pressões de fazendeiros e empresas que eram atraídos por incentivos fiscais e projetos para capitalizar e modernizar o Vale. Vivendo em situação de conflitos fundiários e resistência ao longo de sua ocupação no Vale, a permanência das comunidades negras do Vale foi novamente ameaçada pelo projeto da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), para a construção da barragem de Tijuco Alto.

Já sendo objeto de estudos para projetos de construção de barragem desde a década de 1970, além do projeto de Tijuco Alto, a previsão era para a construção de quatro barragens entre os municípios de Adrianópolis (alto Ribeira), no Paraná, e Eldorado (médio Ribeira), em São Paulo.

Esses projetos ameaçavam alagar uma grande área e afetar toda a região. Com a ameaça de inundação e, conseqüentemente, de serem expulsas de suas terras, as comunidades ribeirinhas e negras rurais que viviam ao longo da bacia do rio Ribeira começaram a se mobilizar e se organizar para lutar contra o projeto das barragens.

Constata-se por meio da pesquisa bibliográfica e empírica, que a organização das comunidades ribeirinhas e negras rurais, que se colocaram em luta pela defesa de seu território no final da década de 1980, deu-se menos pela consciência de que eram remanescentes de quilombos e do direito à propriedade das terras que ocupavam, e mais pela necessidade de barrar os projetos de barragem.

Maria Sueli Bernanga, que trabalha com as comunidades do Vale desde 1986, relata que, antes, as comunidades não eram chamadas de quilombos. Foi com o decorrer do processo de *auto-organização* e mobilização contra o projeto das barragens que outras questões começaram a surgir, inclusive a questão da aprovação do Artigo 68 do ADTC<sup>15</sup>.

Em um primeiro momento, não se tinha a consciência de que aquelas comunidades negras rurais fossem remanescentes de quilombos. A aprovação do Artigo 68 do ADCT de 1988 era bastante recente e, quando se tomou conhecimento de sua existência, ele foi entendido como uma ferramenta a mais na luta contra as barragens<sup>16</sup>.

Foi com a caminhada e com as discussões que diversos temas foram surgindo, inclusive da identidade e do território, de tal forma que se foi tomando consciência de que o direito aos territórios que estavam ocupando não era só uma ferramenta de luta contra projetos econômicos contrários às comunidades, mas primordial para sua existência.

Diante disso, faz-se necessário apresentar, de forma mais detalhada, um pouco do processo e da história de *auto-organização* e luta do Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribeira (MOAB) e

---

<sup>15</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

<sup>16</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

sua função como polo aglutinador da luta das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira (CRQVR).

### **2.3.1 Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribeira (MOAB)**

Mais importante do que apresentar os *atores* particulares que atuam no processo de formação do MOAB, que não são poucos, devido ao seu caráter popular, parece-nos mais importante compreender, assim como propôs Gramsci (2001), as razões de sua difusão e de seu ser coletivo.

Em 1986, a Congregação das Irmãs de Jesus Bom Pastor, as “Pastorinhas”, iniciaram um trabalho pastoral da Igreja Católica na cidade de Eldorado. A partir de visitas periódicas às comunidades rurais, inicia-se um processo de estudos “bíblicos” fazendo relação com os problemas da época (PINTO, 2014, p. 08). O trabalho das “Pastorinhas” inicia-se no mesmo ano em que a CBA apresenta o projeto de Tijuco Alto. Diante disso, a incerteza sobre suas vidas com a construção de barragens ao longo do Ribeira é um dos problemas mais agravantes, que apareceu de forma generalizada sobre todas as comunidades.

Não tendo muito conhecimento sobre os impactos reais que as barragens poderiam causar, surgiu a necessidade de organizarem-se para estudar e buscar informações sobre os possíveis impactos que as barragens poderiam causar às comunidades rurais do Vale do Ribeira (PINTO, 2014).

Empenhados em entender melhor a situação, os quilombolas formaram grupos de estudos e de busca de informação. Esse processo

envolveu visitas em outras regiões<sup>17</sup> e diálogo com populações atingidas por barragens, bem como um profundo estudo das leis e de artigos sobre barragens, conversas com técnicos e com especialistas (PINTO, 2014).

Em meio a esse processo de estudos e busca de informações, começaram a entender que, em benefício de grupos financeiros, a fauna e a flora de um grande território da região do Vale do Ribeira e da Mata Atlântica seriam submersas, incluindo suas terras e suas origens.

Como nos descreve Pinto (2014, p. 09):

Em suas comunidades os grupos informaram a todos o que viram e o que sabem sobre barragens e chegaram à conclusão que os projetos das barragens iriam trazer desgraça, tirá-los da terra, acabar com suas origens, matar suas raízes, destruir o rio, a fauna, a flora e as comunidades.

Tomando consciência da necessidade de organizar e lutar contra os projetos de barragens e o interesse dos grupos financeiros, organiza-se, em 1989, a primeira mobilização contra as barragens. De forma coletiva e unificada, as comunidades empunharam a bandeira de que não queriam barragens no Vale do Ribeira (PINTO, 2014).

Dispostos a barrarem os projetos de barragem, viram a necessidade de ampliar o diálogo e as forças com as comunidades de outros municípios da região. No ano seguinte, em 1990, organizaram a primeira Comissão para fazer a articulação nos diferentes municípios e comunidades do Vale. Através dessa ação, comunidades de outros municípios, como Iporanga e Registro, compreenderam a problemática e uniram-se às mobilizações;

---

<sup>17</sup> Pinto (2014) aponta que foram realizadas visitas em áreas atingidas pela Usina de Hidrelétrica de Urubupungá, em Porto Primavera, Itaparica, Machado e Itá.

várias entidades da região também passaram a integrar as ações no movimento de luta contra a construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape.

Sentindo a necessidade de dar mais organicidade à luta contra os projetos de barragens, as comunidades do Vale, em um encontro realizado no dia 21 de abril de 1991, com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Registro, criaram oficialmente o Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribeira (MOAB) (PINTO, 2014).

Assumindo o nome sugerido por Janio Leal da Silva, assessor da CPT Diocesana, o MOAB<sup>18</sup> foi composto principalmente pelas comunidades negras rurais, mas, também, por integrantes da Igreja Católica, sindicatos e ambientalistas (ANDRADE; TATTO, 2013, p. 13).

Formado diante da ameaça de serem desalojados pela construção de um conjunto de barragens (Tijuco Alto, Funil, Batatal e Itaóca) no rio Ribeira, o MOAB foi criado com o objetivo de conscientizar, capacitar, organizar e informar a população do Vale do Ribeira sobre os projetos de barragens.

Segundo representante do MOAB, desde o início, ele vem realizando as seguintes atividades:

- Promover encontros de formação com o objetivo de informar e capacitar lideranças e a população em geral em relação aos projetos de construção de barragens no rio Ribeira de Iguape.
- Promover a troca de experiências com os atingidos por barragens de outras regiões do Brasil.

---

<sup>18</sup> Leia mais em: <https://eaacone.webnode.com.br/moab/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

- Buscar parcerias com Entidades, Grupos, Universidades, Políticos... na luta por "Terra Sim! Barragem Não!".
- Produzir e divulgar materiais que conscientizem a população do Vale sobre os problemas causados com a construção de barragens em outras regiões do país.
- Estudar a política energética do Brasil.
- Divulgar as alternativas de geração de energia.

No processo de luta que se iniciou contra as barragens, nos estudos e conversas sobre os impactos da barragem e na consolidação organizativa do MOAB, as comunidades à margem do Ribeira tiveram conhecimento de que, na nova Constituição Federal, aprovada em 1988, havia um artigo que poderia contribuir com a luta contra as barragens.

A advogada Dra. Michael Mary Nolan, através de uma amizade estabelecida com as Irmãs Pastorinhas, tendo conhecimento do confronto entre comunidades do Ribeira e o projeto de barragens, chamou a atenção das Irmãs sobre o Artigo 68 da nova Constituição Federal, que outorgava o direito à posse da terra às CRQ que as estivessem ocupando (PINTO, 2014).

Ligado a transformações mais amplas e elemento desconhecido das comunidades negras rurais da região e das próprias Irmãs, de imediato, o conhecimento sobre Artigo 68 da ADCT foi visto como uma ferramenta a mais para tentar barrar o projeto das barragens.

Destaca-se que as comunidades não eram chamadas e/ou reconhecidas como remanescentes de quilombolas até aquele momento; as comunidades eram denominadas bairros rurais, denominação que é

utilizada até os dias atuais por diversos moradores dos quilombos quando estão contando histórias da comunidade.

Com as informações obtidas através da amizade entre a advogada Dra. Michael Mary Nolan e as Irmãs Pastorinhas, iniciou-se, junto aos bairros que estavam ameaçados pelas barragens, um processo intenso de estudos sobre a nova CF de 1988, com destaque ao Artigo 68 do ADCT, e dos artigos 215 e 216 da CF.

Avançando com os estudos, umas das particularidades que logo chamou a atenção dos envolvidos foi o fato de a maioria da população dos bairros ser constituída por pessoas negras. Ciente da importância dessa particularidade, em maio de 1992, é organizado, na comunidade de Ivaporunduva, no município de Eldorado, um encontro reunindo as comunidades negras da região com o objetivo de estudar a história do negro no Brasil (PINTO, 2014).

No mesmo ano, também na cidade de Eldorado, as mulheres dos bairros foram protagonistas e organizaram o primeiro Encontro de Mulheres do município. Defendendo a bandeira “Terra sim! Barragem não!”, além de reivindicações por melhores condições de infraestrutura, saúde e educação, a questão da identidade e do território também vão permear os debates do Encontro.

Nesse processo intenso de estudos, de debates e de resgate de suas origens históricas, aquelas pessoas, em sua maioria, negras, moradoras de bairros de difícil acesso em meio à Mata Atlântica, foram criando consciência de os territórios que ocupavam eram remanescentes de quilombos (PINTO, 2014).

Tomando consciência de que “os bairros” formados por famílias negras eram territórios remanescentes de quilombos, foi se compreendendo também que a aprovação do Artigo 68 e o direito à posse

da terra não era só uma ferramenta de luta para conter os projetos das barragens, mas, primordial para existência e reprodução daquelas famílias<sup>19</sup>.

Diante desse entendimento, compreendeu-se que a estratégia não era necessariamente contra o projeto das barragens, apesar da consciência da luta permanente contra projetos do tipo até os dias atuais, mas, o fundamental era a conquista e a defesa do território reconhecido pela Constituição.

A partir disso, três novas diretrizes apareceram como fundamentais nas ações e objetivos do MOAB: a) Lutar pelo reconhecimento, demarcação, titulação e registro das terras dos Remanescentes de Quilombos; b) Fortalecer a organização das Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira, em defesa de suas terras e contra os projetos de construção de barragens; e c) Discutir e buscar projetos de desenvolvimento para as comunidades em parceria com outras entidades.

Contudo, aquelas comunidades negras rurais, que há séculos viviam em meio à floresta, com identidade e *auto-organização* próprias, também começaram a ter lucidez de que, apesar do direito instituído, sua normatização e aplicação efetiva por parte do Estado não caminhava com a mesma intensidade.

Como já ressaltado anteriormente, quando se tratou de forma mais ampla e generalizada dos processos de titularização das CRQ, muitos foram os limites administrativos, jurídicos e políticos para aplicabilidade da lei, bem como certa falta de vontade e lentidão de ação por parte do Estado.

---

<sup>19</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

Em meio ao processo, sentiu-se a necessidade de criar uma entidade jurídica que, além de comportar as demandas do MOAB, atuaria principalmente no processo de formação política e de luta pelo reconhecimento e titularização dos territórios remanescentes de quilombos. Dessa necessidade, surgiu a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE).

### **2.3.2 Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE)**

Segundo Pinto (2014), a EAACONE surgiu no primeiro Encontro Anual das Comunidades Negras, realizado em Registro, entre os dias 4 e 5 de novembro de 1995. Constitui-se como entidade jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de assessorar as comunidades do Vale do Ribeira na busca pelo cumprimento do Artigo 68 do ADCT.

Atuando particularmente no Vale do Ribeira, a EAACONE assessora as comunidades na recuperação de sua história, de seus valores culturais, na *autoidentificação*, no encaminhamento das documentações aos órgãos públicos pedindo o reconhecimento e a titulação coletiva de suas terras, na formação das Associações que iriam gerir o território quilombola, e por políticas públicas que venham melhorar a vida das comunidades quilombolas da região<sup>20</sup>.

Segundo Bernanga (2018), a EAACONE é fruto da *auto-organização* das próprias comunidades. Sua função é incentivar a formação política e fomentar junto a elas o seu direito, “levantar a história de cada

---

<sup>20</sup> Nos municípios de Barra do Turvo, Iporanga, Eldorado, Iguape, Cananéia, Miracatu, Registro e Itaóca. Leia mais em: <https://eaacone.webnode.com.br/eaacone/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

comunidade, valorizar essa história e conscientizar a importância dessa identidade populacional”<sup>21</sup>.

Diante desse cenário de luta que envolve a organização do MOAB e da EAACONE, as comunidades fizeram a luta pelo *autorreconhecimento* e pela titulação de seus territórios. Com poucos recursos próprios, a partir de um projeto aprovado junto à Cáritas<sup>22</sup>, foi possível, no início dos anos de 1990, que fosse contratado um topógrafo que iniciou, junto às comunidades, pesquisas para realizar a medição e a demarcação dos territórios.

As Comunidades de Ivaporunduva, São Pedro e Praia Grande<sup>23</sup>, tomando a dianteira do processo em um exercício de *autodemarkação*, através de mutirões, vão abrindo picada em meio à mata, mostrando ao topógrafo contratado os limites de seus territórios<sup>24</sup>.

Junto a isso, contratou-se, também, a assessoria de um etnólogo que contribuiu na elaboração de um laudo de Ivaporunduva, São Pedro e Praia Grande. A partir do laudo, os moradores de Ivaporunduva deram entrada em uma ação judicial junto ao Ministério Público Federal (MPF) requerendo a titulação de seu território como remanescente de quilombos (PINTO, 2014).

Tendo como referência o Quilombo de Ivaporunduva, considerado o que mais avançou naquele processo, destaca-se o processo

---

<sup>21</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

<sup>22</sup> “Em defesa de 2 mil famílias ameaçadas de perderem suas terras e de outras 100 mil pessoas que sofreram consequências pela construção de hidrelétricas no Vale do Ribeira – São Paulo – Brasil” – Projeto enviado à Cáritas Regional de São Paulo que pede apoio da Cáritas Francesa. (PINTO, 2014, p. 13).

<sup>23</sup> O livro sob o MOAB de Pinto (2014) aborda também a Comunidade de Pilões, em Iporanga.

<sup>24</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

da *autodemarkação* dos territórios, pois, ao entrar com a ação no MPF em 1994, o Estado Brasileiro ainda não tinha estabelecido os mecanismos necessários para a aplicação do Artigo 68.

Outros processos similares ao caso do Quilombo de Ivaporunduva já se manifestavam em outras Unidades da Federação, como, por exemplo, o caso da Comunidade Remanescente de Quilombos Rio das Rás, na Bahia, e a titulação executada pelo INCRA em nome da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), no estado do Pará.

O caso da ARQMO e da titulação coletiva do território serviu de exemplo a ser adotado pelas demais comunidades quilombolas que iniciavam a luta pela propriedade das terras que ocupavam. As comunidades do Vale, influenciadas pelo caso da ARQMO, também formaram suas associações, e a EAACONE assumiu papel fundamental na assessoria jurídica para encaminhar os processos das associações e da luta jurídica pela posse da terra.

#### **2.4 Caminhos e percalços na luta pelo território quilombola no Vale**

Não foi o Estado compelido da obrigação de fazer cumprir a lei que se fomentou a demarcação dos territórios quilombolas no Vale. Ao contrário, foram as comunidades que, tomando consciência do processo e se *auto identificando* como remanescentes de quilombolas, que avançaram e *autodemarkaram* os limites do seu território.

Essas ações pressionaram o Estado, como observado no livro organizado por Andrade (1997). O estado de São Paulo só empossou um Grupo de Trabalho com o objetivo de fazer proposições visando à plena

aplicabilidade dos dispositivos constitucionais do Artigo 68 em 1996<sup>25</sup>, ou seja, após a ação iniciada pelo Quilombo Ivaporunduva.

No mesmo livro, é reportado o inquérito civil aberto pelo Ministério Público Federal. Observa-se a preocupação com áreas requeridas como remanescentes de quilombos na região do Vale do Ribeira, em particular aquelas que se encontram em áreas sobrepostas às Unidades de Conservação (UCs), como no caso do Parque Estadual Intervales e Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ).

Como já apontado, a implantação das UCs no Vale do Ribeira, e via de regra na maioria do território brasileiro, não considerou, ou simplesmente ignorou as populações que já moravam no interior das áreas demarcadas. Assim, as CRQVR, além de enfrentarem a ameaça das barragens e a lentidão da aplicabilidade da lei, passam a enfrentar também o dilema da sobreposição de seus territórios com as UCs.

Carvalho (2006, p. 20), com base em laudo elaborado pelo MPF, destaca que, em 1995, representantes de Ivaporunduva e São Pedro notificaram a Procuradoria da República no Estado de São Paulo que os limites do Parque Estadual Intervales “[...] recairiam sobre parte significativa das terras ocupadas por, pelo menos, cinco comunidades: além das duas citadas, ainda, Pedro Cubas, Pilões e Maria Rosa”.

Enquanto a equipe do Ministério Público Federal dava início à pesquisa antropológica nos primeiros meses de 1997, o governo estadual preparava o Decreto no 41.774, criando o Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta entre a Procuradoria Geral do Estado e as Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania, do Meio Ambiente, da Cultura, da Agricultura e Abastecimento, da Educação,

---

<sup>25</sup> Posteriormente, em 1997, institui a Lei nº 9757, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos Remanescentes de Quilombolas (ANDRADE, 1997, p. 159).

e do Governo e Gestão Estratégica. Esse programa, além de visar a identificação e a regularização fundiária das terras devolutas ocupadas pelos “remanescentes de comunidades de quilombos”, apresenta um ambicioso projeto de inúmeras ações desenvolvimentistas nas áreas de educação, cultura, meio ambiente, agricultura, extrativismo, agropecuária, entre outras. A data escolhida para a publicação desse decreto foi 13 de maio de 1997. Em 15 de setembro do mesmo ano, foi publicada a Lei Estadual no 9.757, que dispõe sobre a legitimação de posse de terras públicas estaduais aos remanescentes de comunidades de quilombos, em atendimento ao artigo 68 do ADCT. Em 1998, com base na pesquisa antropológica realizada pelo Ministério Público Federal, o Itesp efetivou o reconhecimento dos bairros de Pilões, Maria Rosa, São Pedro, Ivaporunduva e Pedro Cubas (CARVALHO, 2006, p. 21).

Contudo, apesar do reconhecimento citado, ao observar o andamento dos processos de titulação, constata-se que o avanço ou não do processo foi dependente da sensibilidade dos governos em exercício, e do grau de mobilização e de forças que as CRQ e movimentos sociais exerciam na luta para fazer valer o direito conquistado.

Apesar das diretrizes políticas e do avanço na *autoidentificação* por parte das CRQVR, assim como em outras regiões do território nacional, várias complicações surgiram para atrasar, quando não barrar, o caminho para o cumprimento efetivo da lei.

Rezende da Silva (2008) salienta que a histórica oposição dos grandes proprietários latifundiários e representantes do grande capital, bem como os diferentes domínios legais sobre a localidade das comunidades, sendo que algumas são terras devolutas, outras estão em domínio de empresas particulares e estatais, e outras tantas estão sob o domínio de UCs, destacam-se entre as principais complicações.

Como já exposto no capítulo em que foram apresentados os ciclos econômicos e os projetos para desenvolvimento e ocupação do Vale do Ribeira, as ações estatais para o Vale, além de gerar surtos especulativos, estabeleceu por quase toda a região UCs sem considerar as comunidades que viviam naquelas florestas.

Herdeiros desse longo processo de marginalização e ocultamento, com o processo de organização que se inicia com a luta contra as barragens e avança para a conquista dos territórios após o direito outorgado com o Artigo 68 da CF, os diferentes interesses sobre aqueles territórios começam a se tornar mais evidentes para a aplicação da lei.

Com base em documentação elaborada pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em 2007, e reproduzida pelo ISA em 2008, esboçamos, no Quadro 2, como estava a situação de cada comunidade em relação ao reconhecimento e à titularização efetiva dos territórios reivindicados como propriedade de remanescentes de quilombolas.

**Quadro 2 – Situação das comunidades quilombolas do Estado de São Paulo com relação ao processo de reconhecimento e titulação de suas terras até 2007**

	Comunidades	Municípios	Área total (ha)	Área devoluta (ha)	Área particular (ha)	Ano de Reconhecimento
1	Ivaporunduva	Eldorado	2.754,36	672,28	2.082,07	1998 **
2	Maria Rosa	Iporanga	3.375,66	3.375,66	0	1998 *
3	Pedro Cubas	Eldorado	3.806,23	2.449,39	1.356,84	1998***
4	Pilões	Iporanga	6.222,30	5.925,99	296,31	1998 *
5	São Pedro	Eldorado/ Iporanga	4.688,26	4.558,20	130,07	1998 *
6	Cafundó	Salto de Pira	209,64	Sem informação	Sem informação	1999
7	Caçandoca	Ubatuba	890,00	Sem informação	Sem informação	2000

8	Jaó	Itapeva	165,77	Sem informação	Sem informação	2000
9	André Lopes	Eldorado	3.200,16	3.049,20	76,14	2001
10	Nhanguara	Eldorado/ Iporanga	8.100,98	8.100,98	0	2001
11	Sapatu	Eldorado	3.711,62	1.584,06	2.127,56	2001
12	Galvão	Eldorado/ Iporanga	2.234,34	1.942,83	291,5	2001 ****
13	Mandira	Cananéia	2.054,65	Discriminatória	Discriminatória	2002
14	Praia Grande	Iporanga	1.584,83	416,68	1.104,26	2002
15	Porto Velho	Iporanga	941,00	Sem informação	941	2003
16	Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875,22	3.074,97	3.800,24	2003
17	Capivari	Capivari	6,93	Sem informação	Sem informação	2004
18	Brotas	Itatiba	12,48	Sem informação	Sem informação	2004
19	Cangume	Itaóca	724,60 0	724,60	0	2004
20	Camburi	Ubatuba	972,36	Sem informação	Sem informação	2005
21	Morro Seco	Iguape	164,69	Sem informação	Sem informação	2006
22	Biguazinho	Miracatu	790,00	-	-	EFR
23	Bombas	Iporanga	1.200,00 <sup>a</sup>	-	-	EFR
24	Poça	Eldorado	1.126,14 <sup>a</sup>	-	-	EFR
25	Ribeirão Grande/Terra Seca	Barra do Turvo	3.471,04 <sup>a</sup>	-	-	EFR
26	Fazenda da Caixa	Ubatuba	-	-	-	EFR
27	Fazendinha Pilar	Pilar do Sul	-	-	-	EFR
28	Reginaldo	Barra do Turvo	-	-	-	EFR
29	Cedro	Barra do Turvo	-	-	-	EFR

30	Pedra Preta	Barra do Turvo	-	-	-	EFR
31	Cazanga (Sertão de Itamambuca)	Ubatuba	-	-	-	EFR
32	Batatal	Eldorado	-	-	-	TRS

Fonte: ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo / Assistência Especial de Quilombos - ano 2007<sup>26</sup> (SANTOS; TATTO, 2008, p. 14).

Como é possível observar no Quadro 2, em 2007, o ITESP registrou a existência de 32 CRQ no Estado de São Paulo, sendo 28 localizadas na região do Vale do Ribeira, com destaque aos municípios de Eldorado e Iporanga com respectivamente dez (10) e oito (8) comunidades, quatro (4) em Ubatuba, uma (1) em Capivari região de Campinas, uma (1) em Salto de Pira região de Sorocaba e uma (1) em Itapeva. Também com relação aos dados contidos no quadro, apesar da falta de informação clara sobre a discriminação dos territórios de um número considerável de comunidades, constata-se que grande porção deles encontravam-se na mão de particulares ou do Estado.

Nesse sentido, observa-se, também, a complexidade, bem como a lentidão do processo no que tange à titulação do território, sendo que, dos trinta e dois (32) quilombos levantados pelo ITESP em 2007, apenas seis se encontravam em processo de homologação da posse do território.

Anos mais tarde, no *Inventário Cultura de Quilombos do Vale do Ribeira* elaborado pelo ISA em 2013, entre aqueles Apontados,

---

<sup>26</sup> (\*) Terras devolutas tituladas em 15/01/01; (\*\*) Terras devolutas tituladas em 12/09/03; (\*\*\*) Terras tituladas em 20/03/03; (\*\*\*\*) Terras tituladas em 2007. (a) Área estimada. EFR = Em Fase de Reconhecimento (Trabalhos do Itesp em andamento). TRS = Trabalhos de Reconhecimento Suspensos em 2007.

Identificados, Reconhecidos, Registrados ou Titulados<sup>27</sup>, há um aumento considerável do número de quilombos, identificando-se a existência de 66 CRQVR, como se pode ver no quadro abaixo.

**Quadro 3 - Situação Jurídica dos quilombos de São Paulo**

	Quilombos	Município	Sit. Atual		Quilombos	Município	Sit. Atual
1	Abobral Margem Direita	Eldorado	Apontado	34	Taquari/Santa Maria	Cananéia	Identificado
2	Biguá Preto	Miracatu	Apontado	35	Varadouro	Cananéia	Identificado
3	Caiaçanga	Registro	Apontado	36	Poço Grande	Iporanga	Identificado
4	Capitão Brás	Cajati	Apontado	37	Bairro do Engenho	Eldorado	Identificado
5	Cascalheiras	Eldorado	Apontado	38	Boa Esperança	Eldorado	Identificado
6	Coveiro	Iguape	Apontado	39	Jurumirim	Iporanga	Identificado
7	Desiderio	Iporanga	Apontado	40	Retiro Ex Colônia Velha	Cananéia	Identificado
8	Fau	Miracatu	Apontado	41	Bairro da Aldeia	Iguape	Identificado
9	Ilhas	Barra do Turvo	Apontado	42	Biguazinho	Miracatu	Identificado
10	Itapitangui	Cananeaia	Apontado	43	Abobral Margem Esq.	Eldorado	Identificado
11	Itatins	Eldorado	Apontado	44	Bombas	Iporanga	Identificado
12	Lençol	Jacupiranga	Apontado	45	Piririca	Iporanga	Identificado
13	Mandira	Cajati	Apontado	46	André Lopes	Eldorado	Reconhecido

<sup>27</sup> **Apontado:** Primeira sinalização de existência do Território Quilombola, ainda sem nenhum ato normativo jurídico vinculado, considerando apontamento feito pelo Estado ou Movimento Social. **Identificado:** Primeiro ato normativo referente à existência e regularização do Território Quilombola, considerando abertura dos processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), no órgão estadual competente (Ex: Itesp) e/ou a Certidão da Fundação Cultural Palmares. **Reconhecido:** Reconhecimento do Território como Remanescente de Quilombo, considerando a Portaria de Reconhecimento do Incra ou o Relatório Técnico Científico (RTC) no caso do Itesp. **Titulado Integralmente:** Outorga do título de domínio referente a toda da área do território. Considerando título do Incra para áreas particulares e/ou órgão estadual para áreas devolutas. **Titulado Parcialmente:** Outorga do título de domínio referente a parcela da área do território, considerando título do Incra para áreas particulares e/ou órgão estadual para áreas devolutas. **Registro Parcial:** Registro em Cartório do título de domínio referente a parcela da área do território. **Registro Integral:** Registro em Cartório do título de domínio referente a toda da área do território (ANDRADE; TATTO, 2013, p. 14).

14	Manoel Gomes	Cajati	Apontado	47	Cangume	Itaóca	Reconhecido
15	Morro Grande	Cajati	Apontado	48	Cedro	Barra do Turvo	Reconhecido
16	Padre Andre I	Jacupiranga	Apontado	49	Mandira	Cananéia	Reconhecido
17	Padre Andre II	Jacupiranga	Apontado	50	Nhunguara	Iporanga/ Eldorado	Reconhecido
18	Patrimônio	Iguape	Apontado	51	Pedra Preta/Paraíso	Barra do Turvo	Reconhecido
19	Pavoa	Iguape	Apontado	52	Pedro Cubas de Cima	Eldorado	Reconhecido
20	Pontal	Cananéia	Apontado	53	Peropava	Registro	Reconhecido
21	Ribeirão	Iporanga	Apontado	54	Poça	Eldorado/ Jacupiranga	Reconhecido
22	Rio das Minas	Iporanga	Apontado	55	Porto Velho	Iporanga	Reconhecido
23	Taquaruçu	Jacupiranga	Apontado	56	Praia Grande	Iporanga	Reconhecido
24	Vila Andréia	Cajati	Apontado	57	Reginaldo	Barra do Turvo	Reconhecido
25	Anta Magra	Barra do Chapéu	Apontado	58	Ribeirão Grande/ Terra Seca	Barra do Turvo	Reconhecido
26	Bananal Pequeno	Eldorado	Apontado	59	Sapatu	Eldorado	Reconhecido
27	Castelhanos	Iporanga	Apontado	60	Morro Seco	Iguape	Reconhecido
28	Momuna	Iguape	Apontado	61	Ivaporunduva	Eldorado	Registrado Integralmente
29	Rio da Cláudia	Iporanga	Apontado	62	Galvão	Iguape	Registrado Parcialmente
30	Tocos	Barra do Chapéu	Apontado	63	Maria Rosa	Iporanga	Titulado Integralmente
31	Ariri	Cananéia	Identificado	64	Pedro Cubas	Eldorado	Titulado Parcialmente
32	Porto Cubatão	Cananéia	Identificado	65	Pilões	Iporanga	Titulado Parcialmente
33	São Paulo Bagre	Cananéia	Identificado	66	São Pedro	Eldorado/ Iporanga	Titulado Parcialmente

Fonte: Andrade e Tatto (2013, p. 14).

Como é possível observar no Quadro 3, apenas o Quilombo de Ivaporunduva, com a posse de seu território registrado integralmente, e o Quilombo Maria Rosa, com a emissão do título integral de seu território, possuíam certa estabilidade jurídica formal. Os demais, entre aqueles com título parcial, e aqueles apontados para reconhecimento, sessenta e quatro (64) não possuíam seu direito assegurado em 2013.

Constata-se que, apesar de certo avanço em algumas etapas, em sua maioria, os processos não caminhavam de forma integral, como se observa com o caso das Comunidades de São Pedro, Pilões, Pedro Cubas e Galvão, que, apesar de o título ou registro ser de 1998, como já apontado no Quadro 3, ainda em 2013 o processo não tinha sido concluído.

Vários são os dilemas enfrentados na luta pela posse jurídica dos territórios que ocupam, contudo, entre as principais causas que contribuem para a lentidão do processo, duas questões parecem ser fundamentais, sendo a primeira o fato de várias comunidades terem seu território sobreposto com UCs, problemática já noticiada em 1995 ao MPF pela Comunidade de Ivaporunduva sobre o caso de Pedro Cubas, Pilões e São Pedro, sem resolução até então.

Um segundo problema está ligado diretamente à especulação imobiliária e à ocupação dos territórios por particulares, ou como dizem as próprias comunidades, pelos *terceiros*, consequência das excludentes propostas de governos que almejam industrializar o Vale a qualquer custo na segunda metade do século passado, sem considerar as populações que já ocupavam aquelas terras.

Além disso, várias outras problemáticas contribuem para que as comunidades remanescentes de quilombos não tenham o seu direito assegurado. Vale lembrar a Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI)

nº 3239 levada em 2003 ao Supremo Tribunal Federal pelo antigo PFL, e com continuidade dada pelo DEM.

A ADI nº 3239 questionava a legalidade do Decreto nº 4887/03 e defendia a aplicação do marco temporal, ou seja, só teriam direito ao título de seu território as comunidades que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Passando por diferentes embates no STF, a ADI nº 3239 só foi rejeitada em julgamento que ocorreu em fevereiro de 2018, quando o STF declara a constitucionalidade do Decreto nº 4887/03, e os quilombolas venceram o embate de anos contra os ruralistas, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) que defendiam a irregularidade do Decreto.

No caso particular do Vale do Ribeira, além das questões relacionadas à sobreposição de seus territórios com as UCs, bem como o caso dos *terceiros*, as ameaças vindas a partir do projeto de construção de Tijuco Alto seguiu até 2016.

A partir da concessão dada à CBA, em 1988, para a construção da Usina Hidrelétrica no Rio Ribeira de Iguape, foram 25 anos de luta e resistência numa adversa conjuntura em que até a FCP, instituição federal que tem a obrigação de reconhecer oficialmente as CRQ, contrariando a posição das comunidades, emitiu parecer favorável à construção da Usina<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Disponível em:

<https://www.xapuri.info/meio-ambiente/sustentabilidade-meio-ambiente/valedoribeira-hidreletrica-tijuco-alto/>; <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/populacao-do-vale-do-ribeira-esta-livre-de-tijuco-alto>;  
[http://ceget.fct.unesp.br/assets/site/pdf/Laura\\_dos\\_Santos\\_Rougemont.pdf](http://ceget.fct.unesp.br/assets/site/pdf/Laura_dos_Santos_Rougemont.pdf);  
<https://www.revistamissoes.org.br/2009/12/nao-as-barragens-no-ribeira-de-iguape/>. Acesso em: 22 ago. 2019.

Foram muitas idas e vindas durante esses anos. Em 1999, o MPF suspende a licença prévia de construção da Usina, considerando-o como passível de licenciamento federal, ficando, a partir de 2003, o IBAMA encarregado de realizar o licenciamento ambiental<sup>29</sup>.

Abrigando o maior remanescente de Mata Atlântica do Brasil, e dono de indiscutível riqueza socioambiental, a partir da virada dos anos 2000, com o aumento da denominada consciência ambiental, várias outras entidades compuseram a luta contra as barragens ao longo do rio Ribeira.

Além do MOAB, da EAACONE, do MAB e de representantes da Igreja Católica que já faziam a resistência junto às comunidades desde o início do processo, organizações não governamentais, como o ISA, também compõem de forma consistente a luta ao lado das comunidades, e contra as barragens.

Desde a virada do século, há um complexo processo que envolvia desde Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentado pela CBA, bem como audiências públicas e manifestações das comunidades do Vale defendendo “Terra sim! Barragem Não”, com destaque para a marcha de 10 km na BR 116 em 2006, e a ocupação do IBAMA em 2008 (PINTO, 2014).

Contudo, como já ressaltado anteriormente, a FCP, instituição pública que era ligada ao extinto Ministério da Cultura, com competência para emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral, simplesmente ignora o grito das CRQ e apresentou, em maio de 2013, parecer favorável à construção de Tijuco Alto.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/guerra-no-vale-do-ribeira-contra-uma-hidrel-trica>. Acesso em: 22 ago. 2019.

O parecer apresentado pela FCP gerou revolta das CRQ. No mesmo mês, reuniram-se em Registro com várias<sup>30</sup> entidades para articularem a luta contra a construção da barragem e, além de repudiarem a declaração, cobraram que a FCP mudasse sua declaração<sup>31</sup>.

Por outro lado, em 2014, o IBAMA negou o pedido da CBA que tentava a renovação da concessão que se expirava em 2018 e, em agosto de 2016, o órgão reconhece que a região, além de muito sensível à presença de CRQ, entende que:

[...] a construção, no bioma Mata Atlântica, estava planejada para uma Área com Prioridade Extremamente Alta, de Importância Biológica Alta, de Prioridade de Ação Extremamente Alta, com muitas Áreas de Preservação Permanente (APPs) relevantes, e duas grutas, da Rocha e da Mina, que seriam inundadas, demonstrando que o empreendimento não se justifica do ponto de vista ambiental<sup>32</sup>.

Tal entendimento acaba por sepultar em definitivo a proposta de construção de Tijuco Alto e representou uma vitória das CRQ que, articulando-se com várias organizações, conseguiram, após quase trinta anos, barrar o projeto e o alagamento de seus territórios, bem como da fauna e da flora do Vale do Ribeira.

---

<sup>30</sup> Estiveram presentes representantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), do MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens), da APEOSP, do ISA, do SOS Mata Atlântica, do Ponto de Cultura Caiçara de Cananeia, da Academia de Capoeira Angola IIê Axé, além de professores, trabalhadores e estudantes da região.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/comunidades-do-vale-do-ribeira-cobram-mudan-posi-da-funda-palmares>. Acesso em: 22 ago. 2019.

<sup>32</sup> Disponível em:

<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/document.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

Contudo, como se pode observar na lentidão dos processos de titulação da maioria das CRQ na região, bem como da ameaça vinda de proposta de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), e de empreendimentos ligados à mineração ainda em análise pelo IBAMA, apesar da vitória contra o projeto Tijuco Alto, a luta não terminou.

Além da morosidade no processo de emissão dos títulos e transferência da posse às comunidades, vários outros dilemas podem ser apontados como *difícil* para que essas comunidades possam ter sua autonomia sobre seus territórios, dentro os quais, aponta-se a sobreposição com UCs, a legislação ambiental e a criminalização das roças tradicionais.

Focando no caso das comunidades que compõem o *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR), e, em particular, as 6 comunidades que estão localizadas na região do médio Ribeira entre Eldorado e Iporanga, destaca-se a problemática da sobreposição dos territórios entorno do Mosaico do Jacupiranga (MOJAC).

Criado por meio da Lei estadual nº 12.810/2008, o MOJAC foi um esforço por parte do governo de São Paulo no sentido de tentar reorganizar os limites do antigo Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ), criado por decreto estadual em 1969, com uma área de 150.000 ha, sobreposta com vários territórios remanescentes de quilombos.

Com essa lei, o MOJAC passou a ter uma área total de 243.885,78 ha, subdividido em três parques: o Parque Estadual Caverna do Diabo, envolvendo os municípios de Eldorado, Iporanga, Barra do Turvo e Cajati; o Parque Estadual Rio Turvo, envolvendo os municípios de Barra do Turvo, Cajati e Jacupiranga, e o Parque Estadual Lagamar de Cananéia, envolvendo os municípios de Cananéia e Jacupiranga. Além dos parques, o MOJAC reúne cinco Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS),

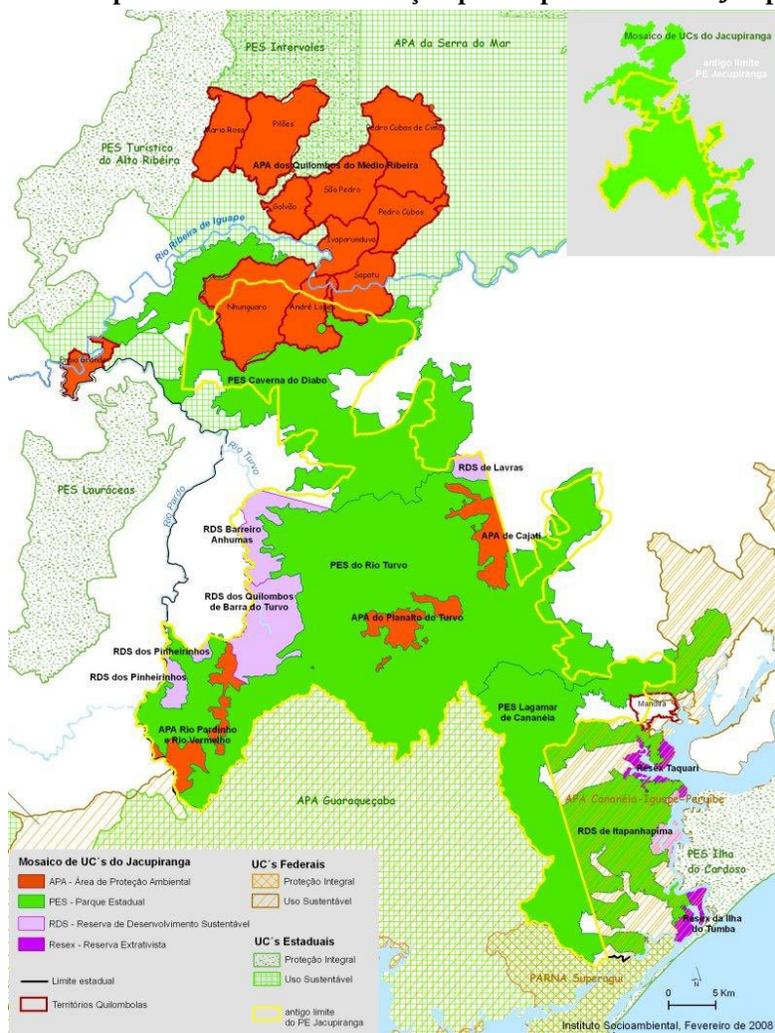
quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA), duas Reservas Extrativistas (RESEX) e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

**Quadro 4 – Unidades de Conservação que compõem o Mosaico do Jacupiranga (SP)**

<b>Nome da UC</b>	<b>Município</b>	<b>Área (ha)</b>
P. E. da Caverna do Diabo	Barra do Turvo, Eldorado, Iporanga	40.219,66
P. E. do Rio Turvo Barra do Turvo	Barra do Turvo, Cajati, Jacupiranga	73.893,87
P. E. do Lagamar de Cananéia	Cananéia, Jacupiranga	40.758,64
APA do Planalto do Turvo	Cajati, Barra do Turvo	2.721,87
APA do Rio Vermelho e Rio Pardinho	Barra do Turvo	3.235,47
APA de Cajati	Cajati	2.975,71
APA Quilombo do Médio Ribeira	Eldorado, Iporanga	64.625,04
RDS Barreiro / Anhemas	Barra do Turvo	3.175,07
RDS Quilombos de Barra do Turvo	Barra do Turvo	5.826,46
RDS dos Pinheirinhos	Barra do Turvo	1.531,09
RDS de Lavras	Cajati	889,74
RDS Itapanhapima	Cananéia	1.242,70
RESEX Ilha do Tumba	Cananéia	1.128,26
RESEX de Taquari	Cananéia	1.662,20

Fonte: Moura et. al. (2011).

**Imagem 1 – Mapa de Unidades de Conservação que compõem o Mosaico Jacupiranga**



Fonte: Bim; Furlan (2013, p. 18).

Diante disso, a área dos territórios das Comunidades de Ivaporundunva, São Pedro, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, André Lopes e Sapatu foram definidos como Área de Proteção Ambiental (APA). Com uma área de 64.625,04 (ha) a APA Quilombo corresponde a uma

categoria de Unidade de Uso Sustentável, segundo classificação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Como unidade de conservação da categoria uso sustentável, a APA permite a ocupação humana. Estas unidades existem para conciliar a ordenada ocupação humana da área e o uso sustentável dos seus recursos naturais. A ideia do desenvolvimento sustentável direciona toda e qualquer atividade a ser realizada na área<sup>33</sup>

Contudo, apesar do projeto propor um modelo de gestão participativa entre as áreas que fazem parte do MOJAC, observa-se, com base nas informações coletadas durante a pesquisa empírica, que tal proposta não se aplica de fato, e que apesar dos territórios quilombolas estarem numa categoria de APA, muitos gestores a consideram como área de proteção integral, enrijecendo a fiscalização ambiental e dificultando a permissão para as comunidades fazerem suas roças.

Maria Sueli Bernanga ressalta, por exemplo, as dificuldades para conseguir a licença para fazer a roça, elemento da identidade cultural daquelas comunidades. Destaca que os empecilhos para a emissão da licença se trata do *modus operandi* autoritário do Estado que atua tentando controlar o modo de vida dos quilombolas<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma extensa área natural destinada à proteção e conservação dos atributos bióticos (fauna e flora), estéticos ou culturais ali existentes, importantes para a qualidade de vida da população local e para a proteção dos ecossistemas regionais. O objetivo principal de uma APA é a conservação de processos naturais e da biodiversidade, através da orientação, do desenvolvimento e da adequação das várias atividades humanas às características ambientais da área. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/152206> Acesso em 27 jan. 2020.

<sup>34</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

Raquel Pasinato (2018) também evidencia essa dificuldade de entendimento entre os interesses estatais e os interesses das comunidades, salientando um grau de preconceito e de falta de comprometimento dos representantes estatais na implementação de uma gestão participativa e eficiente para o MOJAC<sup>35</sup>.

Sobre o licenciamento para a realização das roças, Raquel Pasinato (2018) diz que o processo é muito burocrático e moroso, que depende muito do ITESP que é a entidade responsável pela assistência técnica e pelo planejamento, que depois deve ser encaminhado para Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), que é a entidade responsável pela emissão da licença.

Nesse burocrático e moroso processo que envolve as licenças, as comunidades particularmente do médio Ribeira, segundo Pasinato (2018), passaram sete anos, entre 2006 e 2013, sem terem essas autorizações pra fazer a roça. Destacou que apesar do desgaste com a fiscalização e com a truculência da Polícia Ambiental, esse processo também foi de resistência, onde eles construíram, por exemplo, a *Feira de Sementes* com o propósito de guardar e trocar as sementes pra continuar plantando. Eles não desistiram de fazer a roça, a roça é o cerne da cultura deles<sup>36</sup>.

Seu Antônio Jorge do Quilombo Pedro Cubas nos relatou em conversas durante a *Feira de Sementes* de 2018, que as dificuldades para conseguir a autorização para fazer as roças perduravam até então, disse ele que as autoridades ambientais não dialogam com as comunidades, não fazem esforços para esclarecimento e sim para punições e multas.

---

<sup>35</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

<sup>36</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

Seu Aurico do Quilombo São Pedro, também durante a *Feira de Sementes* em 2018, relatou que tanto a demora e a morosidade do processo por parte das entidades responsáveis, como o fato da licença ser apenas de 2 anos, dificultava, quando não inviabilizava o preparo da roça. Para tanto, disse que os quilombolas propunham que a licenças fossem para pelo menos de 5 anos.

Constata-se que os quilombolas reivindicam mais autonomia para preparar as suas roças, e que as licenças cheguem no tempo certo. Contudo, esse bloqueio das roças continua sendo um dos maiores empecilhos para que as comunidades consigam manter seus modos de vida e sua subsistência.

Como veremos no próximo capítulo, foi também diante desse contexto de criminalização e bloqueio das suas roças de subsistência, que algumas comunidades, mais pela necessidade do que pelo próprio desejo, começam a trabalhar em parceria com algumas Entidades de Apoio (EA) mais sensíveis a suas causas, com a organização e o planejamento do turismo comunitário em seus territórios.



## **Turismo: História, Contradições e Alternativas**

### **3.1 Apontamentos iniciais sobre o turismo**

Segundo os pressupostos da Organização Mundial do Turismo (OMT), adotados oficialmente pelo Brasil, o turismo está relacionado às “atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (BRASIL, 2006, p. 04).

Definido normalmente como uma atividade vinculada à viagem e ao lazer, o turismo enquanto uma atividade socioeconômica vem ganhando certo espaço na literatura contemporânea, cursos e programas de graduação começaram a ser direcionados para estudar as viabilidades e os impactos do turismo. A diversidade de estudos e formas do turismo nos últimos anos torna a sua compreensão bastante controversa e difusa: fala-se em turismo de negócio, turismo de aventura, turismo religioso, turismo rural, turismo gastronômico, um leque de definições que deixa sua compreensão volátil à intencionalidade do pesquisador.

Enquanto disciplina e produto do conhecimento científico, quase sempre é abordado a partir da disciplina que está sendo tratada: Administração, Arquitetura, Economia, Educação, Psicologia, Sociologia, Geografia e Turismo, dificultando compreender uma identidade própria para o tema (SIQUEIRA, 2005).

Frente a esse cenário em que os estudos, políticas e investimentos para a área de turismo ganham cada vez mais destaque em diferentes lugares do globo terrestre, não há dúvida de que o turismo, enquanto uma atividade socioeconômica, bem ou mal, é um fenômeno real na sociedade moderna. Nesse sentido, mais interessante do que entender os tipos e mesmo os benefícios ou malefícios do desenvolvimento desse fenômeno, parece-nos mais importante demonstrar o processo histórico e as transformações políticas, econômicas e culturais que estabeleceram as condições reais para a sua consolidação.

Dessa forma, visto o leque de categorizações que são sugeridos para analisar os tipos de turismo, trataremos nesse primeiro momento, do que denominamos de turismo convencional, ou seja, aquele que independente da categorização, tenha seu processo de desenvolvimento histórico ligado intrinsecamente à lógica mercantil capitalista da sociedade moderna e suas contradições.

Compreende-se que a expansão do turismo convencional, ou simplesmente do turismo, se deu num primeiro momento, entre outros fatores, em consequência ao complexo processo que envolveu o desenvolvimento da indústria capitalista, a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, a luta por melhores condições de trabalho e conquistas como os finais de semanas e as férias remuneradas.

As condições para o dinamismo e a ampliação do turismo na sociedade moderna foi fruto da melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, da criação de uma “civilização do automóvel”, da redução do tempo de trabalho e da implementação de uma indústria do lazer. O turismo se desenvolveu como uma atividade de “reconstituição capitalista”, que, apesar de guarda sua gênese em tempos mais antigos, se expande “no contexto da transformação do tempo de não-trabalho em

tempo do capital”, que ganhou sentido e potência *fetichizante* na sociedade contemporânea (OURIQUES, 2005, p. 18).

Conforme destacou Rule (1990), Thompson (1987) e Ouriques (2005, p. 28), com os desdobramentos consolidados com a Revolução Industrial, a burguesia começou a demonstrar preocupação e necessidade de “disciplinar o ócio dos trabalhadores, aumentando o tempo de trabalho, reduzindo os feriados, as festividades e inserindo modificações no uso do espaço público – a rua”.

A população em geral praticava seu lazer e divertimento com atividades diversas, muitas vezes, vinculadas ao calendário agrícola, às datas religiosas<sup>37</sup> e às feiras livres, ou, “no caso dos trabalhadores industriais, estavam associadas à Santa Segunda” (THOMPSON, 1987; RULE, 1990 p. 302; OURIQUES, 2005, p. 29).

Embora de origem controversa, a segunda-feira ou “Santa Segunda” fora o dia de folga socialmente estabelecidos pelos trabalhadores, além de que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas cometidos por alguns trabalhadores nas manifestações de domingo tornava a segunda um dia de ressaca (RULE, 1990; RYBCZYNSKI, 2000; OURIQUES, 2005).

Compreende-se que, já no início das transformações industriais e do avanço da lógica capitalista, as classes dominantes imprimiram grandes esforços para sujeitar os trabalhadores a uma nova ordem de civilidade e de controle não só do tempo de trabalho<sup>38</sup>, mas também do tempo de não trabalho (OURIQUES, 2005).

---

<sup>37</sup> Vale ressaltar que, desde a Idade Média, a Igreja Católica exercia forte influência sobre o repouso dominical; as corporações de ofício incluíam em seus estatutos a obrigação do descanso aos domingos. Entre o final do século XV e o início do XVI, com a legislação das Índias, Felipe II, na Espanha, torna obrigatório o descanso dominical e em dias de festas religiosas.

<sup>38</sup> Engels (2004) em a “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, demonstra com primor como a burguesia ascendente agiu para disciplinar o proletariado nascente para o tempo de trabalho.

Thompson (1987, p. 294-295) analisando “A formação da classe trabalhadora inglesa” e Ouriques (2005, p. 29) descrevendo a “a preparação dos trabalhadores para o turismo”, destacam que:

No início da Revolução industrial, o ano de um trabalhador ainda se compunha de ciclos de grande fadiga e provisões escassas, intercalados por dias de festa, em que a bebida e a carne eram mais abundantes, as crianças ganhavam laranjas e fitas e as danças, o namoro, as visitas sociais e os esportes envolviam o povo. Praticamente até o final do século XIX, havia uma série de feiras que se realizavam por todo o país (as autoridades tentaram em vão limitar ou simplesmente proibir muitas delas) nas quais se podiam encontrar grupos de mascates, trapaceiros, ciganos autênticos ou não, cantores ambulantes e quinquilheiros (OURIQUES, 2005, p. 29).

Diante das exigências e da disciplina que a produção industrial e a ascendente lógica capitalista requisitava, as festas populares, as manifestações culturais, as formas de lazer, de divertimento e o ócio dos trabalhadores foram desclassificadas e reprimidas pelas classes dominantes<sup>39</sup>. Thompson (1987, p. 300) apud Ouriques (2005, p. 29-30) caracteriza esse processo que envolve desclassificação e repressão das festas populares e do ócio dos trabalhadores como parte de uma “imposição da disciplina social, no qual a perda do tempo livre e a repressão ao desejo de se divertir tiveram tanta importância quanto a simples perda física dos direitos comunais e dos locais para recreio”.

---

<sup>39</sup> Antonio Gramsci (2002) comentando sobre a história de David Lazzarretti nós dá uma clara demonstração da forma como a elite social da época desclassificava a questão dos grupos subalternos e populares sempre como algo bárbaro ou patológico.

As formas de lazer, de divertimento e de ócio dos trabalhadores, considerados anárquicos e depravados, além da “disciplina social” para combater os “excessos”, fora necessário reordenar e reorganizar tanto o tempo quanto os espaços de lazer dos trabalhadores, fato que ganhou mais dinamismo com o desenvolvimento das ferrovias e das excursões planejadas (RULE, 1990, p. 324 apud OURIQUES, 2005, p. 30).

As classes dominantes, já em meados do século XIX, constataram as vantagens das viagens de trem e de pequenas excursões mecanizadas para a massa de trabalhadores como uma forma mais adequada, controlável e disciplinada de diversão e lazer durante o tempo livre.

Essas excursões para as massas também tornaram-se possíveis pela criação do fim de semana, que surge na Inglaterra do século XIX como folga de um dia e meio e vai, paulatinamente, substituindo a “Santa Segunda”. Esta, alias, abriu caminho para o fim de semana: primeiro porque as pessoas se acostumaram com as vantagens de um descanso semanal de dois dias e segundo, porque serviu para popularizar a viagem de recreio (RYBCZYNSKI, 2000, p. 104 apud OURIQUES, 2005, p. 31).

Contudo, apesar desse preparo da classe trabalhadora para um modelo específico de lazer que fora constituído com o avanço do modo de produção capitalista e sua necessidade e imposição de uma disciplina social, a disseminação de forma mais elaborada de uma indústria do turismo ocorreu ao longo do século XX. Potencialmente constituído com a evolução das estradas de ferro, dos transportes mecanizados, da comunicação, do avanço técnico e da transformação do espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2008).

Para se consolidar em meio à classe trabalhadora e como uma atividade de massa, o turismo contou também com as conquistas da classe trabalhadora ligadas aos descansos remunerados e com as políticas de bem-estar social. Entende-se que, ao passo que o modo de produção industrial capitalista foi se estabelecendo, consolidando-se e introduzindo um disciplinamento do tempo de trabalho e do tempo livre, as bases para a formatação de uma indústria do turismo mais elaborada e dinâmica também foi se constituindo no espaço geográfico.

O desenvolvimento do sistema de engenharia e as descobertas envolvendo a química, o petróleo, o aço e a eletricidade na segunda fase da Revolução Industrial proporcionou a expansão da produção de bens de consumo, da indústria automobilística e do desenvolvimento da aviação, meios necessários para a massificação dos deslocamentos humanos pelo território (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 21; OURIQUES, 2005).

O desenvolvimento produtivo a partir da segunda fase da Revolução Industrial foi fundamental para a disseminação do turismo convencional, pois, ao ponto que permitiu a redução do tempo necessário para produção de bens materiais, possibilitou a redução do tempo de deslocamento de mercadorias e de pessoas pelo território. Junto às transformações materiais, outro fator preponderante para a expansão das viagens modernas ao longo do século foram as conquistas trabalhistas e sociais consolidadas no conturbado e complexo contexto que envolve revoluções e duas guerras mundiais em menos de meio século<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> Rybczynski (2000) e Ouriques (2005) destacam que, no período entre guerras, os governos da Itália fascista e da Alemanha nazista, propondo um modelo cultural coletivista, buscou popularizar as incipientes práticas de excursões iniciadas na Inglaterra, incentivando os trabalhadores a fazerem turismo em vez de descansar em casa.

As conquistas trabalhistas ligadas à redução da jornada de trabalho, aos descansos semanais<sup>41</sup> e às férias remuneradas disseminadas às vésperas da Segunda Guerra Mundial possibilitaram uma maior disponibilidade de tempo livre, passível de ser usado para o lazer, para as viagens, para o turismo (OURIQUES, 2005).

Krippendorff (2001, p. 38-39), apresentando as influências sociais que impeliam as pessoas a viajarem, destaca que as conquistas relacionadas ao descanso semanal, as férias remuneradas e às políticas de bem-estar vão sendo trabalhadas quase como sinônimos de tempo para o consumo e para fazer turismo. Para o capital, o descanso remunerado dos trabalhadores empregados e o aumento do tempo livre representavam perda de produção e de lucro, daí a intencionalidade de incentivar o trabalhador, através de uma indústria do turismo, a consumir em seu tempo livre.

Utilizando-se das mais diferentes estratégias relacionando o desejo da liberdade, o direito ao lazer e ao consumo, a ascendente indústria do turismo vai operando para transformar em turista aquele trabalhador empregado, com direito a descanso remunerado e maior disponibilidade de tempo livre ao mesmo tempo em que vai “produzindo espaços relativos aos afazeres turísticos” (CRUZ, 2009, p. 98).

O turismo cresce associado ao tempo livre como uma alternativa agradável para o relaxamento e a reconstituição das forças desgastadas na rotina do trabalho, por uma ideologia de poder viver livremente e conhecer novas experiências fora do seu cotidiano e pela produção de espaço para fazer turismo (KRIPPENDORF, 2001; CASTELLI, 1990; OURIQUES, 2005; CRUZ, 2009).

---

<sup>41</sup> Com exceção da Rússia soviética, na qual o descanso era concedido após o quinto dia de trabalho, independentemente do dia da semana, o que se plasmou à cultura foi a fixação do descanso semanal nos finais de semana.

As conquistas sociais relacionadas ao tempo livre e ao descanso pago possibilitaram que estudos relacionados à ética do trabalho, até então predominante, fosse combinado a uma ética do lazer, estabelecendo elementos condicionantes para o turismo contemporâneo (GROPPO, 2006; CANDIOTTO, 2007). As mudanças de valores em direção ao individualismo e de uma ideologia romantizada pelo lazer e pelo turismo, bem como a idealização da busca pela liberdade individual, do tempo disponível, do tempo de não trabalho, do tempo de reestabelecimento físico e psíquico em atividades de lazer, entretenimento, viagens e turismo serão usadas “para a afirmação de uma ética do consumo” (CANDIOTTO, 2007, p 142).

Dessa forma, a ascendente indústria do turismo ao passo que transforma o tempo de não trabalho ou o tempo livre em tempo para o consumo e, conseqüentemente, em tempo para o capital é “entendida pela apropriação capitalista dos momentos de ócio individual, transformados em um imenso aparelho coletivo de enriquecimento privado” (OURIQUES, 2005, p. 18).

Trabalhando na elaboração de sua principal mercadoria, a indústria do turismo vai agindo para transformar em turista o trabalhador com tempo disponível, interesse e condição para consumir e viajar, ao passo que vai estendendo seus tentáculos ao mais longínquo reduto que tenha potencial para ser consumido pela mercadoria turista. Diante disso, o lazer e o turismo vão se tornando atividades econômicas lucrativas e com efeitos multiplicadores, de modo que a criação e a organização de diferentes atrativos e destinos turísticos começam a ser incentivados e estabelecidos em diferentes lugares.

Análises econômico-setoriais identificam a existência de uma cadeia produtiva composta por *agentes* (como agências, parque, restaurantes, hotéis etc.) criados exclusivamente para o turismo e setores

de infraestrutura básica, como da rede hospitalar, de segurança, transporte, água, esgoto, entre outros (LAGE; MILONE, 2001). Verificando como é constituída a indústria do turismo, observa-se que ela se estabelece através de organizações dos setores públicos e privados, que normalmente estão agrupadas com o objetivo de preparar os turistas e o espaço que satisfaça às necessidades e anseios desses turistas.

Assim, ao mesmo tempo em que a indústria do turismo vai formatando e motivando aquele sujeito com tempo disponível e condição de consumo para ser turista, também move de forma articulada um leque de agentes públicos e privados na elaboração e preparo do espaço turístico.

Em um contexto mais generalizado, o turismo quase sempre é vendido como uma atividade benéfica, que pode conciliar o desenvolvimento econômico e o ecológico, pois, diferente das indústrias tradicionais, consideradas poluente, a “indústria do turismo” quase sempre se fundamenta pelo respeito socioambiental.

Tendo como parte importante para seu produto o que Ouriques (2005, p. 20) definiu como “mercadoria paisagem”, é conveniente e necessário para os propagandistas e defensores da indústria do turismo o vender como um segmento que respeita o meio ambiente<sup>42</sup>. Contudo, ao analisar mais detalhadamente os efeitos do turismo convencional, observa-se que, apesar de ser menos poluente que as indústrias tradicionais, dependendo do empreendimento, além de transformar completamente a paisagem de um lugar, causa grandes impactos ambientais e sociais.

Conquistando a classe trabalhadora melhores condições econômicas e descansos pagos, articulado ao avanço do desenvolvimento

---

<sup>42</sup> A “mercadoria paisagem” passa necessariamente pelo fetichismo da mercadoria da forma que lugares de natureza exuberante tornam-se elemento fundamental do consumo turístico (OURIQUES, 2005).

do sistema de engenharia (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 21), as atividades de lazer e de turismo passaram a ser acessíveis e, de certa forma, oferecidas de forma mais ampliada, ao mesmo tempo em que estruturas de balneários, clubes, parques, restaurantes, hotéis, entre outros, passaram a ser incentivadas.

A ampliação da dimensão do consumo do trabalhador e o crescimento da oferta de lazer e de turismo tornou-se um novo e promissor mercado para investimentos, potencializando também investimentos em infraestrutura de logística e de deslocamentos (estrada, aeroporto e portos) pelo território.

Nesse aspecto, a evolução produtiva, a redução do tempo de trabalho humano necessário para produzir bens materiais e a suposta tendência que defendia o fim do trabalho, o turismo e o lazer ganharam preponderância para o desenvolvimento econômico no último quarto do século XX. O desenvolvimento das tecnologias da informação, da comunicação e o surgimento do trabalho de escritório, informacional e digital, começam a gerar expectativas sobre o fim da dimensão do sofrimento do trabalho e, quiçá, o fim do trabalho (ANTUNES, 2018).

Tendo os EUA e a Europa à frente, a tese de que a classe trabalhadora estava em franca retração global ganhou força. Antunes (2018, p. 32) destaca que “a ideia de um capitalismo maquínico e sem trabalho se expandia e mesmo se consolidava, conseguindo ampla adesão no universo acadêmico, sindical e político em várias partes do mundo”.

Movida quase exclusivamente pelo avanço do sistema de engenharia e pelas transformações operadas a partir de uma nova etapa de domínio *maquínico-informacional-digital*, essa concepção vendia a ideologia de um capitalismo sem exploração do trabalho humano e, diante

desse futuro inevitável, a classe trabalhadora teria mais tempo disponível (ANTUNES, 2018).

Antunes (2018) comprova que em sua totalidade, mais do que o fim da exploração do trabalho humano e da classe trabalhadora, essa ideia que corroborou com a ascensão do capitalismo financeiro e do setor de serviços desenvolveu cada vez mais uma simbiose entre o que é produtivo e o que é improdutivo.

O mito de que a “sociedade de serviços pós-industrial” eliminaria completamente o proletariado se mostrou um equívoco enorme. Evaporou-se. Desmanchou-se no ar. Na contrapartida, vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços (ANTUNES, 2018, p. 38).

Em meio a essas mudanças no mundo produtivo, da ascensão do setor de serviços, das áreas de comunicação, de informação, de circulação e de mundialização do capital (globalização), que Braverman (1987) explica detalhadamente, em seu livro “Capital Monopolista”, o desenvolvimento do turismo vai ganhar fôlego como atividade econômica emergente.

Com o avanço do capital monopolista, da mundialização do capital e da ideologia neoliberal, ocorre a expansão da “sociedade espetacular”, um contexto em que “o mundo da mercadoria domina tudo o que é vivido”, ou seja, “a mercadoria ocupa totalmente a vida social” (DEBORD, 1997, p. 28-30).

Diante disso, o *fetichismo* da mercadoria é potencializado, “a vida social ultrapassa a fase do ter e desemboca no parecer”, onde o principal

sentido explorado é a visão, dessa forma, a “mercadoria-paisagem”, o componente paisagístico assumiu caráter fundamental para o consumo dos turistas (OURIQUES, 2005, p. 52).

Em meio a esse complexo contexto, o turista vai cada vez mais sendo condicionado pela necessidade de sair do local cotidiano, do anticotidiano, do bucólico, do natural, do prazer vinculado ao deslocamento para outro lugar que traga a sensação e a aparência de liberdade (KRIPPENDORFF, 2007).

Considerada uma atividade positiva em termos de desenvolvimento econômico e com potencial de crescimento quase ilimitado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo, as Nações Unidas vão declarar o ano de 1967 como o “Ano Internacional do Turismo” (DIAS, 2003, p. 13).

Acreditava-se que os hábitos de lazer e de viagens de quem vivia nos países ricos iriam abrir as portas do desenvolvimento econômico aos habitantes dos países pobres. E desse modo, um bom número de países em desenvolvimento passam a incentivar o turismo sem estudos adequados de sua viabilidade (DIAS, 2003, p. 13).

É importante destacar que, a partir da década de 1960, devido às consequências das contradições que o modelo capitalista de consumo e utilização dos recursos naturais já vinham gerando desde anos anteriores, começou a ganhar força nos países de capitalismo central o debate sobre a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais. Trabalhos como “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson (1962), que apresentou um contundente questionamento sobre o uso de pesticidas químicos, sobre a

responsabilidade da ciência e os limites do progresso tecnológico, incitaram a necessidade de uma consciência ambiental.

A partir dessas preocupações, os turistas passaram a demandar não só os atrativos habituais, como no caso do turismo de sol e praia, entendido como turismo de massa e supostamente degradante, mas também uma paisagem preservada, exuberante, valorizando o romântico, o lúdico, a nostalgia pelo passado e pelo ambiente preservado.

Vale ressaltar a emergência do debate sobre o meio ambiente na transição da década de 1960-1970 com destaque a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo) realizada em 1972 em Estocolmo na Suécia, simbolizando a inauguração de uma agenda mundial para as questões ambientais<sup>43</sup>.

Com a ascensão do debate sobre a importância do meio ambiente, do suposto aumento da consciência ambiental e de resgate da natureza particularmente em países de capitalismo avançado, a indústria do turismo vai desenvolver novos segmentos de mercado. Dias (2003, p. 16) aponta o surgimento de um *turismo alternativo*, que propunha maior contato com a natureza em atividades “como o agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura, montanhismo, canoagem, etc.”. Nesse sentido, o turismo em CRQ tem uma contradição, pode representar tanto um novo segmento de mercado quanto uma resistência ao avanço da mercantilização, conforme veremos a partir do capítulo 3.2.3.

Em virtude desses novos segmentos de mercado turísticos, os trabalhadores dos países de capitalismo avançado, usufruindo das conquistas do bem-estar e convertido na mercadoria turista, passam a

---

<sup>43</sup> Teve como desdobramentos da Conferência a elaboração da Declaração de Estocolmo, com 26 princípios e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

procurar de forma cada vez mais frequente viagens para destinos inusitados em países de capitalismo dependente, com paisagens exóticas e paradisíacas como, por exemplo, o Brasil.

Considerando o movimento da totalidade histórica capitalista e o entendimento de que o mundo é regido por uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) fruto de um movimento desigual e combinado, Ouriques (2005, p. 12) aponta que em países de capitalismo dependente como o Brasil, “o turismo, ao produzir a mercantilização progressiva em lugares até então não inseridos nos círculos do capital, age como um dominador” que contribui como uma nova “faceta estética e *fetichista* do colonialismo”.

A professora Rita Cruz (2009, p. 93) num esforço de desvendar as “contradições econômicas e sociais dos países de capitalismo periféricos ou dominados pelo imperialismo” destaca que o desenvolvimento desigual e combinado também está diretamente relacionado ao conceito de Divisão Territorial do Trabalho (DTT), nesse sentido, “o modo de produção capitalista sendo um modo de produção social da riqueza e de apropriação privada, seu desenvolvimento se dá no âmbito de um processo contraditório, entre outras razões porque o capital é seletivo do ponto de vista espacial”.

Analisando a realidade brasileira particularmente em relação ao desenvolvimento da indústria de turismo e “seu lugar no processo social e histórico de produção do espaço”, destaca-se que apesar do turismo se impor aos lugares, ele não faz sobre “uma tabula rasa” e “sobre espaços vazios e sem donos” (CRUZ, 2009, p. 98).

Portanto, não são apenas Estados, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo, em muitos

casos, atuando como contra-racionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser imanente ao processo (CRUZ, 2009, p. 98).

Produto do complexo contexto e transformações do capitalismo ao longo dos anos, seja convencional ou alternativo, o fato é que o turismo chega ao início do século XXI como uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo. Dias (2003, p. 09), fazendo referência à OMT, destaca que “de 1950 a 2000, os deslocamentos de turistas internacionais passaram de 25 para 699 milhões por ano”.

Nesse contexto em que houve um avanço do setor de serviços em geral e do turismo em específico, diversos países de capitalismo dependente, incluso o Brasil, passaram a investir no turismo primeiro como uma oportunidade para tentar superar a crise que assolou os países dependentes na transição da década de 1970/80 e depois, como uma alternativa para geração de divisas e empregos.

Diante dessa contextualização mais ampla sobre a totalidade do turismo e a forma como ele vai se estruturando em meio ao desenvolvimento e contradições da sociedade capitalista, particularmente nos países do centro do capitalismo, passamos a partir do próximo tópico a analisar como ele se manifesta no território brasileiro.

Vejamos, a partir do próximo tópico, como o Brasil vem se preparando e organizando o turismo nos últimos anos.

### 3.2 O turismo no Brasil: dos anos 1990 ao século XXI

Apesar de delinear-mos para o presente tópico a transição dos anos 90 para o século XXI, não significa que ignoramos que desde tempos anteriores, tanto o Estado brasileiro como as organizações que compõe a indústria do turismo nacional e internacional não tenham agido potencializa-lo como segmento de mercado.

Compreende-se que já faz anos que o Brasil olha com fetiche para o turismo, seguindo as tendências dos novos segmentos de mercado turístico que emanam principalmente dos países do centro do capitalismo, é possível observar já na transição da década de 1960-1970 ações relevantes por parte do Estado no sentido de adequar o *país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza* para o consumo da mercadoria turista.

Como exemplo notório, destaca-se o Decreto-Lei nº 55/66 no qual o Estado Brasileiro estabelece o Sistema Nacional de Turismo e constituí a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Conselho Nacional de Turismo. Diante disso, por meio de financiamentos e incentivos fiscais, o poder público torna-se o principal agente de todas as ações referente ao turismo no território nacional (CRUZ, 2000; TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Vale ressaltar que nesse período o Brasil estava sobre o regime autoritário da ditadura militar instaurada em 1964, sendo assim, as ações foram conduzidas de forma centralizada onde a atuação estatal canalizou e determinou no espaço do território nacional as regiões com condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo, com destaque para a costa litorânea.

Com o fim do regime de exceção após uma longa jornada de mobilizações pela redemocratização que marcou quase toda a década de

1980, em 1988, foi aprovada a nova Constituição Federal, considerada um avanço em relação aos direitos democráticos essa nova constituição, denominada *cidadã*, apresentou pressupostos de bem-estar social.

Entretanto, apesar do pressuposto de bem-estar nos encaminhamentos constitucionais, na ordem mundial do capital, fatores determinantes e relacionados às diretrizes vindas desde as formações avançadas não corroboravam os apontamentos de um Estado de bem-estar social, e, sim, determinantes de hegemonia mercadológica e *neoliberalizante*.

Nas palavras de Netto (1999, p. 76), esse impasse acarretou que:

[...] ao tempo em que, no Brasil, criavam-se mecanismos político-democráticos de regulação da dinâmica capitalista, no espaço mundial tais mecanismos perdiam vigência e tendiam a ser substituídos, com a legitimação oferecida pela ideologia neoliberal, pela desregulamentação, pela flexibilização e pela privatização – elementos inerentes à mundialização (globalização) operada sob o comando do grande capital

Dessa forma, o pacto social plasmado pela Constituição de 1988, assim que promulgada, passou a ser o centro do debate político, ainda que “a burguesia e seus sócios tenham jogado tudo para desqualificá-la (desde o impedimento da preparação da legislação complementar até a pura e simples violação dos seus preceitos)” (NETTO, 1999, p. 78).

Daí que, na sequência que entra em vigor a nova Constituição, configura-se um cenário de embate que, por um lado, abriga seus defensores como alternativa para que as massas trabalhadoras pudessem

reverter sua dramática situação histórica e, por outro, os setores ligados ao grande capital lutando para inviabilizar essa alternativa<sup>44</sup> (NETTO, 1999).

É nessa conjuntura, seguindo as orientações da OMT, que se deram os encaminhamentos mais contundentes, após a redemocratização, na reorganização do turismo no território nacional, com destaque a homologação do Decreto-Lei nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, que regulamenta os dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo (PNT).

Apesar da lentidão e dos descompassos desse momento, em que até a EMBRATUR foi extinta por um curto espaço de tempo, como parte de uma possível reforma no governo Collor, o Brasil foi palco da Segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92).

Resultado das discussões sobre as mudanças climáticas e dos impactos ambientais ao longo da década de 1970 e 1980 em várias partes do mundo, a Eco-92 ocorreu na cidade do Rio de Janeiro e, entre outros resultados, consolidou o movimento pelo desenvolvimento sustentável e a importância das questões ambientais na política internacional e nacional.

Organizada pelas Nações Unidas, a Conferência, além de ter como resultado a Agenda 21 (documento assinado por 179 países com estratégias a serem adotadas para a sustentabilidade do meio ambiente), servira também como importante marketing turístico no imaginário daqueles que queriam conhecer esse Brasil *bonito por natureza*.

---

<sup>44</sup> Entre alguns fatos que podem comprovar essas informações, estão, por exemplo, a lentidão para aprovar o Decreto nº 4887/03, a Lei nº 10.639/03, que modifica a Lei nº 9.394/1996 e dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica, e a Lei nº 11.645/2008, que introduz a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na educação básica.

Nesse contexto, Cruz (2005) destaca que a Lei nº 81.181 e o Decreto-Lei nº 448 buscou regulamentar e reorganizar a ação estatal adequando-a as novas demandas emanadas da lógica neoliberal e do setor de turismo, eliminando eventuais entraves para a ação da administração pública como fomentadora e facilitadora de um turismo massivo e internacionalizado.

Com o *impeachment* de Collor de Mello, o novo presidente Itamar Franco, por meio da Secretaria Nacional de Turismo e do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), deu andamento às propostas de desenvolvimento do turismo com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Travestido de um discurso de gestão participativa e local, o PNMT foi de fato, um programa voltado para capacitação dos municípios interessados em desenvolver a atividade turística em seus territórios aos moldes do que Cruz (2005, p. 32) chamou de “gestão miúda”, pois, a tomada das decisões orientadoras do desenvolvimento da atividade ficou centrada na esfera federal.

Contudo, apesar de institucionalizado pela Portaria nº 130 do MICT, de 30 de março de 1994, o PNMT foi implementado, de fato, a partir da PNT (1996-1999), no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em meio a grandes transformações e reformas como, por exemplo, a reforma do Estado.

Denominada *Reforma Gerencial*<sup>45</sup>, além de absolutamente inter-relacionada com o modelo econômico que sustentou o plano real<sup>46</sup> nos primeiros anos, a reforma objetivou o enxugamento da máquina burocrática do Estado e “a revisão da relação Estado/sociedade civil no que tange as políticas públicas na área social” (BRITO, 2016, p. 27).

Considerou-se que os custos de prestação de serviços diretos realizados pelo Estado eram muito custosos e que a arrecadação não era suficiente para garantir os direitos. Dessa forma, seria necessário reduzir o tamanho da estrutura do Estado e criar novas formas de prestação de serviços com menos custos (ler-se menos direitos) (MONTAÑO, 2007).

Operando uma separação entre o que seriam atividades exclusivas de Estado e a produção de bens e serviços para o mercado, considerou-se que uma série de atividades na área social, científica e cultural poderia não envolver o poder do Estado e, diante disso, não era uma atividade exclusivamente sua<sup>47</sup> (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Estabeleceu-se que as atividades não exclusivas, para um melhor desenvolvimento, deveriam sair do âmbito estatal e ser colocadas sob a lógica de competitividade, podendo “ser controladas não apenas através da

---

<sup>45</sup> Para maiores conhecimentos sobre a interpretação do Ex-ministro, ver: *O Caráter Cíclico da Intervenção Estatal* (1989); *Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal* (1991); *Reformas Econômicas em Democracias Recentes* (1993); *A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle* (1997).

<sup>46</sup> O plano real consolidou 3 medidas macroeconômicas (tripé macroeconômico): 1º - metas de inflação, 2º - liberdade do câmbio – câmbio flutuante; e 3º - Adoção da política de superávit primário (economia que o governo faz para o pagamento da dívida pública antes de direcionar esse dinheiro para o orçamento).

<sup>47</sup> “Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural, etc.” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 25).

administração pública gerencial<sup>48</sup>, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados” (BRESSER-PEREIRA, 1997, p. 25).

Caberia ao Estado executar somente os serviços essenciais; os serviços considerados não essenciais deveriam ser liberados para a iniciativa privada e para as organizações públicas não estatais (as diferentes organizações constituídas pela sociedade civil – associações, cooperativas, organizações não governamentais). É nesse contexto que se multiplicaram EA, tal como as analisadas nesta tese de doutorado.

Seguindo a lógica neoliberal imposta pela reforma do Estado, a PNT e o PNMT vão ser desenvolvidos em uma suposta concepção de *descentralização, sustentabilidade, motivação, capacitação e parceria* envolvendo poder público, instituições privadas, organizações não governamentais e comunidades.

Constata-se que, apesar dos debates e de certa inserção dos diferentes atores, bem como, da crescente empolgação frente às supostas possibilidades econômicas, muitos foram os limites e, com muitas raras exceções, o programa não conseguiu criar e manter uma estrutura sustentável em longo prazo.

O PNMT caracterizou-se como um programa de descentralização da gestão do turismo sem repasse financeiro direto. Os municípios não eram obrigados a aderirem ao programa e quando o faziam, recebiam apenas, o repasse de tecnologia e de informações, com uma série de oficinas de planejamento participativo, baseadas em técnicas de

---

<sup>48</sup> “Reforma Gerencial do Estado – descentralização administrativa ou municipalização – transferência de responsabilidade dos órgãos federais para instâncias municipais” (MONTAÑO, 2007, p. 193).

dinâmica de grupo que misturavam diversos métodos, entre eles o método Metaplan e o ZOPP<sup>49</sup> (FRATUCCI, 2008, p.165).

Considera-se que o PNMT, apesar das propostas e objetivos almejados, serviu mais para treinar e adequar os diferentes agentes públicos e privados ligados ao setor de turismo para a nova ordem estatal de lógica neoliberal, operada em consonância com a reforma do Estado.

Fazendo um breve levantamento sobre o PNMT nos anais do Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), constata-se que o processo em diferentes municípios, além da questão financeira, apresentou diversos limites em nível de responsabilidade, formulação, articulação e implementação.

O Programa, que se manteve como estratégico durante os governos de FHC, talvez pelos próprios limites de concepção, não conseguiu efetivar de fato uma gestão participativa com formação de Conselhos Municipais de Turismo e Fundos Municipais do Turismo compostos de forma equitativa por representantes do setor público, da sociedade civil organizada e do setor privado.

Apesar dos limites, foi através dos programas de governos gestados nos anos 1990 e começo dos anos 2000, que começou “a ser atribuído crescente importância à atividade econômica do turismo, que passa a ser vista como engendradora de processos de desenvolvimento regional e, conseqüentemente, como instrumento minimizador de (históricas)

---

<sup>49</sup> Metaplan é uma técnica destinada a promover o envolvimento das pessoas nas discussões, esclarecer dúvidas, gerenciar conflitos e levar um grupo a alcançar, de forma consistente, os objetivos propostos para discussão. É fundamental para o processo de moderação de reuniões, de grupos de trabalho, de oficinas de planejamento, monitoria e avaliação. A metodologia ZOPP, do alemão "Ziel orientierte Projekt Planung" - Planejamento de Projetos orientado por Objetivos - foi criada pela Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), com sede em Esborn, na Alemanha, entre as décadas de 1970 e 1980.

desigualdades regionais” (CRUZ, 2005), importância que será continuada e ampliada no governo Lula da Silva como veremos no próximo tópico.

### 3.2.1 Roteiros do Brasil – *Relaxa e goza*<sup>50</sup>

Em 2003, com o início do governo Lula da Silva, o turismo deixa de ser parte de outros órgãos federativos e, pela primeira vez, é elevado à categoria de Ministério. Constituída pela relevância que o setor assume, o Ministério de Turismo (MTUR) foi criado com a missão de desenvolver o turismo como atividade econômica autossustentável em geração de empregos e de inclusão social (BRASIL, 2016).

Considerando que, desde tempos mais remotos, devido particularmente aos seus bens naturais e culturais, o Brasil é apontado com propensão e potencialidades para o desenvolvimento do turismo, com a criação da pasta, essa predisposição começa a ser operacionalizada de forma mais elaborada e ampliada.

No mesmo ano, o MTUR lança seu PNT (2003-2007) com os seguintes objetivos gerais: a) Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais; b) Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro no mercado nacional e internacional<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Referência à declaração da então Ministra do Turismo Marta Suplicy em 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL51536-5601,00.html> Acesso em: 01 abr. 2020.

<sup>51</sup> Objetivos específicos: a) Dar qualidade ao produto turístico; b) Diversificar a oferta turística; c) Estruturar os destinos turísticos; d) Ampliar e qualificar o mercado de trabalho; e) Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; f) Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional; g) Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista (BRASIL, 2003, p. 22).

Apesar do novo status na estrutura organizacional, o MTUR, através do PNT, vai continuar com a racionalidade operacional de gestão *descentralizada* e um suposto fortalecimento dos órgãos estaduais, regionais e municipais, bem como, de *parceria* e *terceirização* de atividades de extensão, capacitação, assistência técnica e formação.

Isto ocorre, no Brasil, em concordância com os objetivos da *Reforma Gerencial* do Estado, promovida pelo ex-ministro Bresser Pereira no governo FHC. Assim, a descentralização refere-se tanto ao processo de municipalização ou descentralização administrativa – transferência de responsabilidade dos órgãos federais para instâncias municipais -, quanto ao que Bresser Pereira chama (enganosamente) de *publicização* – ou seja, transferência de responsabilidade e funções para o setor privado e para as organizações do chamado *terceiro setor*, isto é, uma verdadeira privatização (MONTAÑO, 2007, p. 192).

Destaca-se que a *descentralização* administrativa ou municipalização “significa a transferência de responsabilidade e competência dos órgãos federais para instâncias municipais e locais”, porém, sem os recursos correspondente e/ou necessários (SOARES, 2000 apud MONTAÑO, 2007, p 193).

Sobre o processo, avaliou-se que a maioria dos municípios tinham limites para vender seus produtos turísticos. Dessa forma, o MTUR assumia a função por meio de editais e projetos, de contratar e/ou fazer parceria com EA para ensinar os municípios não só a desenvolver a sua plataforma local, mas também capacitá-los para captação de investimento (fluxo de capitais, fluxo de empresas atrás de oportunidades) e empreender.

Nessa mesma levada e seguindo os pressupostos da *publicização*, da *descentralização* e de uma suposta gestão participativa, em 2004, o MTUR

lança com o propósito de incentivar os municípios a trabalharem em conjunto nas diferentes regiões o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil<sup>52</sup>.

Propondo estabelecer convergência e interação das ações desempenhadas pelo MTUR com estados, regiões e municípios, o Programa de Regionalização teve como objetivo apoiar e incentivar ações de estruturação dos destinos potenciais, de melhoria da gestão e de promoção do turismo no País.

Tendo como diretrizes políticas e linhas de ação a gestão coordenada; o planejamento integrado e participativo; e a promoção e apoio à comercialização, nascia o modelo oficial de implementação da regionalização no País. O caminho seria longo para chegar a todo o Brasil, a todas as regiões, aos municípios. Ações e estratégias não faltaram para isso. Sensibilizações, mobilizações, salões do turismo, encontros de Interlocutores, cadernos de turismo, verbas, sistemas, redes, parceiros, cursos a distância, oficinas, estudos de competitividade, roteirizações, políticas e macropolíticas, articulações, enfim, um manancial de dispositivos foi criado no âmbito do Programa. Tanto que, no PNT 2007-2010, o Programa ganha status de macroprograma, intitulado Regionalização do Turismo. O Programa de Regionalização passaria, também, a ser um grande motor da gestão descentralizada do turismo. Um facilitador desse processo, que pretende que as políticas públicas sejam compartilhadas entre governo federal, Estados e municípios, passando pelas instâncias de governança, como CNT, Fornatur, fóruns e conselhos estaduais e as instâncias de governança regional. Mais uma vez, exigia-se uma mudança de cultura política e de gestão (BRASIL, 2010).

---

<sup>52</sup> O Programa é fruto do Plano Nacional do Turismo 2003-2007: Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, que teve como ponto de partida o debate nacional com os segmentos representativos da sociedade, de modo a promover o desenvolvimento turístico sustentável de forma regionalizada no Brasil (BRASIL, 2004b).

Por meio do Programa de Regionalização do Turismo, foram realizadas ações articuladas com Órgãos e Fóruns Estaduais de Turismo, levantando e mapeando roteiros e regiões com potenciais turísticos em todo o território, terminando por selecionar 65 destinos turísticos que teriam como meta induzir o desenvolvimento de roteiros e de regiões.

Compondo uma das metas do PNT (2007-2010), os 65 destinos, além de induzir o desenvolvimento nos respectivos territórios em todas as Unidades Federadas, deveriam ser qualificados para servirem de modelos para o desenvolvimento turístico-regional, devendo as experiências e práticas exitosas serem multiplicadas para outros destinos que integram as regiões turísticas do País.

Não se trata de nosso objetivo e nem teríamos como, neste momento, analisar as metas do PNT, do processo de regionalização e de capacitação dos 65 destinos indutores, contudo, faz-se necessário fazer algumas ressalvas sobre sua dinâmica e desenvolvimento.

Sob as determinações de uma lógica de gestão compartilhada e de *parceria* entre o governo federal e as instâncias regionais, municipais e as entidades da sociedade civil e da iniciativa privada, coube ao Instituto Marca Brasil (IBM) fazer gestão do projeto para capacitação, planejamento estratégico, governança e inter-relação dos destinos com suas regiões.

Simultaneamente, o MTUR, em *parceria* com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizaram o mapeamento dos 65 destinos e criaram o índice de competitividade do turismo brasileiro, instrumento de análise composto por 13 dimensões para medir o nível de desenvolvimento e competitividade de cada destino<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> As 13 (treze) dimensões eram: 1º - Infraestrutura, 2º - Serviços e equipamentos, 3º - Acesso, 4º - Atrativos turísticos, 5º - Marketing e promoção do destino, 6º - Políticas públicas, 7º - Cooperação

Usando toda uma *nova* linguagem de influência neoliberal, como o caso da proposta de desenvolvimento de uma metodologia de capacitação *inovadora* e *participativa*, avalia-se que as os serviços prestados, fomentaram na gestão pública toda uma *nova* lógica de gestão e um dialeto mais usual no setor privado.

Como assinalado pelo próprio IMB em documentário produzido em *parceria* com o MTUR, o índice de competitividade foi o instrumento utilizado para fomentar mudanças e conduzir os processos de desenvolvimento e de competitividade dos destinos turísticos brasileiros.

Pela primeira vez no Brasil o governo federal protagoniza a execução de tão amplo projeto para desenvolvimento da atividade turística no país, criando indicadores, identificando necessidades, disseminando conhecimento e mobilizando os municípios indutores do turismo, com isso contribui com a criação e o fortalecimento de políticas públicas e investimentos pela melhoria da competitividade no cenário político internacional (IMB e MTUR)<sup>54</sup>.

Com referência ao citado documentário, os resultados apresentados após dois anos da implementação do projeto foram considerados satisfatórios e efetivos na formação de governanças estruturadas (Conselho Municipal de Turismo - Comtur, Fórum regional e Fórum estadual) comprometidas com os destinos.

Contudo, apesar dos resultados positivos apresentados pelo documentário, as contradições se fizeram presentes em trabalhos e análises

---

regional, 8º - Monitoramento, 9º - Economia local, 10º - Capacidade empresarial, 11º - Aspectos Sociais, 12º - Aspectos ambientais e 13º - Aspectos culturais (Relatório Brasil – Índice de Competitividade, 2014, p. 54).

<sup>54</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4HtWiMKiPg>. Acesso em: 20 mai. 2020.

sobre alguns dos destinos em específico que apresentaram resultados diferentes sobre a efetividade e a organização do turismo no destino em questão<sup>55</sup>. Além de apontarem limites sobre a falta de planejamento a curto, médio e longo prazo, também apresentaram críticas contundentes sobre a infraestrutura de turismo e básica.

Através de uma consulta aos anais do Seminário da ANPTUR de 2005 a 2012, utilizando como palavra-chave políticas e índice de competitividade, constata-se que, em sua maioria, os artigos que tratam do tema, apesar de apontarem certo avanço sobre o entendimento e a disseminação do turismo, quase de forma unânime, apontam diversos contradições e limites de gestão, infraestrutura básica, turística e capacitação de pessoal.

Tal constatação pode ser averiguada também em entrevista de 2013 do Sr. Vinícius Lummertz, então Secretário Nacional de Políticas de Turismo do MTUR, na qual também aponta uma mudança de consciência em todo o território nacional sobre a importância do turismo e reconhece que, com poucas exceções, a maioria dos destinos está longe de atingir as expectativas de sua vocação turística<sup>56</sup>.

Montaño (2007, p. 192) avaliando de forma ampla o processo de *descentralização, parceria e publicização* operada a partir das diretrizes da reforma do Estado, destaca “a precarização das respostas estatais as necessidades e demandas sociais particularmente nos municípios mais pobres, sem recursos e sem capacidade de financiamento de infraestrutura e políticas sociais adequadas”.

---

<sup>55</sup> Para uma leitura mais específica sobre os aspectos positivos e limitações do índice de competitividade no turismo, ver Sette e Tomazzoni (2016).

<sup>56</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z5qCj13oAPM>. Acesso em: 20 mai. 2020.

Sobre a capacitação e formação de pessoal particularmente dos serviços de atendimento, em quase todos os trabalhos e documentários que foram consultados, constata-se certa dubiedade, pois, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, o serviço de receptivo é apontado como um diferencial positivo, ele também aparece como um limite para a potencialidade turística do destino<sup>57</sup>.

É quase consenso, nas leituras realizadas, que os trabalhadores são vistos com um baixo conhecimento sobre o funcionamento do turismo e um baixo acesso e acúmulo de capital cultural e políticas sociais, situação, considera-se, vinculada diretamente aos problemas estruturais e históricos relacionados à desigualdade social que aflige a grande massa trabalhadora do país.

Supõe-se que a problemática relacionada aos limites do turismo no Brasil, que não consegue ter perenidade, nem obter consistência e credibilidade perante os diversos atores envolvidos no processo, mesmo sob o mantra vocacional, está vinculada ao seu próprio projeto de desenvolvimento quase exclusivamente voltado para satisfazer as diretrizes do mercado e de seus representantes hegemônicos.

Considerando que não existe turismo sem deslocamento espacial, Cruz (2005) desde uma perspectiva territorial, aponta que os limites para o turismo no Brasil entre outras coisas estão relacionados ao fato das diretrizes estatais reduzir o espaço a lógica mercantil, transformando-o em

---

<sup>57</sup> As positivities apontadas estão ligadas quase sempre à suposta cordialidade, à alegria e à hospitalidade considerada típica do povo brasileiro e os limites aparecem vinculados à pouca formação da mão de obra, por exemplo, em línguas estrangeiras, e à pouca aptidão em empreender. Veja, por exemplo, o debate organizado pelo Brasilianas.org com Rafael Guaspari (Presidente do Conselho do Fórum dos operadores hoteleiros do Brasil-Fohb), o professor Luis Gonzaga Godoi Trigo (Universidade de São Paulo-USP) e José Francisco de Salles Lopes (Diretor do departamento de estudos e pesquisas do Mtur), mediado por Luis Nassif. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BEaU0TPsJxs&t=2808s>. Acesso em: 20 mai. 2020.

produto de consumo passível de competição no mercado internacional de produtos (lugares) turísticos.

O turismo assim concebido soa ser mais uma forma de fragmentação do espaço, já profundamente fragmentado por tantas e tão distintas formas de apropriação. Reduzido à mercadoria, vê-se submetido à consagração dos enclaves e das bolhas. Neste caso, as desigualdades regionais tendem a aprofundar-se ao invés de dissiparem-se (CRUZ, 2005, p. 35).

Constata-se que, a partir da reforma do Estado e da ascensão da lógica neoliberal, o Estado prioriza a promoção das atividades econômicas desenvolvidas pelos *atores* hegemônicos (setor empresarial), enquanto a coletividade se torna cada vez mais subordinada às determinações do mercado (TAVEIRA; FONSECA, 2009).

Esse percurso é diferente do realizado, por exemplo, pelos países de capitalismo avançado, como no caso europeu, que consolidou um processo de produção de bens materiais e de políticas de bem-estar e, simultaneamente, foram estruturando, de forma mais organizada e disciplinada, o lazer e o turismo.

O Brasil se lança à sua suposta *vocação* para o turismo em uma formação socioeconômica e territorial desigual, segmentada e com infraestrutura básica de saúde, segurança e moradia precárias, bem como, sem consolidar um Estado de bem-estar que possibilitasse a massa de seus trabalhadores gozar de melhores condições de vida e de trabalho.

Com isto, conforme aponta Laurell (1995, p. 163), “no campo específico do bem-estar social, os neoliberais sustentam que ele

pertence ao âmbito privado, e que as suas fontes ‘naturais’ são a família, a comunidade e os serviços privados”, o que estaria demarcando “um avanço em relação ao passado”. Coincidentemente, para Soares (2000, p. 79), registra-se com isto um claro “retrocesso histórico” porquanto há um “retorno à família e aos órgãos da sociedade civil sem fins lucrativos, como instância do bem-estar social [para além da esfera do mercado] (MONTAÑO, 2007, p. 189-190).

Assim, supõe-se que, a partir da constituição do MTUR, o Brasil passou por um processo de massificação do serviço turístico embasado em uma suposta vocação devido às suas belezas naturais e culturais, contudo, sem estabelecer as condições adequadas de desenvolvimento social e de infraestrutura.

A ideologia da vocação turística, em nosso ponto de vista, deve ser compreendida como uma forma de reedição do velho determinismo ambiental, sistematizado e divulgado no século XIX pelo geógrafo alemão Frederic Ratzel. Repete a mesma procissão histórica dos determinismos anteriores, com a diferença de que agora não são mais a extração de riquezas e a produção de mercadorias industriais que fazem nossa “ordem e progresso”: agora, basta vendermos nossa paisagem natural, já que temos um povo “naturalmente” receptivo (OURIQUES, 2005, p. 126).

Observa-se que o turismo, ocupando lugar estratégico no plano de desenvolvimento do governo, talvez devido a sua dinâmica e à diversidade de setores que mobiliza, foi utilizado como um dos principais pilares

supostamente propulsores do desenvolvimento social e econômico do país<sup>58</sup>.

Diante desse contexto, o turismo, além de oferecer o *gozo e o relaxamento*, foi proposto de forma generalizada e sob uma lógica empreendedora como alternativa para geração de trabalho e de renda em diversas localidades que não estavam diretamente transformados para o consumo turístico, dentre as quais, destacam-se para este estudo o meio rural e particularmente os territórios das CRQVR.

### **3.2.2 Uma Viagem rumo ao empreendedorismo e a suposta inclusão**

Com o lançamento do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão a regionalização migra de Programa de Roteiros Integrados para política de desenvolvimento do turismo, ou seja, passou a ser um macroprograma, reunindo um conjunto de programas, com ações específicas para desenvolver o turismo no território brasileiro.

Considerado supostamente um poderoso instrumento para gerar trabalho, renda e inclusão social, o turismo, além de ser estimulado por meio de uma série de medidas e projetos de capacitação e qualificação profissional desenvolvido por diferentes EA, também recebeu estímulo para o consumo de camadas mais baixas, por meio de políticas segmentadas para aposentados, trabalhadores e estudantes (BRASIL, 2007, p. 7).

---

<sup>58</sup> Importante destacar que, a partir de 2007, quando o Brasil entra no circuito dos grandes eventos, todo um arranjo dos mais diferentes ramos industriais e financeiros são articulados para preparar o país. Assim, além de capacitação de pessoal e adequação do *trade* turístico, várias obras de infraestrutura movimentam uma grande parcela da economia nacional.

Seguindo os pressupostos da *descentralização* e de *publicização*, ou seja, a transferência da responsabilidade do Estado de áreas consideradas não exclusivas, diversas EA foram selecionados como *parceiras* em projetos de desenvolvimento e capacitação de destinos turísticos<sup>59</sup>.

Para operacionalizar o processo de *publicização* e o “repasso de recursos públicos para o âmbito privado”, três conceitos viraram palavras de ordem: *descentralização*, *parceria* e organizações sociais ou *terceiro setor* (conjunto de entidades públicas não estatais regidas pelo direito civil privado) (MONTAÑO, 2007, p. 46).

A respeito do denominado *terceiro setor*, Montaño (2007) chama a atenção para a falta de rigor na definição das entidades que o compõem, e aponta que, no Brasil, como parte do processo neoliberal de desresponsabilização do Estado, desenvolveu-se uma legislação que ajudou a criar certas entidades privadas com interesse público, sem fins lucrativos e não governamental<sup>60</sup>.

Este conceito, mais do que uma “categoria” ontologicamente constatável na realidade, representa um constructo ideal que, antes de esclarecer sobre um “setor” da sociedade, mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios (MONTAÑO, 2007, p. 57).

---

<sup>59</sup> Seguindo a lógica e as determinações da reforma do Estado de que a partir desse “pressuposto de que um grande número de áreas, particularmente na social e científica, o Estado pode ser mais eficiente, desde que use instituições e estratégias gerenciais, e utilize organizações públicas não estatais para executar os serviços por ele apoiados” (BRESSER PEREIRA, 1998 apud MONTAÑO, 2007, p. 43).

<sup>60</sup> Lei nº 9.608, de 1998: dispõe sobre o Serviço Voluntário; Lei nº 9.637, de 1998: qualifica como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino pesquisa, desenvolvimento tecnológico, preservação e proteção do meio ambiente; Lei nº 9.790, de 1999: qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) (MONTAÑO, 2007, p. 203).

Frente à falta de rigor sobre a sua especificação e caráter, o chamada *terceiro setor* engloba várias EA (ONGs, Oscips, empresas cidadãs, associações, fundações, instituições filantrópicas) que, apesar de carregarem a alcunha de serem sem fins lucrativos, mais confundem que esclarecem.

O próprio caráter de não lucrativo de uma parcela dessas entidades, em alguns casos, braços assistências de empresas (Fundações Marinho, Boticário, Bradesco, Itaú) “não podem esconder seu claro interesse econômico por meio de isenções de impostos, ou da melhora de imagem de seus produtos” (MONTAÑO, 2007, p. 58).

Na maioria dos casos, as organizações do “terceiro setor” não geram receitas suficientes para manter em operação; assim, essas organizações tem extrema necessidade em captar recursos fora de suas atividades fundantes. Essas atividades e sua característica de “gratuidade” levam a uma falta de auto sustentabilidade tal que a captação de recursos, ou *fundraising*, torna-se não apenas uma atividade essencial da organização, mas ainda pode passar a orientar a filosofia e a condicionar a sua “missão” (MONTAÑO, 2007, p. 207).

Sobre a índole dessa tríade que envolve a *descentralização*, a *parceria* e a *publicização*, diversas ações e projetos voltados ao turismo, seja para melhorar a competitividade, seja para a inclusão social, seja para geração de trabalho e renda, foram implementadas por diversas EA em várias regiões do país.

Como exemplo, destaca-se, de forma geral, a *parceria* do MTUR com o Instituto Marca Brasil (IMB), entidade que desempenhou o papel de coordenar a capacitação, o planejamento estratégico, a governança e a inter-relação dos destinos indutores, bem como, do Sebrae e da FGV na

elaboração e na aplicação do índice de competitividade do turismo nas regiões.

Atendo-se à presença e aos interesses dessas entidades, com exceção do IMB, sobre o qual não conseguimos muitas informações, constata-se que tanto o Sebrae quanto a FGV, organizações supostamente sem fins lucrativos, são vinculadas ao empresariado e voltadas para desenvolver e estimular o empreendedorismo<sup>61</sup>.

Vinculado à lógica neoliberal, o avanço de uma visão empreendedora no Brasil se dá em consequência de uma conjugação de fatores que envolvem o aumento do desemprego, do subemprego, da precarização, da desregulamentação do trabalho e da perda de direitos sociais particularmente após a reforma do Estado (ANTUNES, 2019).

Com a substituição do trabalho regulamentado e contratado, pelo modo de acumulação flexível nas formas mais distintas de informalidade e precarização, os trabalhos temporários, terceirizados, voluntarismo, cooperativismo, empreendedorismo ganham cada vez mais destaque (ANTUNES, 2019).

[...] a noção de empreendedorismo serve de mediação entre a possibilidade de conseguir emprego ou ocupação e a persistência de um contexto marcado pela restrição de empregos formais, regulamentados, fundados em direitos do trabalho. Tal noção, dessa forma, enraíza e dá sentido à ideia de empregabilidade, porque traduz, de fato e mais fielmente, a impossibilidade de reversão do tímido papel do mercado formal, mantidas as características do padrão de acumulação predominante do capitalismo mundializado, e lança aos próprios indivíduos a responsabilidade sobre sua condição social. “Ter

---

<sup>61</sup> Para maiores informações sobre Sebrae e FGV, ver: [https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais\\_adicionais/conheca\\_estrategia](https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_estrategia); <https://eaesp.fgv.br/escola/historia>. Acesso em: 05 jun. 2020.

emprego” sucumbe ante a noção de “ser empreendedor” (CÊA, 2007, p. 310).

Nesse contexto de desemprego e precarização social, o empreendedorismo em diferentes segmentos do mercado turístico assumiu uma forma mistificadora como possibilidade de combater o desemprego e gerar trabalho e renda em uma sociedade que é incapaz de preservar trabalho digno com direitos (ANTUNES, 2019)<sup>62</sup>.

Diante dessa concepção mistificadora que o empreendedorismo<sup>63</sup> assumiu e das possibilidades de trabalho e renda que devem ser geradas através da cadeia produtiva do turismo, constata-se que, de forma ampla, diversos projetos e EA são financiados pelo poder público com o objetivo de capacitar trabalhadores para empreender junto à cadeia produtiva do turismo.

A partir do MTUR como órgão da administração direta e articulador do turismo com os demais ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o setor empresarial, com o *terceiro setor* e com instituições públicas, diferentes EA vão agir com o propósito de desenvolver a segmentação e a capacitação da oferta turística.

Fundamentado em um entendimento positivista sobre novas motivações de viagens e expectativas dos turistas, os projetos abrangiam propostas que visavam a identificar, motivar e capacitar novos roteiros turísticos para atender aos “desejos e preferências” dos diferentes “consumidores de turismo” (BRASIL, 2010a, p. 09).

---

<sup>62</sup> Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empendedorismo.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 05 jun. 2020.

<sup>63</sup> Para uma leitura mais detalhada sobre empreendedorismo, ver: Lopes (2017); Chiavenato (2005).

Não só no campo dos editais públicos e dos projetos, mas também consultando os anais dos Seminários da ANPTUR (2003-2013), contata-se, no campo dos estudos acadêmicos, uma grande diversidade de trabalhos e pesquisas abordando as possibilidades e o desenvolvimento do turismo relacionado a diversos segmentos e temáticas<sup>64</sup>.

No campo acadêmico e científico, o turismo é tratado a partir da disciplina que o aborda, sobre tudo, ancoradas na necessidade da mercadoria e produto, dessa forma, foram às necessidades do capital e da ciência na modernidade que impuseram os caminhos de estudos e análises sobre o tema. “Por sua vez, cada disciplina constrói conceitos específicos para cada uma de suas “áreas disciplinares”, além de subáreas do conhecimento (sociologia rural, urbana, do lazer; antropologia das sociedades complexas, indigenista)” (SIQUEIRA, 2005, p. 87).

Deis Siqueira (2005, p. 93) ainda aponta que tanto as disciplinas quanto as ações:

Nasceram com data marcada, a partir das necessidades de realização da mercadoria e do lucro do investidor capitalista, e no final da modernidade, ou seja, dentro da expansão do setor de serviços, como saída às dificuldades do capitalismo de enfrentar a diminuição da geração de posto de trabalho nos setores primário (agricultura) e secundário (indústria).

É nesse movimento, em que se mistura uma suposta diversidade dos interesses do turista, bem como o propósito de combater o desemprego e gerar alternativas de trabalho e de renda, que o turismo passa a ser uma

---

<sup>64</sup> Sustentabilidade, competitividade, marketing, gestão, segmentação, educação, cultura, meio ambiente, comunidades tradicionais, economia solidária, entre outras.

opção empreendedora para diversas populações do meio rural, incluindo os remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira.

Entre os diferentes segmentos<sup>65</sup> que passam a ser incentivadas junto aos remanescentes de quilombos, destacam-se os denominados segmentos de turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo de base comunitária, turismo cultural, entre outras variáveis passíveis de ser convertidas em produtos<sup>66</sup>.

O turismo no espaço rural tem sido tomado como um conceito guarda-chuva, amplo, que abarca as definições mais específicas das atividades ocorridas nesse meio, como turismo rural, ecoturismo, agroturismo, turismo verde, turismo no campo, entre outras (OURIQUES, 2005).

Em 2004, a partir de uma iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em articulação com MTUR, foi instituído o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), com a finalidade de promover o desenvolvimento rural sustentável.

O PNTRAF tinha como objetivo implantar e fortalecer atividades turísticas no meio rural, integradas aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho, com consequente melhoria das condições de vida das populações residentes no meio rural (BRASIL, 2004a; BONETTI; CANDIOTTO, 2012).

---

<sup>65</sup> Com a função primordial de redução da pobreza, de inclusão social e de melhorias da condição de vida, os diferentes seguimentos apontados são Turismo Cultural, Turismo Rural, Turismo de Aventura, Turismo Náutico, Turismo de Pesca, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo Social (BRASIL, 2010).

<sup>66</sup> Sobre os cadernos e manuais de segmentação, ver: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/5292-caderno-e-manuais-de-segmenta%C3%A7%C3%A3o.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

O Ecoturismo surgiu a partir dos debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis e da atividade turística. Possui, entre seus princípios, a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos, práticos e no suporte legal (BRASIL, 2010b).

Conjuntamente, expandem-se as ações pró-ativas do *trade* turístico, em especial agências de turismo e meios de hospedagem que atuam em áreas naturais na operacionalização de atividades que apresentam correspondência com atividades de outros segmentos, como Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Turismo Rural, entre outros (BRASIL, 2010b).

O Turismo de Aventura surge como uma atividade associada ao Ecoturismo, com o decorrer dos anos vai criando certa autonomia, por meio dos movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo (BRASIL, 2010c).

No fim dos anos 90, os primeiros equipamentos para a realização de atividades de natureza (capacetes, caiaques infláveis, cordas, entre outros) começaram a ser produzidos no Brasil. Em 1999, foi organizada a primeira feira do setor de Turismo de Aventura, a *Adventure Sports Fair*, que proporcionou a promoção e conhecimento sobre as atividades do segmento. A feira teve um importante papel para o associativismo do segmento, onde algumas associações foram criadas (BRASIL, 2010c, p. 13).

As mudanças conceituais e as diretrizes de proteção à cultura tiveram influência direta na caracterização do Turismo Cultural. Diante da abrangência dos termos turismo e cultura, das inúmeras possibilidades

de interação entre as duas áreas em benefício do desenvolvimento de ambas, o MTUR, em parceria com o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional do Turismo, realizou a releitura das atividades e de suas características para, dessa forma, definir e conceituar o Turismo Cultural.

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. [...] Implica em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação (BRASIL, 2010b, p. 15-16).

A concepção de turismo de base comunitária surgiu a partir da aproximação entre o debate sobre a atividade turística e a economia solidária de tal modo que as comunidades possuindo a *autogestão* do território, organizam de forma associativa arranjos produtivos associadas à exploração do turismo.

Registram-se com maior frequência algumas práticas bem sucedidas de atividades turísticas, com características mais populares, voltadas ao desenvolvimento social, com distribuição da riqueza. Elas podem aparecer com nomes variados, como “turismo comunitário”, “turismo de base local”, experiência de “economia solidária”, “turismo alternativo”, “turismo solidário” dentre outras denominações. (CORIOLANO, 2009, p. 57).

Para que o turismo seja uma atividade comunitária, Coriolano (2009) argumenta que é fundamental que as comunidades realizem a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de sua propriedade, comprometendo-se com sua preservação e organização coletiva.

Considerando que o turismo é um fenômeno que reproduz as contradições por seguir uma lógica oligopolista controlada pelas megacorporações do *trade* turístico internacional, promovendo grandes níveis de concentração e integração de conglomerados atuantes nos principais mercados emissores, o turismo de base comunitária tem sido apresentado como uma alternativa às comunidades autóctones para se organizarem e resistirem a especulações dessas megacorporações.

Para além da especificidade de cada um, o turismo se manifesta e expande-se devido a modificações históricas que interferem nos mais diversos aspectos econômicos, políticos, ambientais e sociais, impactando consideravelmente todo o ambiente em que ele começa a ser desenvolvido (CAMPOS; GONÇALVES, 1998).

Ele produz a expansão da lógica mercantil a lugares e populações até então não inseridas nos circuitos do capital, age como “um novo dominador, consome paisagens, transforma modos de vida e impõe aos habitantes locais o império do valor de troca” (OURIQUES, 2007, p. 12).

O capitalismo, sobre tudo o dependente em seu processo de desenvolvimento não precisa sempre eliminar as culturas populares, pelo contrário, ele se apropria delas e reorganiza o seu significado e função, seus recursos preferidos são a reordenamento da produção e do consumo no campo e na cidade, a expansão do turismo e a presença de políticas estatais de refuncionalização ideológica (CANCLINI, 1983, p.12-13).

Fascínio pelo nostálgico, pelo rústico, pelo natural são motivações invocadas pelos agentes do turismo, apesar da exigência homogênea do sistema capitalista, suas contradições mantém comunidades arcaicas como museus vivos, oscilação entre a uniformidade e o incentivo seletivo das diferenças, “requer uma mescla com avanço tecnológico: as pirâmides ornadas com luz e som, a cultura popular transformada em espetáculo” (CANCLINI, 1983, p. 67).

Contudo, apesar do avanço do capital e das contradições imposta pelo desenvolvimento turismo em diferentes grupos autóctones, observa-se em alguns casos que envolvem comunidades de resistência e de luta, como veremos no caso das CRQVR, que o turismo assume características contra hegemônica e tentam e de alguma forma se contrapõem ao modelo mercantil convencional.

### **3.2.3 O Turismo no Vale do Ribeira**

O Vale do Ribeira, região localizada entre dois dos estados mais ricos do Brasil, abrangendo respectivamente parte do leste paranaense, e o sudoeste de São Paulo, em sua porção paulista, área de abrangência desta pesquisa, além de abrigar a maior quantidade de territórios remanescentes de quilombos do estado, comporta os mais importantes remanescentes contínuos de Mata Atlântica do território nacional.

Em meio a uma totalidade mais ampla em que as questões ambientais vão ganhando cada vez mais espaço político, sobretudo, a partir da década de 1980, no Vale do Ribeira, região onde está localizada a maior área contínua do bioma original do que resta da Mata Atlântica, ocorreu um aumento significativo de áreas de proteção ambiental e de UCs.

Observa-se que, no governo de André Franco Montoro (1983-1987), o primeiro governador eleito após um longo período de autoritarismo sob o regime militar iniciado em 1964, a SULDELPA<sup>67</sup> sofreu uma mudança em seu paradigma de ação, direcionando suas orientações para as emergentes questões ambientais e para uma suposta resolução de problemas sociais<sup>68</sup>.

Neste contexto, foram criadas nove novas UCs na região, sendo 6 estaduais e 3 federais (Quadro 5). Contudo, mais uma vez, a ação estatal pareceu desconsiderar ou mesmo ignorar as populações que já ocupavam aqueles territórios, e tinham sua sobrevivência baseada, majoritariamente, na agricultura de subsistência e no extrativismo.

**Quadro 5 – Unidades de Conservação criadas na década de 1980 no Vale do Ribeira em São Paulo**

	UC	Decreto	Ano criação	Área (ha)
1	Parque Estadual Carlos Botelho	Estadual	1985	22.500
2	Área de Proteção Ambiental Cananéia-Iguape-Peruíbe	Federal	1984	1.964.600
3	Área de Proteção Ambiental Serra do Mar	Estadual	1984	469.450
4	Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha Ameixal	Federal	1985	356
5	Estação Ecológica Tupiniquins	Federal	1986	43,25
6	Estação Ecológica Chauás	Estadual	1987	2.699,60
7	Estação Ecológica Juréia-Itatins	Estadual	1987	79.270
8	Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida	Estadual	1987	17.527
9	Área de relevante interesse Ecológico ZVS Ilha Comprida	Estadual	1989	13.024

Fonte: Todesco (2007, p. 31)

<sup>67</sup> Autarquia criada pelo governo estadual em 1969, sob o regime militar, com o objetivo de traçar políticas de desenvolvimento para a baixada santista, litoral norte-sul e Vale do Ribeira.

<sup>68</sup> Com a aprovação da Política Nacional do Meio Ambiente - Lei 6.938 de 31/08/1981, a discussão sobre o Vale vai se deslocando do paradigma econômico-social para o ambiental (TODESCO, 2007).

Tal processo, de forma contraditória, ao mesmo tempo em que foi fortalecendo a questão ambiental e atraindo diferentes entidades e movimentos de proteção ambiental exógenos à região, enfraqueceu o debate no território sobre a reforma agrária e a situação fundiária das comunidades. Estas, por sua vez, passaram a colher um sentimento de que os ambientalistas traíam seus interesses (ROMÃO et. al., 2006; TODESCO, 2007).

Em relação às CRQ, as questões ambientais e o aumento significativo de UCs na região, além de apresentarem elementos que vão complexificar a luta e os procedimentos para a titulação de seus territórios devido à sobreposição das áreas, impuseram, por meio da legislação ambiental, várias restrições às roças de subsistência, limitando suas práticas agrícolas e o extrativismo.

Carregados por uma lógica de ocultamento e desconsideração reproduzida historicamente em relação aos grupos subalternos na região, a ação estatal e as novas restrições ambientais passaram a prejudicar a reprodução do modo de vida e as práticas de produção das CRQ que já ocupavam aqueles territórios de mata densa ao longo do rio Ribeira de Iguape há séculos.

A contradição gerada pela forma autoritária como a fiscalização ambiental foi imposta na região foi de tal tamanho que, segundo o Relatório Técnico Científico (RTC) da CRQ São Pedro, além de prejudicar as práticas tradicionais de manejo das comunidades, que ficaram impedidas de abrir novas roças, potencializou a extração clandestina e predatória do palmito e não garantiu a proteção ambiental, pelo contrário, ainda que indiretamente, incentivou a devastação da floresta (SÃO PAULO, 1998).

Compreende-se que tanto a ação estatal imposta à CRQ, proibindo a instalação de suas roças, e restringindo o uso dos recursos naturais de seus territórios, bem como, conforme Capobianco (2004) e Todesco (2007), o aumento do ativismo ambiental e da atuação de diferentes EA<sup>69</sup> com uma visão preservacionista, estão consubstanciados numa concepção que Diegues (2001) descreveu como “*neomito* da preservação da natureza”<sup>70</sup>.

Tal ideologia tem relação com o conflito entre os interesses preservacionistas e os interesses tradicionais, sobretudo sobre a questão ambiental. Nesse embate que envolve saber científico e saberes tradicionais sobre a natureza, o primeiro, muitas vezes, não só ignora o segundo, como também o desautoriza, à medida que lhe impõe restrições por meio da legislação ambiental (DIEGUES, 2001).

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e a migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, de pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais,

---

<sup>69</sup> Para se ter um parâmetro da diversidade de EA que passam a atuar no território, por parte do terceiro setor, em 1982, a ONG Oikos é fundada em SP por Fábio Feldmann, Randau Marques e Roberto Klabin; Em 1986, em um evento com a presença do Governador Franco Montoro para assinatura do Decreto 24.646, de 20 de janeiro, integrantes da ONG Oikos e do Movimento Pró Juréia tomam a decisão de criar a ONG SOS Mata Atlântica, que estabelece sede na cidade de Cananéia em 1986; Em 1989, é fundado o Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz (Vitae Civilis); Em 1994, João Paulo Capobianco, um dos fundadores da ONG SOS Mata Atlântica, funda o Instituto Sócio Ambiental. Por parte da ação estatal destaca-se o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) em 1989 (TODESCO, 2007).

<sup>70</sup> Esse *neomito* foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de outra cultura (chamada neste trabalho de tradicional), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2001, p. 10).

as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies. Do outro lado está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente acumulado. Em lugar da etnociência, instala-se o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração "moderna» dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas (na maioria das vezes, insuficientes) (DIEGUES, 2001, p. 42).

Nesse sentido, “o mundo natural tem vida própria, é objeto de estudo e manejo aparentemente sem a participação dos seres humanos” (DIEGUES, 2001, p. 42). Essa tendência que supostamente monopoliza o conhecimento válido sobre a natureza relega ao esquecimento todo um leque de conhecimentos locais sobre ela (DIEGUES, 2001, p. 42).

Entende-se que essa ideologia preservacionista, ao mesmo tempo em que prejudicou a manutenção do modo de vida dos CRQ, e levou muitos para a atividade clandestina, gerou dependência de produtos adquiridos no meio urbano e também potencializou, segundo Pinto (2014), a migração para grandes centros como São Paulo e Curitiba, em busca de melhores condições de trabalho.

Por parte da ação estatal, é importante destacar a contradição e a seletividade do discurso e da ação, pois, ao mesmo tempo em que endurecia a fiscalização e as restrições sobre as práticas agrícolas e extrativistas das CRQ, com um suposto pretexto de preservação ambiental, também estudava a liberação do projeto para a construção de barragens ao longo do rio Ribeira e a liberação para construção de duas usinas nucleares no Morro do Grajaúna e Maciço da Juréia<sup>71</sup>, ambos empreendimentos

---

<sup>71</sup> Em 1980, por meio do Decreto Federal 84.771, uma área de 23.600ha foi destinada como de utilidade pública com a finalidade da construção de usina nucleares sob responsabilidade da

passíveis de grande impacto socioambiental e danos à preservação da natureza.

Nesse contraditório contexto de conflito de interesses, a mineração também ocupa papel de destaque. Base do processo histórico de ocupação da região, com a construção da BR 116, novas empresas do setor aparecem com interesse na região, passando a atuar mais intensamente a partir da década de 1970.

Segundo reportagem do ISA (2013)<sup>72</sup>, a quantidade de solicitações para mineração em territórios quilombolas tem aumentado substancialmente, de tal forma que as leis e regulamentos de preservação parecem não se refletir na prática para a atividade. Em conversas com quilombolas da cidade de Eldorado, muitos questionavam que, para a regularização fundiária e a liberação de suas roças, a legislação é plenamente endurecida, porém, ao mesmo tempo, é flexível aos interesses da mineração, permitindo, sem grandes discussões, escavações e pesquisas no território.

Em relação às EA que passam a ganhar notoriedade no cenário político e socioambiental do Vale do Ribeira, já nos últimos anos século XX, Capobianco (2004) e Todesco (2006), analisando a ação do terceiro setor, apontam que, num primeiro momento, elas tinham uma visão preservacionista, situação que fez com que as comunidades os vissem, muitas vezes, como traidores. Contudo, com o decorrer dos debates e das diretrizes que foram discutidas essencialmente na ECO 92, muitas dessas

---

Empresa Nucleares Brasileira S.A (NUCLEOBRAS). Foi um período de conflitos e contradições que perpassam a proteção ambiental como símbolo (simbolicamente um espaço natural intocável) que se finda com a criação da Estação Ecológica Juréia- Itatins em 1986, solução que foi considerada uma vitória do movimento ambientalista (TODESCO, 2007).

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/impactos-socioambientais-da-mineracao-no-vale-do-ribeira-sao-debatidos-em-seminario>. Acesso em 01 out. 2020.

entidades vão modificando a orientação de suas ações, transitando de uma compreensão preservacionista para uma orientação conservacionista e de desenvolvimento socioambiental.

Diante desse complexo e contraditório contexto que envolve a organização da luta das CRQ contra a construção de barragens no Ribeira, e pela titulação de seus territórios, os limites impostos pela legislação ambiental as suas práticas agrícolas e extrativistas, as dificuldades para titulação dos territórios devido à sobreposição com UCs, e do crescente assédio dos interesses da mineração, o turismo surge como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável<sup>73</sup> para as comunidades da região.

Ocorre que, a partir dos anos 1990, tanto pelo Estado, por meio de programas e incentivos, mas, também, por diferentes entidades públicas e privadas, que passam a ter cada vez mais destaque e atuação na região, o turismo, em especial, o denominado segmento do Ecoturismo, passa a ser cada vez mais vislumbrado como uma possibilidade de modernizar e gerar desenvolvimento sustentável para a região.

Em 1995, o governador Mario Covas, eleito no ano anterior, inicia o processo de construção da *Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira*, um programa regional desenvolvido com o objetivo de estudar, planejar e fomentar o ecoturismo na região como uma estratégia de desenvolvimento sustentável<sup>74</sup>.

No mesmo ano, atuando principalmente no baixo Ribeira (Iguape), e na parte litorânea (Cananéia e Ilha do Cardoso), a ONG SOS

---

<sup>73</sup> Capobiano (2004) e Todesco (2007) destacam que uma importante entidade criada nessa perspectiva de desenvolvimento sustentável foi Instituto Socioambiental (ISA), em 1994, coincidentemente, uma das principais entidades que desenvolve trabalhos com as CRQVR.

<sup>74</sup> Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=775>. Acesso em 01 out. 2020.

Mata Atlântica (fundada em 1986 e com sede em Cananéia) com o objetivo de desenvolver um rede de destinos distribuídos estrategicamente entre Iguape e Cananéia, e de um *trade pool* de operação local, inicia o projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar (PEL)<sup>75</sup>.

Conforme estudo realizado por Capobianco (2004) e Todesco (2007), tanto as ações do Estado para a região, quanto a da SOS Mata Atlântica, tiveram influência das *Oficinas de Capacitação em Ecoturismo*, executadas em parceria pelo *Conservation International* e a Embratur em 1994.

Promovido pela *Conservation International* em parceria com a Embratur, nessas oficinas estavam presentes o Devancyr A. Romão do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo (IEA) – vinculado a secretaria de agricultura - mentor e coordenador da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira e os consultores João Allievi e Oliver Hillel formuadores do PEL (TODESCO, 2007, 170)<sup>76</sup>.

Importante destacar que, com a Reforma do Estado implantada no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, pavimentando o caminho para a lógica neoliberal e para o “enxugamento” do Estado, a *descentralização, publicização e parceria*, passam a fazer parte do *modus operandi* do Estado. Contudo, apesar da aparente “intenção progressista”, não conduz a outro sentido senão ao de reafirmar/legitimar o aspecto conservador/regressivo da (contra-) reforma do Estado e do *novo* trato à “questão social” (MONTAÑO, 2007, p. 87).

---

<sup>75</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/28/turismo/31.html> e <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/22D00019.pdf>. Acesso em 02 out. 2020.

<sup>76</sup> Também em 1994, a Embratur, em parceria com o Ministério de Meio Ambiente e Ministério da Indústria, do Comércio e Turismo, publicou as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”; os consultores João Allievi e Oliver Hillel, propositores do projeto do PEL, também participaram da elaboração do documento.

Com base em particularidades segmentadas por fora do Estado, e sem o devido questionamento ao modo de produção, visando ao consumo e à redistribuição (com demandas surgidas das necessidades da população) não só supraclassistas, mas em *parceria* e articulada com o capital e com o Estado, esse novo trato foi acompanhado das perdas dos direitos conquistados no contexto de Bem-Estar (MONTAÑO, 2007).

De forma contraditória, essas demandas não surgem diretamente das necessidades da população, mas das condições de financiamento das entidades e fundações financeiras; a perspectiva de luta e confronto são trocados pela *parceria e acordo* entre classes; “a procedência popular das demandas passa a ser definida pelas áreas de interesse ou ação das entidades financeiras ou pelo Estado, sem as mediações necessárias, encobrindo seu real beneficiário, o capital” (MONTAÑO, 2007, p. 149-150).

Diante dessa nova orientação da ação estatal, como parte da *Agenda de Ecoturismo*, entre 1995 e 1996, foi desenvolvido o primeiro curso de monitores ambientais por meio do programa de *Agentes Municipais de Ecoturismo*, coordenado pela ONG Ing-Ong de Planejamento. Viabilizado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as atividades se concentraram no Alto Ribeira (região das cavernas) e se desdobraram, ao passo que, em 2003, já tinham sido formados 450 monitores ambientais (TODESCO, 2007).

Também como parte da *Agenda*, foi idealizada, com auxílio da consultoria Bioma Assessoria e Educação Ambiental, o primeiro *Inventário Turístico do Vale do Ribeira*. Realizado por meio do convênio firmado entre a Fundação Florestal (FF) e a Embratur, o *Inventário* buscou levantar: a) os atrativos naturais da região que tem como fonte os próprios acidentes naturais ou recursos da fauna e da flora; b) os atrativos culturais

relacionados com atividades humanas; e c) os equipamentos e serviços de infraestrutura turística disponíveis na região<sup>77</sup>.

Os dados do *Inventário* subsidiaram a *Oficina de Avaliação e Planejamento dos Trabalhos da Agenda de Ecoturismo do Vale do Ribeira*. Realizado em 1999 no Parque Estadual da Ilha do Cardoso com o propósito de analisar os avanços e deficiências dos trabalhos, a *Oficina* contou com a participação de representantes das prefeituras de vários municípios da região, ONGs, associações de monitores ambientais, proprietários de pousadas, estudantes de turismo e equipe da *Agenda de Ecoturismo*.

Na *Oficina*, foi elaborado um documento denominado *Carta da Ilha do Cardoso*. Esse documento destaca, entre os avanços obtidos em relação aos trabalhos desenvolvidos, o próprio *Inventário Turístico*, a capacitação dos monitores, a conscientização das pessoas, tanto do meio urbano como do meio rural, para a importância do ecoturismo na região, e a criação de várias organizações de diferentes níveis para articular as ações necessárias.

No que tange às deficiências diagnosticadas, foram apontados a relativa ausência de coordenação regional, a falta de integração dos diferentes atores sociais da região, a falta de infraestrutura e de legislação pertinente, bem como a pouca noção da importância do ecoturismo como atividade econômica, o baixo apoio para seu desenvolvimento e a ausência de crédito.

Ao observar os avanços e as deficiências diagnosticados na *Carta*, constata-se uma clara contradição quando, por exemplo, afirma-se a conscientização das pessoas tanto do meio rural quanto o meio urbano, ao

---

<sup>77</sup> Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=775>. Acesso em 05 out. 2020.

mesmo tempo em que aponta a pouca noção dos sujeitos locais sobre a importância econômica do ecoturismo para a região<sup>78</sup>.

Seguindo nessa leitura histórica sobre o turismo na região, no ano 2000, durante o segundo mandato do governo Mario Covas, foi realizado, no município de Registro, com representantes do CODIVAR e UVEVAR (União dos Vereadores do Vale do Ribeira), o *Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira: Caminhos do Futuro, uma proposta sustentável*.

Após uma suposta análise das considerações expressas em planos anteriores, o Fórum identificou “três grandes vertentes vocacionais para a região: Turismo, Mineração e Agropecuária/ Pesca” (SÃO PAULO, 2000, p. 7). Considerou-se que os três ramos se desenvolviam de maneira espontânea e desorganizada, carecendo de incentivos, fomentos e planejamentos ordenados para alavancar o crescimento econômico e social dos municípios que integram a região (SÃO PAULO, 2000).

Prevendo a atuação sobre “as três grandes vertentes vocacionais” da região, o governo estadual anunciou no *Fórum* a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FUNDESVAR). Todesco (2007) afirma que o FUNDESVAR, apesar de se mostrar de grande relevância, não conseguiu alterar o quadro socioeconômico da região, entre outros fatores, por causa das condições irregulares de domínio da terra e da própria falta de conhecimento dos processos burocráticos para empréstimos por parte da população<sup>79</sup>.

Também no ano 2000, a *Agenda de Ecoturismo*, além de integrar-se na elaboração do *Fórum*, entra com pedido de recurso junto ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), ao Programa Nacional de

---

<sup>78</sup> Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=775>. Acesso em 05 out. 2020.

<sup>79</sup> Todesco (2007, p. 181) salienta ainda que “Um fundo de desenvolvimento para o Vale era visto como necessário desde a ‘Operação Caiçara’ de 1958”.

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao no Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) por meio do Comitê de Bacias, para elaborar o projeto *Desenvolvimento sustentável da bacia do Ribeira de Iguape: uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo*.

Visando, entre outras questões, analisar as informações do *Inventário* de 1998 e, de fato, elaborar um plano de desenvolvimento turístico para a região, os recursos para o projeto só foram aprovados em 2002, fato que tornou as informações defasadas, de tal forma que foram necessárias atualizações e novas *parcerias*.

Todesco (2007, p. 183) destaca, nesse contexto, a ONG Instituto Vitae, que, por meio do projeto *Apoio a Conservação da Mata Atlântica no Corredor Ecológico da Serra do Paranapiacaba* no Alto Ribeira, criou um Grupo Consultivo<sup>80</sup> com a função de formular um *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Ecoturismo* na região.

De acordo com Todesco (2007), os interesses da *Agenda* e do Instituto Vitae convergiam, pois, ao tempo em que a primeira pretendia desenvolver um plano para o desenvolvimento do turismo em todo o Vale, a segunda pretendia trabalhar na mesma linha, mas com foco no Alto Vale; isto possibilitou uma unificação dos esforços de estudos e análises.

Desde os resultados e o produto final apresentado pela *Agenda* em 2003, intitulado de *Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Ribeira de Iguape uma análise das condições e limitações socioeconômicas ao ecoturismo*, Todesco (2007) afirma que, até aquele momento, ele teria sido o trabalho mais completo sobre turismo para a região, contudo, em vez de

---

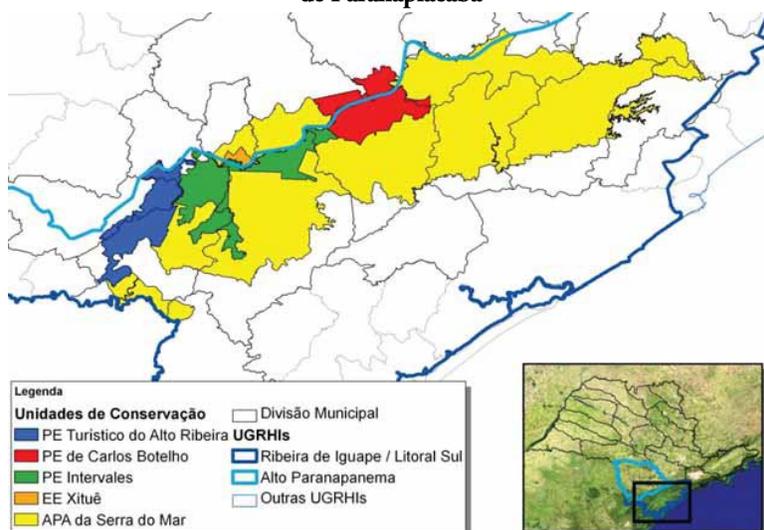
<sup>80</sup> Esse grupo era formado por organizações da sociedade civil, terceiro setor, prefeituras, empreendedores do setor turístico, órgãos estaduais e mídia local (TODESCO, 2007, p. 193).

potencializar uma ação integrada, foi o último trabalho da *Agenda*, que acabou sendo isolada dentro do corpo de Governo.

Em relação aos resultados do Instituto Vitae, também apresentados em 2003, apesar de ostentar como êxitos a formação e manutenção do Grupo Executivo para aplicação do *Plano Estratégico de Ecoturismo do Vale*, Todesco (2006) ratifica que este só se reuniu em 6 ocasiões e que não conseguiu se consolidar como *Fórum de Ecoturismo do Vale* como previa a ONG; dessa forma, após o prazo de execução, terminou como mais uma ação pontual e sem continuidade na região.

Em 2004, a Fundação Florestal (FF) propôs o projeto *Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba – SP*. Tal projeto não abrangia todo o Vale, mas todos os municípios que têm Parques Estaduais em seus territórios (Eldorado, Iporanga, Sete Barras, Tapiraí, Apiaí, Guapiara, Capão Bonito e São Miguel Arcanjo).

**Imagem 2 – Mapa de Unidades de Conservação que compõem o *continuum* ecológico de Paranapiacaba**



Fonte: Campos (2011 p. 14).

Para fazer a articulação local, foi proposta a formação de um Comitê Gestor composto por órgãos públicos estaduais (FF, ITESP e Instituto Florestal) e organizações da sociedade civil (ISA, IDESC, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Associação Quilombolas e Comunitárias). Contudo, observa-se a ausência de inserção do poder público local (prefeituras) (TODESCO, 2007).

Para financiar o projeto, a FF recorreu ao Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) por meio do Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (PICUS), porém, como este só financiava organizações do terceiro setor, o ISA foi colocado como proponente do projeto *Conservação e Sustentabilidade no Continuum Ecológico de Paranapiacaba – SP*.

Em uma coordenação conjunta entre FF e ISA, o projeto foi aprovado com orçamento de um milhão e meio de dólares e prazo de doze anos para a execução. Entretanto, apesar de aprovado, o FUNBIO interrompeu o repasse de recurso pela falta de contrapartida dos proponentes e o projeto acabou por ser paralisado (TODESCO, 2007).

A partir da virada do século e do começo do século XXI, após a Reforma do Estado e o estabelecimento de marcos regulatórios mais bem definidos para atuação do terceiro setor, bem como dos processos de concessão, *parceria e terceirização*, organizações, endógenas ao território do Vale do Ribeira, também são criadas, dentre elas, destaca-se o IDESC, constituído em 2001, e o CONSAD, constituído em 2004.

Dessa forma, também em 2004, outro projeto que se inicia na região é o *Plano de Desenvolvimento Sustentável Territorial do Vale do Ribeira*, abrangendo a porção paulista e paranaense do Vale. O *Plano* foi uma ação proposta de forma integrada pelo MMA, MDA e MDS com

financiamento do FUNBIO e viabilizado pelo CONSAD (TODESCO, 2007).

No mesmo ano, foi realizado o Fórum de organizações do CONSAD, e o IDESC foi escolhido como a entidade responsável pela execução do projeto. Todesco (2007) destaca ter sido esta a primeira ação mais incisiva do Governo Federal na região e que isso pode estar ligado à baixa dinâmica econômica da região, configurando-se como prioritária para as políticas de combate à pobreza desenvolvidas pelo Governo Lula da Silva.

Com base nos estudos de Carolina Todesco (2007), compreende-se que a concepção de desenvolvimento do turismo no Vale do Ribeira vai sendo dinamizada de forma mais efetiva por meio do incentivo estatal a partir dos anos de 1990, e da atuação de organizações do terceiro setor, que não têm sua atuação de origem ligada ao turismo mas, particularmente, às questões ambientais.

Esse processo ocorre em meio ao avanço das problemáticas relacionadas ao meio ambiente, mas, também, das concepções neoliberais e, sobretudo, da Reforma do Estado, acontecimentos que abriram caminho para que tanto os processos de planejamento, mas, principalmente, as atividades de capacitação e as ações diretas no território fossem passíveis de *publicização e terceirização*.

Maria Bezerra Macedo (2017), analisando o PRODETUR/NE e a *terceirização* na política pública de turismo, destaca como esse processo se amplia ao longo dos anos e, além de impactar atividades centrais da competência do Estado, sobretudo, de planejamento, gera a precarização do serviço público devido ao baixo investimento na contratação e no treinamento do pessoal de quadro de funcionários.

Sobre os processos de *terceirização*, seja para realização de capacitação, diagnóstico e planejamento, Montaño (2007) demonstra como isso é contraditório e dependente, pois, como ocorreram com diversos projetos desenvolvidos no Vale, quando cessa o repasse de recursos estatal por algum motivo, os projetos acabam sem seu desenvolvimento de forma contínua e integral, e as organizações voltam seus esforços para conseguir recursos.

Montaño (2007, p. 209) demonstra como as organizações sem fins lucrativos têm debilidades para manter seu *autossustento*. Isso faz com que a captação de recursos (*fundraising*) se torne atividade essencial, gerando certa profissionalização da atividade. Isso escamoteia os fundamentos da “missão” organizacional e alimenta certo *fetichismo* da doação como padrão de regulação social: constitutiva de direito e de caráter universal para uma “esmola” oficializada e “profissionalizada”.

É nesse contexto, em que o turismo cresce como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável e modernização do Vale, bem como de geração de trabalho e renda, que as CRQ, em parceria com diferentes EA, passam a organizar de forma mais elaborada as possibilidades de trabalhar com o turismo em seus territórios.

Compreende-se que isso se deu em meio à necessidade de organizar de forma articulada a resistência e a sobrevivência. Resistência aqui se faz em seu sentido amplo, mas, principalmente no território, contra o ocultamento perante as leis estatais ao longo dos anos, contra os empreendimentos capitalistas em seus territórios, e contra uma visão ambientalista pura e *fetichizante* da natureza.

E a sobrevivência, também em seu sentido amplo, mas essencialmente no território, lutando pela garantia do direito adquirido, pela preservação do seu lugar, pela manutenção de seu modo de vida e da

sua cultura, precisando e aprendendo a se relacionar com uma série de novos atores, legislações e adversidades que vão afetar a dinâmica de seus territórios.

Diante disso, as CRQ André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu, em conjunto com o ISA e o apoio da Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (Amamel), da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Redetraf) e da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), desenvolvem o *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR), como vemos no tópico seguinte.

### **3.2.3.1 A caminhada e a correria para a construção do *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR)**

Considerando a tônica de Marx (2008, p. 207) de que os “homens fazem sua própria história, mas não há quem faça segundo a sua livre vontade, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas e transmitidas pelo passado”, compreende-se que o *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR) é produto da luta dessas comunidades, articulada às necessidades e possibilidades de resistência e sobrevivência no território.

Tanto a caminhada, quanto a correria, propostas no título desta subseção, buscam articular esse processo histórico, compreendendo que, apesar de as comunidades desenvolverem sua própria história (caminhada) de luta e resistência em seus territórios, elas o fazem sob as circunstâncias (correrias) imediatamente encontradas, conforme Marx (2008).

A categoria *caminhada*, dentro de uma cultura e linguagem negra e periférica, está relacionada ao percurso que já vem sendo trilhado de longa data; ela está relacionada a uma jornada mais ampla e ao acúmulo adquirido ao longo do tempo, e dos percursos possíveis e percorridos.

Já a categoria *correria*, no contexto e linguajar cotidiano de comunidades negras e periféricas, sobretudo dos mais jovens, está relacionada aos afazeres do dia a dia, aos compromissos, às obrigações, à labuta referente às necessidades e possibilidades ligadas à sobrevivência imediata.

Dessa forma, entende-se que a aproximação das CRQ com o turismo no Vale do Ribeira está relacionada a uma caminhada histórica de resistência e de luta dessas comunidades negras pela conquista da propriedade de seus territórios, articulada às correrias necessárias para sobreviverem e manterem sua territorialidade e seu modo de vida.

Às transformações políticas, econômicas e culturais na transição do século XX para o século XXI, as CRQ encontravam-se no empenho de defender e lutar por autonomia de seus territórios, mas, também, de articular essa luta às necessidades e possibilidades de sobreviver e manter seu modo de vida no território.

Importante destacar, nesse contexto, o avanço da lógica neoliberal, assimiladas pelas classes dirigentes a partir dos ditames do Consenso de Washington, e ajustada por meio da reforma do Estado, estabelecendo os parâmetros legais para desobrigação e *terceirização* das ações do Estado, particularmente em relação às questões sociais.

Como já destacado no capítulo 2, a região do Vale do Ribeira, em sua porção paulista, além de abrigar parte do maior contínuo de Mata Atlântica preservada, também abriga a maior quantidade de remanescentes de quilombos do estado de São Paulo. Segundo dados do ISA, são mais de

60 comunidades (ver quadros 2 e 3) vivendo em meio à mata por toda a região.

Historicamente subjugada e mesmo invisibilizada e criminalizada pela ação estatal, essas comunidades, ao passo que conquistaram, no bojo da luta do movimento negro, o direito de propriedade de seus territórios, e o direito de salvaguarda de seu modo de vida e da sua cultura, é impactada pelo avanço dos interesses capitalistas sobre seus territórios, pela sobreposição dos territórios com UCs, e com uma ideologia preservacionista que enfraqueceu o debate sobre a situação fundiária dos grupos subalternos na região.

Diante desse contexto em que a questão ambiental passou a ganhar cada vez mais destaque no cenário político global, o Vale, por ter o maior remanescente do pouco que resta da Mata Atlântica, atraiu a atenção e a presença de diversas entidades e ativistas ligados à questão ambiental.

Como destacado no capítulo anterior, grande parte dessas entidades, que eram exógenas ao território, tinham uma visão preservacionista que prejudicou o debate sobre a reforma agrária, a titulação dos territórios quilombolas e a situação fundiária das comunidades da região, situação que gerou um sentimento de desconfiança por parte das comunidades em relação aos interesses das entidades ambientalistas.

Com certa mudança de paradigma que transfere a orientação de algumas entidades para uma concepção mais conservacionista e de desenvolvimento sustentável, o turismo vai cada vez mais sendo inserido no contexto do Vale como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável.

Nesse cenário que conta também com incentivos estatais, quilombolas de diferentes comunidades da região, aproveitando as

possibilidades dadas por meio de projetos e cursos, vão se aproximando do debate e se inteirando de um conhecimento mais sistematizado sobre o turismo.

Visto que, desde 1995, por meio da *Agenda de Ecoturismo*, e também do PEL, vários cursos, particularmente de monitor ambiental, foram oferecidos na região. Constata-se, a partir da formação da Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (AMAMEL), que vários quilombolas participaram dos cursos<sup>81</sup>.

José Rodrigues (2019), liderança do Quilombo Ivaporunduva, relatou-nos não ter certas a data e nem a entidade que ofereceu o primeiro curso de monitor ambiental, mas que foi em meados da década de 1990. Reforçou que vários quilombolas fizeram curso de monitor ambiental e que, a partir dessas formações, já nesse período, começaram a trabalhar com o turismo na comunidade<sup>82</sup>.

Na conversa, o quilombola ainda relatou que, no início, não se tinha estrutura de recepção e que isso, na época, era feito nas casas de taipa dos moradores, e as “conversas”, ou seja, a apresentação da história da comunidade, quando o grupo era mais numeroso, era feita na Praça da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos<sup>83</sup>.

---

<sup>81</sup> A AMAMEL é uma associação com mais de 20 anos de atuação na região, formada exclusivamente por quilombolas. A Associação é responsável pela monitoria ambiental no Parque Estadual Caverna do Diabo. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2019/02/parque-caverna-do-diabo-tera-monitoria-ambiental/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

<sup>82</sup> SILVA, José Rodrigues, Quilombo Ivaporunduva, em apresentação realizada durante visita ao Quilombo Ivaporunduva, em 23 de agosto de 2019.

<sup>83</sup> SILVA, José Rodrigues, Quilombo Ivaporunduva, em apresentação realizada durante visita ao Quilombo Ivaporunduva, em 23 de agosto de 2019.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi erguida por escravos negros, em taipa de pilão, por volta de 1775, na região de Ivaoporunduva, cuja riqueza, ainda por esta época, devia-se à extração de ouro. A conclusão das obras da capela apenas se efetivou no século XIX, ocasião em que se introduziu a capela-mor, em alvenaria de pedra cangicada. A planta constitui-se de nave única e de capela-mor, este último corpo menor e mais baixo, coberta por telhado de duas águas. A sua fachada principal, bem simplificada, possui uma única porta e, acima, na altura do coro, duas janelas<sup>84</sup>.

**Foto 1 – Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos**



Autor: João Henrique Souza Pires (2019).

Com base nas visitas que realizamos e nas referências que consultamos sobre o turismo na região, considera-se que os quilombolas começaram a ter contato com um conhecimento mais elaborado sobre o turismo, bem como uma compreensão de desenvolvê-lo como uma alternativa socioeconômica, entre outros fatores, devido à realização das

---

<sup>84</sup> Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/capela-nossa-senhora-do-rosario-dos-homens-pretos/>. Acesso em: 01 dez. 2020.

roças estarem prejudicadas pela fiscalização ambiental e pelos cursos ofertados por diferentes EA.

Apesar de reconhecermos certo interesse estatal em potencializar o turismo na região, como também as ações de diferentes EA atuando na proposição de diagnóstico, capacitação e planejamento para o desenvolvimento do turismo na região, constata-se certa ausência de atuações direcionadas mais especificamente aos quilombolas.

A partir dos trabalhos de Todesco (2007), Aguiar e Souza (2017), Santana (2008), e da entrevista com Thiago Marques do Oliveira (analista de desenvolvimento agrário do Itesp) em 2018, observa-se que a atuação das entidades na promoção do ecoturismo nesse período que abrange a transição do século XX para o século XXI, além de ser bastante pontual, estava muito influenciada pela ideia da promoção da “mercadoria paisagem”<sup>85</sup>.

Nesse momento em que o turismo, em especial o ecoturismo, vai ganhando espaço na região, as ações, apesar de trazerem uma alusão ao desenvolvimento sustentável, tinham uma compreensão mais voltada à promoção e ao preparo do território com trilhas, cavernas, cachoeiras e natureza conservada, para o consumo consciente da mercadoria ecoturista.

Tanto as ações estatais como das EA que atuavam com a promoção do ecoturismo na região foram, sob uma lógica de transferência do conhecimento, de promoção de oficinas e de capacitação, que forneceu um primeiro conhecimento para alguns quilombolas sobre o tema, ao passo que desconhecia e/ou subjugava os interesses prioritários das CRQ no território.

---

<sup>85</sup> Importante destacar que, nesse contexto, o debate sobre a questão agrária e fundiária sofria grande influência da ideia de agricultura familiar, visto que o PRONAF se tornara uma das principais políticas para a pequena agricultura, estandardizando um modo de organização do território e da agricultura.

Buscando descobrir quando e como se deu a elaboração do CQTVR, identificou-se que o projeto Programa Comunidades Quilombolas (PCQ) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desenvolvido pelo Grupo de Trabalho de Turismo e Educação Ambiental (GTTEA), talvez tenha sido a primeira ação que buscou trabalhar o turismo especificamente junto as comunidades quilombolas da região.

Diante das diferentes EA que atuavam na região, com a UNICAMP e o PCQ, identificamos pela primeira vez a presença da Universidade Pública como proponente e coordenadora de um projeto com o objetivo de desenvolvimento do turismo articulado à educação ambiental, direcionado especificamente para uma parcela organizada das CRQVR (SANTANA, 2008).

O GTTEA do PCQ da UNICAMP atuou no território entre 2005 e 2006, ainda no primeiro Governo Lula da Silva. Dessa forma, entende-se que ele estava inserido num contexto diverso de debates sobre o papel da universidade, e particularmente da extensão universitária, articulada a outros temas como tecnologia social, economia solidária e turismo de base comunitária<sup>86</sup>.

Segundo entrevista do professor Celso Lopes, um dos coordenadores do projeto, as ações foram constituídas a partir das

---

<sup>86</sup> Importante destacar, nesse contexto, as Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, criadas no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) pelo COPPE/UFRJ em 1995, com o apoio da Finep e da Fundação Banco do Brasil (FBB). A missão desse projeto era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares e de difusão dessa tecnologia social para outras universidades do país. Em 1997, foi criado o PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, tendo como signatários a Finep, o Banco do Brasil, a FBB e o COEP. Em 2003, no primeiro governo Lula da Silva, a Finep e a Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC, decidindo financiar novas ITCP's e dar apoio à manutenção das incubadoras em operação.

demandas levantadas junto às comunidades de André Lopes, Sapatu, São Pedro, Poça, Pilões e Galvão, sendo elas:

Agentes Comunitários de Desenvolvimento; Agroindústria; Arte; Capoeira; Comunicação e Divulgação; Desenvolvimento de Sítios na Internet; Elaboração e Administração de Projetos; Escolas; Espaço Quilombola na Unicamp; Esportes; Gestão Cultural; Informática; Memória, Origens e Costumes; Produção Cultural; Turismo e Educação Ambiental<sup>87</sup>.

Sendo um projeto de extensão universitária, o PCQ, além de ter como objetivo articular mediações e atividades que resultassem em ações integradas e em benefício ao desenvolvimento das comunidades quilombolas da região, também objetivou a possibilidade e oportunidade de exercitar uma relação de responsabilidade acadêmica com as classes subalternas e a experiência e formação diferenciada dos discentes envolvidos.

As seis comunidades levantadas e selecionadas para o projeto estão localizadas na região do médio Ribeira, mais especificamente nos municípios de Eldorado e Iporanga. Todas, em alguma medida, enfrentavam problemas com a lentidão do processo de regularização fundiária, a fiscalização ambiental embargando as roças, e a sobreposição de seus territórios, particularmente com o Parque Intervales e o antigo Parque Estadual do Jacupiranga (PEJ), atual MOJAC<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Disponível em:

[https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/divulgacao/gestao2005\\_09/cap3\\_extensao.php](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/divulgacao/gestao2005_09/cap3_extensao.php). Acesso em: 02 dez. 2020.

<sup>88</sup> Criado por decreto estadual em 1969, com aproximadamente 150.000ha abrangendo parte dos municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado Paulista, Jacupiranga e Iporanga, em 2008, com o intuito de resolução de partes dos conflitos na região, fragmentou o antigo PEJ e criou o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga (MOJAC) com 3 Parques Estaduais, 5

De acordo com Ivie Santana (2008), das seis comunidades que eram atendidas pelo GTTEA/PCQ/UNICAMP, apenas Sapatu e André Lopes apresentaram, naquela ocasião, interesse nas ações relacionadas ao turismo articulado à educação ambiental. A autora (2008) destaca que ambas estão localizadas próximas à Rodovia Benedito Pascoal de França (SP-165), via que dá acesso à Caverna do Diabo e à cachoeira do Meu Deus, dois dos principais atrativos naturais da região.

Santana (2008) relata que, apesar do interesse, havia muita preocupação em relação às atividades turísticas nas comunidades, e que este receio estava ligado à própria natureza rural delas, ao pouco conhecimento sobre o turismo e à ameaça de uma visitação desordenada que, entre outras coisas, poderia trazer mudanças nos hábitos comunitários, riscos de consumo de drogas, prostituição e a invasão das casas familiares.

Segundo exposição e análise de Santana (2008), o planejamento foi desenvolvido com base no contexto social das comunidades e na ideia comunitária de turismo. Dessa forma, a proposta foi construída procurando articular os aprendizados científicos adquiridos na universidade e os saberes locais, tendo como orientação a necessidade do controle territorial frente à interferência sociocultural, e privilegiando o uso comunitário ao uso turismo.

Visto que, pelo fato de abrigar belezas naturais, passíveis de serem exploradas como atrativos, os territórios já recebiam diferentes turistas. Considera-se que a importância das ações desenvolvidas junto aos Quilombos Sapatu e André Lopes pelo GTTEA se apresenta por

---

Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), 2 Reservas de Extrativismo (RESEX) e 4 Áreas de Proteção Ambiental (APA), entre elas, a APA Quilombola do Médio Ribeira em Eldorado e Iporanga, com uma área de 64.625,4ha – Ver quadro 4 e Figura 1.

estabelecer um diálogo que possibilitou que as comunidades pudessem fazer uma reflexão mais crítica sobre o turismo em seus territórios.

Considera-se que as ações articulando os interesses e as demandas da comunidade com o debate sobre o turismo de base comunitária, e o controle do território, apresentaram elementos importantes, que contribuíram com a consciência sobre a importância de as comunidades se inserirem no debate do turismo, e que este não estava apartado da luta para manter certo grau de autonomia e controle sobre os seus territórios.

Apesar de entender o GTTEA/PCQ/UNICAMP como um projeto importante, que estabeleceu um debate mais elaborado e crítico sobre o turismo com os quilombolas, foi alguns anos mais tarde, a partir da parceria estabelecida no projeto coordenado pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA), que as comunidades André Lopes, Ivaporunduva, Mandira, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu se organizaram em torno do *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR).

Raquel Pasinato em entrevista realizada em 2018, relatou-nos que a demanda por formação sobre o turismo apareceu para o ISA durante o desenvolvimento do projeto da *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*, realizado entre 2004 e 2008. Destacou que algumas comunidades que já vinham trabalhando com o turismo apresentaram interesse na construção de um trabalho mais sólido para os territórios.

O ISA, em articulação com as Associações das CRQ André Lopes, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, São Pedro e Sapatu, em Eldorado, e Mandira, em Cananéia, que demonstraram interesse em aprofundar o conhecimento sobre as possibilidades e impactos do turismo,

formularam um projeto, que contou com apoio financeiro do MTUR, para trabalhar o turismo nas comunidades.

Raquel Pasinato (2018), explicando o desenvolvimento do projeto, destacou que, num primeiro momento, foi realizado um processo de formação, de pensar o turismo que eles queriam. Relatou que havia uma grande preocupação com o potencial exploratório e consumista que o turismo possui, e que, nesse contexto de estudos, o turismo de base comunitária se apresentou como a alternativa mais adequada<sup>89</sup>.

Apesar das contradições intrínsecas ao turismo, por seguir uma lógica oligopolista imposta pela mundialização do capital e, em alguma medida, pela mercantilização do tempo e do espaço, Cruz (2009) destaca que o turismo comunitário se apresenta como uma possibilidade e alternativa em que as comunidades autóctones assumem o controle de seu desenvolvimento nos territórios.

Durante a pesquisa empírica nos Quilombos Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu e Ivaporunduva, entre 2018 e 2019, ficou evidente, nas conversas com representantes das comunidades, que, além da possibilidade de gerar renda e trabalho particularmente para a juventude e para as mulheres, apropriar-se do turismo também parecia ser essencial para manter certo grau de autonomia e *autocontrole* dos territórios.

Compreende-se que o CQTVR foi resultado de uma proposta que articulou a história de luta e resistência no e pelo território, com o reconhecimento do modo de vida dos quilombolas e com a preservação e manutenção do patrimônio cultural e natural que cada comunidade possuía. Com referência à apresentação descrita no livreto elaborado pelo

---

<sup>89</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

ISA (2013) em parceria com as Associações dos Quilombolas, observa-se que:

Esta é uma oportunidade única de fazer turismo de base comunitária e ao mesmo tempo conhecer a cultura afro-brasileira, participando de seu cotidiano, observando seus conhecimentos tradicionais, visitando as belezas naturais e, principalmente, ouvindo as histórias de luta e resistência das comunidades, que contribuem até hoje para preservar as riquezas da sociobiodiversidade da região.

Ainda sobre as visitas que realizadas nas quatro comunidades supracitadas, constatou-se, além da preocupação e da importância de ter o controle de acessos a seus territórios, também o objetivo de trazer aos visitantes a história ocultada da literatura convencional sobre a cultura negra e a luta dos quilombolas ao longo dos anos.

Tal qual a proposta de *autocontrole* e *auto-organização* das próprias Associações Quilombolas e da ocupação dos territórios, entende-se que os debates e estudos sobre turismo também seguiu parâmetros e se compôs por meio da cooperação e da *auto-organização*, buscando, além do bem-estar e da equidade custo-benefício, a preservação da natureza, do modo de vida e da cultura.

Além da coordenação do ISA e das Associações das sete comunidades envolvidas na construção do projeto, destaca-se, também, a participação da Associação de Monitores Ambientais de Eldorado (Amamel), da EAACONE, da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Redetraf), e da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol) (ISA, 2013).

Diante das informações coletadas durante a pesquisa empírica, compreende-se que o CQTVR propôs a organização dos territórios para receber visitação com o objetivo, além de gerar recursos para subsistência, também de divulgar/apresentar suas tradições culturais, a luta afro-brasileira e a riqueza cultural e natural preservada pelas comunidades.

Importante destacar, conforme os próprios quilombolas costumam dizer, que o acesso às comunidades é um tanto *difícil*, primeiro pela escassez do transporte público e da precariedade da SP-165, rodovia de acesso às seis comunidades de Eldorado. Segundo, pela própria distância, sendo que Sapatu, a mais próxima do centro urbano, está a cerca de 30 km, e São Pedro, a mais longe, na divisa com o município de Iporanga, fica a cerca de 60 km *Ribeira acima*.

Com exceção de Sapatu e Ivaporunduva, para acessar as demais comunidades (São Pedro, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima) em Eldorado, ainda é necessário atravessar o rio Ribeira de Iguape pela balsa e percorrer uma distância de aproximadamente 13 km de estrada não pavimentada.

Para acessar o Quilombo do Mandira, única comunidade do *Circuito* que não está localizada no município de Eldorado, mas em Cananéia, o acesso é feito pela Estrada Itapitangui/Ariri na altura do km 11, que fica a aproximadamente 35 km do centro urbano do município de Cananéia.

Com referência ao livreto de divulgação do CQTVR, aos Relatórios Técnicos Científicos (RTC) das comunidades realizados pelo ITESP e o trabalho de campo, aponta-se, de modo sumário, as sete

comunidades que optaram por iniciar com um turismo comunitário diferenciado em seus territórios<sup>90</sup>.

Inicia-se pelo Quilombo Ivaporunduva, o mais antigo da região. Surgiu no século XVII, com a ocupação de mineradores e pessoas negras escravizadas antes mesmo da formação de Eldorado. Com o declínio da mineração, a população negra que ficou na região foi ampliando sua ocupação sobre as terras e estabelecendo um reduto de negros livres, libertos e fugidos. Ivaporunduva organizou seus atrativos turísticos em gastronômico, cultural e natural.

Na sequência apresentam-se o Quilombo São Pedro. Diferentemente de Ivaporunduva, São Pedro organizou seus atrativos apenas em naturais e culturais. Constituído por volta de 1830, sua formação está ligada ao Quilombo Galvão, seu vizinho direto, ambos possuem parentesco com Bernardo Furquim, negro livre que ficou conhecido por ter mais de 20 filhos e constituir várias famílias na região (ISA, 2013).

Formado em meados de 1830 devido à expansão da ocupação realizada por grupos de negros em torno de Ivaporunduva, São Pedro e Nhunguara e de negros fugidos do recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai, o Quilombo André Lopes é o único quilombo de Eldorado que possui ensino fundamental I e II na Escola Estadual Maria Antônia Chules Princes, responsável por receber estudantes dos demais quilombos do município.

---

90 Para mais informações sobre os atrativos turístico do Circuito, ver o livreto CIRCUITO Quilombola do Vale do Ribeira: turismo de base comunitário. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/circuito-quilombola-do-vale-do-ribeira-turismo-de-base-comunitaria>. Acesso em 13 mai. 2019.

Na sequência, evidencia-se o Quilombo Sapatu, formado por volta de 1870, também por negros que fugiram do recrutamento forçado para a guerra do Paraguai e famílias vindas de outras comunidades que foram ocupando a área. A comunidade se estabeleceu pelo grau de parentesco, pelas relações internas de convivência e de uso e ocupação da terra; as famílias estão organizadas no território em três grandes núcleos (Indaiatuba, Sapatu e Cordas).

A origem dos Quilombos Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima igualmente está associada à formação dos outros quilombos da região, em especial, Ivaporunduva, pois muitos dos troncos familiares registrados em Ivaporunduva também aparecem em Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, conforme registros do Livro de Terras de Xiririca/Eldorado. Apesar de serem formalmente duas comunidades separadas, são formadas por famílias aparentadas que compartilham as mesmas referências históricas e culturais. Diante disso, optaram por organizar os atrativos turísticos em conjunto.

Por último, apresenta-se o Quilombo Mandira, o único do *Circuito* que está localizado no município de Cananéia. O quilombo foi constituído em terras doadas por Celestina Benícia de Andrade a seu irmão Francisco Mandira em 1868. Francisco era filho de uma escrava com Antônio Florêncio de Andrade, pai de Celestina e antigo dono da fazenda onde hoje é a comunidade.

Para além dos atrativos apresentados no livreto, observa-se, ao visitar a região, observar e sistematizar a exposição de lideranças dos Quilombos Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu e Ivaporunduva, que as comunidades buscam a ideia de um turismo diferenciado, mais adequado ao seu modo de vida e contrário à lógica exploratória do mercado capitalista.

Ivo, do Quilombo Sapatu, nos relata, em entrevista realizada por *WhatsApp*, que o turismo de base comunitária é importante tanto para gerar uma renda que colabora com a economia interna da comunidade, como também para resgatar e manter viva a história da comunidade e da importância do sistema agrícola quilombola<sup>91</sup>.

Relata que, a partir do turismo comunitário, trabalha-se, dentro do território do quilombo Sapatu, com o segmento de aventura através de trilhas, cachoeira e cavernas; e com o segmento étnico-cultural e pedagógico, voltado à recepção de grupos e estudantes com interesse em conhecer a cultura local, o sistema agrícola quilombola e a história de luta e resistência dos quilombolas.

Benedito Alves da Silva (Ditão), membro do Quilombo Ivaporunduva, evidencia que a comunidade trabalha com o turismo de “um ponto de vista étnico-cultural”. Enfatiza que a visita só pode ser realizada com agendamento e que, a despeito de receber grupos de turistas nacionais e internacionais, dão preferência para grupos de escolas e faculdades<sup>92</sup>.

O quilombola José Rodrigues, liderança histórica de Ivaporunduva, relata que, durante as visitas dos grupos de escolas e faculdades, ele e outros quilombolas que têm formação de monitor ambiental fazem palestra para os alunos contando a história do Vale, dos quilombos e da luta do povo negro da região<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup> ROSA, Ivo Santos, Monitor ambiental, Quilombo Sapatu, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 05 de outubro de 2020, via *WhatsApp*.

<sup>92</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/movimentopopularlivre/videos/2103747766438617/>. Acesso em: 05 jul. 2020

<sup>93</sup> SILVA, José Rodrigues, Quilombo Ivaporunduva, em apresentação realizada durante visita ao Quilombo Ivaporunduva, em 23 de agosto de 2019.

Ainda sobre como o turismo se inseriu no contexto das comunidades, Dona Diva, do Quilombo Pedro Cubas de Cima, evidencia que, a partir dos cursos e aprendizados, o debate sobre o turismo ajudou a comunidade a se organizar em torno da *auto-organização* do território e do acesso dos terceiros<sup>94</sup>.

Kauê, monitor ambiental também do Quilombo Pedro Cubas de Cima, salienta que a organização do turismo se constituiu como uma atividade necessária para o conhecimento e controle do território, bem como uma possibilidade de renda para os jovens e para as mulheres por meio do artesanato e da gastronomia<sup>95</sup>.

Diante disso, apesar de concordarmos com Ouriques (2005, p. 112) quando defende que o turismo carrega um impulso fascinante de dominação capitalista sobre a paisagem e as “manifestações tradicionais, inclusive inventando-as e recriando-as de forma espetacular”, considera-se que o CQTVR, para além de atrair a mera contemplação bucólica e/ou folclórica, busca consolidar-se como território de resistência e construção de novas relações sociais, ambientais e culturais.

É evidente que os quilombolas, em alguma medida, têm consciência de que uma parcela dos turistas que visitam as comunidades busca experiências valorizando o romântico, o lúdico, o nostálgico, o rústico, a natureza preservada e a *folclorização* da cultura, mas não é isso que eles buscam incentivar.

Seja por meio da *auto-organização* sócio produtiva dos quilombolas no território, bem como da expressão de sua territorialidade, identifica-se um movimento interessante e diferenciador quando se pensa no turismo,

---

<sup>94</sup> SILVA, Edvina (Dona Diva), Quilombo Pedro Cubas de Cima, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 16 de agosto de 2020, em Eldorado/SP.

<sup>95</sup> SILVA, Kauê Santos, Monitor ambiental, Quilombo Pedro Cubas da Silva, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 06 de novembro de 2018, em Registro/SP.

visto que se contrapõe à lógica liberal burguesa de propriedade privada e de coisificação socioambiental.

Essas comunidades, que lutam pela propriedade coletiva e não alienável, bem como pela soberania e *auto-organização* dos seus territórios, buscam construir uma proposta de desenvolvimento do turismo contra hegemônico e adequado a sua *autodeterminação* e aos seus interesses, ou seja, com fortes características de não mercantilização.

Visto que as CRQVR são grupos que se organizam pelo pertencimento, pela ancestralidade negra transmitida de geração em geração ao longo dos tempos e pelas práticas de resistência na manutenção de seus modos de vidas contrastivas à territorialidade do capital, e o turismo sendo uma atividade que se desenvolve primordialmente sobre uma lógica fetichista e espetacular “que mercantiliza o tempo livre e transforma o valor de uso do território em valor de troca” (OURIQUES, 2005, p. 86), considera-se que existe uma clara contradição entre os princípios das comunidades quilombolas, que desenvolvem uma identidade coletiva e de contraposição aos projetos de hegemonia do capital, e o desenvolvimento do turismo, entendido como uma apropriação capitalista do tempo e do espaço.

Apesar das contradições entre os quilombolas, antigo reduto de resistência e de luta da população negra, durante muito tempo criminalizado, e até os dias atuais sem ter seu pleno direito à propriedade assegurado, e o turismo, atividade que se desenvolve sob a luz do desenvolvimento capitalista, da mercantilização e do consumismo, o fato é que o turismo se apresenta quase que de forma inevitável, faz parte da vida dos quilombolas. Diante dessa imposição, tornou-se imprescindível que se estabelecesse um processo de estudos e de debates para que as comunidades pudessem se preparar da melhor forma possível para lidar

com o avanço do turismo sobre os seus territórios e, acima de tudo, controlá-lo.

Nesse sentido, compreende-se que o processo constituído particularmente por meio da ação do GTTEA/PCQ/UNICAMP e do ISA, com o Programa Vale do Ribeira, gerou elementos de mediação consideráveis para se construir uma alternativa com e pelas comunidades. Em tempos de neoliberalismo, observa-se que a mediação/relação nesses casos estabelece elementos teóricos e práticos compromissados com a identidade e emancipação das comunidades, criando espaços coletivos de estudos e de decisões sobre as possibilidades ou não do turismo nas comunidades.

Com referência em Novaes (2012, p. 133), considera-se que o serviço dessas entidades buscou romper como o modelo difusionista e de transferência tecnológica, e desenvolveu-se com o objetivo de “fortalecer a capacidade de gerar conhecimentos, já existente na comunidade – capacidade de questionar, analisar e testar possíveis soluções para os próprios problemas”.

Dentro dos limites e possibilidades dados pela própria lógica neoliberal, que determina as ações de cima para baixo, observa-se que as mediações/relações construídas tanto pela UNICAMP, quanto pelo ISA, com as comunidades, buscaram fortalecer o diálogo e a capacidade de *autoaprendizagem* para a *auto-organização* do turismo comunitário, não mercantilizado, em seus territórios, ou seja, os remanescentes de quilombolas não perderam o controle do território para uma grande empresa de turismo, muito menos para uma empresa de hotelaria, preservando as relações sociais naquele território.



## **Entidades de Apoio, CRQVR e Turismo Comunitário**

### **4.1 O modelo convencional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

Destaca-se que, quando iniciamos nosso projeto de pesquisa, tínhamos como objeto de análise a relação entre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública convencional e as CRQVR. Contudo, durante as pesquisas bibliográficas e, posteriormente, durante a pesquisa empírica, foi confirmado que tal relação, ou melhor, a relação pontual entre o ITESP e as comunidades, demonstrou certo limite de relevância para o trabalho.

Contudo, como iniciamos com um intenso trabalho de pesquisa bibliográfica sobre a ATER convencional, decidimos manter essa análise, menos pela sua importância na proposição do CQTVR, e mais pela sua referência e relevância histórica enquanto entidade que realiza trabalho intelectual junto às populações do meio rural até os dias atuais.

Gramsci (2001), ao analisar o papel dos intelectuais, entende que a especificidade do seu trabalho se dá pela ação sobre a consciência e na formação da ideologia, assim, dentro do conjunto das relações sociais, entende-se que ele é o ‘ator’ que faz a mediação entre a classe dominante e os grupos subalternos, formam e difundem a ideologia dominante entre os grupos sociais, e formalizam a hegemonia da classe dirigente e dominante.

Diante das reflexões de Gramsci (2001) sobre os intelectuais, compreende-se que o serviço convencional de ATER brasileiro, cumpriu, no meio rural, a função de intelectuais da burguesia no processo da modernização conservadora e difusão da revolução verde, ou seja, foram os principais profissionais que realizaram a mediação técnica científica entre as classes dominantes e os grupos subalternos com a finalidade de conservar o *status quo*.

O processo de expansão do serviço de ATER no Brasil está bastante vinculado aos acordos bilaterais e às políticas de *ajuda* junto aos Estados Unidos da América (EUA). Oliveira (2013) destaca que, a partir de 1945, acordos particularmente de cooperação técnica entre os dois países injetaram recursos materiais e intelectuais, com perspectivas de trocas de tecnologia e formação de técnicos brasileiros via intercâmbio em cursos e treinamento nos EUA.

Sob essa influência, foi criada em 1945 a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) que, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estabeleceram as condições para a Campanha Nacional de Educação Rural, cujo fundamento era a ideia de que o atraso das zonas rurais decorria da falta de preparo do homem do campo (SOUZA; CAUME, 2008).

A proposta defendia um “plano de educação complementar de novo tipo”. Dessa maneira, era um “empreendimento educativo”, com característica de um ensino informal (fora da escola) e objetivo de “produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilitações para que se atingisse o desenvolvimento tanto individual como social”<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Fato ilustrativo é a propaganda difundida a partir de 1948 pelo interior do país pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) “Um homem, uma professora e um jipe” (OLIVEIRA, 2013; RODRIGUES, 1997; SOUZA; CAUME, 2008).

(FONSECA, 1985 apud OLIVEIRA, 2013, p. 64). O planejamento foi moldado sob a influência da política agrícola estadunidense e da articulação das classes patronais nacionais reunidas na Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (OLIVEIRA, 2013).

Observa-se que, apesar de criada como uma entidade sem fins lucrativos, de direito civil privado e com a finalidade última de maximizar a produção agrícola brasileira, a ABCAR possuía relação direta com o Ministério de Agricultura, tanto pela alocação de recursos quanto pela manutenção e contratação de pessoal que prestava serviços de assistência técnica e extensão rural (OLIVEIRA, 2013).

Caporal (1991) aponta que o modelo importado era profundamente dependente, tanto que a Associação Internacional Americana (AIA), e o Escritório Técnico Brasil-Estados Unidos (ETA), foram seus membros fundadores e mantenedores junto com o Banco do Brasil, a Confederação Rural Brasileira (CRB) e suas filiadas. Posteriormente, ingressaram o Ministério da Agricultura, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), Serviço Social Rural (SSR), Instituto Brasileiro de Café (IBC) e o Banco Nacional de Crédito Corporativo (BNCC). Nessa dinâmica, técnicos americanos integravam a assessoria da ABCAR, e técnicos brasileiros obtiveram oportunidades de treinamento nos EUA (CAPORAL, 1991, p. 38).

Com referência em Rodrigues (1997), observa-se que, a partir dessas ações, o serviço de ATER convencional, durante quase toda a segunda metade do século XX, passou basicamente por três períodos que marcam as suas diretrizes e características de ação.

Guardadas as especificidades e interesses hegemônicos de cada período, apresenta-se, na tabela abaixo, de forma sumária, a prevalência, a especificidade, os principais elementos e características do serviço de

ATER estatal, convencionalmente estabelecida pelo Estado brasileiro a partir da década de 1940.

**Quadro 6 – Caracterização sumária dos três períodos que marcam o processo evolutivo da extensão rural no Brasil**

Especificidade	Especificação Humanismo assistencialista	Difusionismo produtivista	Humanismo crítico
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-1989
Unidade de Trabalho	Família rural	Produtor Rural	Família rural
Orientação pedagógica	Ensinar a fazer fazendo	Difusionista	Dialógica-problematizadora
Papel do agente de extensão	Indutor de mudanças de comportamento	Elaborador de projetos de crédito rural	Catalisador de processos sociais
Tipo de planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Apenas subjacente: instrumento para melhorar as condições de vida da família rural	Finalístico: modernizar o processo produtivo aumentando a produtividade da terra e do trabalho	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio ecológico, energético e social.
Tipo e uso do crédito rural	Supervisionado: cobre investimentos no lar e na propriedade (produtivos ou não)	Orientado: voltado para produtos com o fim de viabilizar tecnologias de uso intensivo de capital	Orientado: voltado preferencialmente para viabilizar tecnologias “apropriadas”
Organização da população	Cria grupos de agricultores, donas de casa e jovens rurais	Não se preocupa com este tipo de ação	Estimula a organização e o associativismo rural autônomo

Fonte: Rodrigues (1997, p. 122).

Tendo como referência o quadro elaborado por Rodrigues (1997), pode-se observar que o serviço de ATER, a partir do *Humanismo*

*Assistencialista*, foi proposto com o objetivo de educar os pequenos agricultores com vistas a melhorar suas condições de vida, e difundir conhecimento como indutor de mudanças de comportamento. Buscou modernizar formas de pensamento e comportamento do homem do campo brasileiro, consideradas atrasadas e anacrônicas (RODRIGUES, 1997, SOUZA; CAUME, 2008; OLIVEIRA, 2013).

Sob a égide da ideologia nacional desenvolvimentista, e do anseio em superar o atraso no campo, o serviço de ATER foi estabelecido de forma a garantir instrumentos de interiorização do progresso técnico, a fim de dar meios para que a agricultura cumprisse suas funções de produção (RODRIGUES, 1997; CAPORAL, 1991).

Para tanto, foi instituído, em 1948, o Crédito Rural Supervisionado (CRS), com a suposição de atender a uma parcela da massa de proprietários marginalizados (minifundiários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que, em função de não auferirem rendas suficientes para colocarem em prática aquilo que aprendiam, não podiam se beneficiar plenamente de um trabalho educacional como era o serviço de extensão. Essa modalidade de crédito, destinada fundamentalmente a capitalizar o pequeno produtor, procurou conjugar os serviços de crédito à educação rural (RODRIGUES, 1997; CAPORAL, 1991).

O CRS destinava-se prioritariamente a atender pequenos agricultores, com o objetivo de cobrir despesas de investimento e custeio, não só de atividades agrícolas, como também de economia doméstica, para a melhoria das condições de habitação, nutrição, saúde, educação, vestuário e lazer (RODRIGUES, 1997).

Contudo, na medida em que o Estado se defronta com a necessidade de intervir mais diretamente para modernizar a base técnica produtiva do setor agrícola, e passa a utilizar instrumentos de

planejamento mais sistematizados, o serviço de ATER vai ser modificado pelas diretrizes das prioridades estabelecidas pelos planos governamentais, como aconteceu com o Plano Trienal de 1963-65 (CAPORAL, 1991; RODRIGUES, 1997; OLIVEIRA, 2013).

A partir da década de 1960, com a clara finalidade de dar dinamismo e expandir os serviços de ATER no interior do país, por exemplo, a ABCAR é redirecionada por um novo plano com significativas metas de crescimento e práticas produtivistas que distorcia a orientação e o público-alvo definido até então<sup>97</sup>.

Essas orientações eram mais flexíveis e propagavam a difusão de tecnologias atreladas ao Crédito Rural Orientado (CRO), tornando-se estratégia central do programa de ATER, que abandona por completo o *Humanismo Assistencialista* e configura um modelo que se convencionou chamar de *Difusionismo Produtivista* (RODRIGUES, 1997; SOUZA; CAUME, 2008).

O modelo *Difusionismo Produtivista* foi imposto sob a lógica da modernização conservadora e do paradigma da revolução verde durante a ditadura militar, caracterizado pela não realização da reforma agrária, pela transferência tecnológica e pela formação limitada da força de trabalho para o ciclo capitalista urbano. Expressa categoricamente o desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro e o conservadorismo do pacto político das elites nacionais.

---

<sup>97</sup> Para fins de provável qualificação para o crédito supervisionado, em 1956, a ABCAR classificou as famílias rurais em três grupos: a) agricultores grandes: administrativamente sofisticados, tecnologicamente modernos e geralmente com acesso ao crédito; b) agricultores médios: intermediários entre agricultores grandes e pequenos; c) agricultores pequenos: propriedades demasiadamente pequenas para oferecer condições mínimas de subsistência ou proporcionar uma base modesta para a formação de capital, que faziam uso de técnicas tradicionais, além do que apresentavam deficiências em todos os aspectos, o que dificultava conseguirem tirar proveito do Programa de ATER (OLIVEIRA, 2013).

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), criada em 1974, marca a consolidação, de uma vez por todas, das orientações do *Difusionismo Produtivista*. Ela assume a ação de braço forte do Estado junto ao povo rural, tendo como empenho a função de potencializar a modernização e guiar o processo de implantação do pacote tecnológico da revolução verde.

A criação da EMBRATER e, posteriormente, das EMATER, deu ao Estado um novo poder de ação junto ao meio rural, pois como diziam os Ministros na Exposição de Motivos n.º 08/74, que propunha ao Congresso a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER1975:10), se fazia necessário um “mecanismo de operação flexível e poderoso”, um “organismo forte e ágil”, um “instrumento rápido e eficiente para a execução de programas integrados...”. Desde então, as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural das empresas públicas respondem aos interesses maiores, estabelecidos nos planos do governo, quer no nível federal, quer no estadual (CAPORAL, 1991, p. 59).

O CRO foi direcionado às culturas agrícolas sob a base do uso intensivo de capital e do aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho, cobrindo despesas de custeio e investimento. Tinha como beneficiários, preferencialmente, médios e grandes empresários rurais possuidores de um patrimônio que garantisse a obtenção do crédito e a necessária capacidade de pagamento (SOUZA; CAUME, 2008).

Supostamente, pequenos produtores também teriam acesso ao crédito, desde que produzissem uma renda razoável e apresentassem capacidade potencial de pagamento, e disposição de aceitar e receber orientação para incremento da produtividade de seu empreendimento agrícola (SOUZA; CAUME, 2008).

A inadequação entre os pressupostos teóricos e a prática só foi reconhecida formalmente quando, por exemplo, a ACAR-MG, através do seu Plano Diretor para o quadriênio 1968/72, estabeleceu um novo estilo de trabalho, inspirado no slogan “Integrar para Desenvolver”. A partir de então, suas ações foram definidas para “assistir o agricultor que explora comercialmente sua propriedade, ao invés de pequenos e médios produtores, cuja evolução é demorada e retarda o avanço econômico do Estado” (SILVA, 1969, p. 17).

A população rural brasileira, bastante diversa, foi dividida em três categorias: a) os grandes empresários, que deveriam receber orientação específica, em termos de assistência técnica, para que fizessem melhor uso dos fatores de produção; b) os pequenos e médios proprietários, que deveriam ser estimulados a um conjunto de maiores necessidades e na maneira de satisfazê-las produtivamente; e c) os meeiros e assalariados (cerca de 80% da população do campo), que deveriam ser conduzidos à sindicalização rural, aos quais estaria feita sua assistência, promovendo sua capacitação para direcionarem-se às cidades (SOUZA; CAUME, 2008).

O *Difusionismo Produtivista* implicou um processo de aceleração da penetração da lógica capitalista na produção agrícola e no trabalhador rural, bem como o endividamento devido aos crescentes custos produtivos diante da dependência do uso intensivo de fertilizantes de síntese química, de agrotóxicos, e pela deterioração dos recursos do solo e da água que foram tornando os recursos naturais escassos.

O tamanho das grandes fazendas aumentou substancialmente [...]. A taxa de adoção de novas tecnologias estava diretamente relacionada ao tamanho da propriedade [...]. Houve uma rápida adoção de tecnologia biológica, e especialmente, de fertilizantes químicos; esse processo de adoção aumentou significativamente os custos de operação [...]. Houve

um dramático aumento no uso de crédito agrícola nos anos recentes; todos os aumentos da oferta de crédito foram canalizados através de instituições formais de crédito; [...]; taxas reais negativas de juros geralmente prevaleceram e distorceram a alocação de capital e crédito; taxas reais negativas de juros também resultaram em substancial transferência de renda para os usuários de crédito (SILVA, 1981, p. 29).

Assim, à medida que os objetivos produtivistas se tornaram hegemônicos nos procedimentos das entidades de ATER, em detrimento de metas humanistas, a pequena produção vai sendo abandonada, tanto em relação às políticas de financiamento produtivo, quanto de serviço. Foi-se, gradativamente, construindo o paradigma de que esse segmento social seria potencialmente incapaz de atender, com eficiência, às novas demandas de uma economia em processo de industrialização e urbanização (SOUZA; CAUME, 2008).

Segundo Pretto (2005), a posse da terra era requisito exigido para obtenção do crédito bancário, condição única pela qual se atribuía ao solo um valor de mercado em razão dos financiamentos que eram repassados com taxas de juros negativas, ou seja, uma espécie de transferência de renda entre os que contraíam os empréstimos e os credores.

Essa postura acentuou as desigualdades entre os pequenos, médios e grandes produtores, contribuindo para a expansão da miséria dos pequenos produtores, visto que estes precisaram se desfazer dos seus meios de produção, dadas as dificuldades, ou mesmo a impossibilidade, de se manterem e sobreviverem ante a expansão da modernização no campo. Muitos dos pequenos proprietários tiveram que aumentar a sua jornada de trabalho e a da sua família, ao passo em que alguns findaram por vender sua força de trabalho a outrem.

A política agrária adotada no processo de modernização, de revolução verde e de *difusionismo produtivista*, teve claros interesses de substituição de uma parcela dos trabalhadores pela intensa mecanização e a não realização de mudanças na estrutura fundiária, contribuindo para a formação de uma grande massa de sujeitos em desempregos sazonais.

Mesmo uma parcela dos trabalhadores tentando manter-se na área de origem, intensificando a produção no espaço disponível, e buscando complementar a renda fora da unidade familiar, a exemplo do *part-time farmer*, ou imigrando para tentar a sorte na fronteira agrícola, o saldo foi uma grande parcela da população vivendo em condições miseráveis nas áreas periurbana e/ou periferias das grandes e médias cidades, em desempregos sazonais, buscando renda em ocupações agrícolas e não agrícolas, quando não no crime (MARTINS, 1994; DELGADO, 2001; SILVA, 2002; SOUZA; CAUME; 2008).

Em decorrência dos impactos da crise do capital na década de 1970, o consequente esgotamento do milagre econômico, a retirada de recursos para o serviço de ATER e as claras contradições (políticas, econômicas e sociais) da orientação *produtivista e difusionista*, com o projeto de tecnificação acelerada da agricultura, uma parcela dos profissionais de ATER cogitaram o retorno da orientação humanista assistencialista, que *ganhou um ar* entre 1980 e 1984, abrindo precedente para se formar uma terceira orientação caracterizada por *Humanismo Crítico*.

O *Humanismo Crítico* surgiu como uma proposta de promoção humana integral das maiorias demográficas do campo, mas supostamente sem o paternalismo do *Humanismo Assistencialista*. Propunha uma perspectiva libertadora, em que o trabalhador rural, proprietário ou não das terras onde labuta, seria sujeito de suas ações como cidadão,

problematizando a sua realidade e tomando decisões (RODRIGUES, 1997).

Compreende-se que essa orientação sofreu grande influência do pensamento de Paulo Freire, com destaque às contribuições em “A Pedagogia do Oprimido” de 1969, e particularmente a da obra “Extensão e comunicação” do mesmo ano, na qual Freire realiza uma reflexão crítica tanto da semântica, quanto da prática do profissional de assistência técnica e extensão.

Ao analisar semanticamente o termo extensão, e a intencionalidade educativa do profissional extensionista, Paulo Freire (1983, p. 15) verifica que esta tem assumido, ao longo do tempo, uma lógica de transferência do conhecimento, de ação “anti-dialógica” e de “invasão cultural”, incompatível com uma ação educativa de caráter libertador, e assumindo sentido e caráter de educação como prática da “domesticação”.

Por tudo isto, o trabalho do agrônomo não pode ser o de adestramento nem sequer o de treinamento dos camponeses nas técnicas de arar, de semear, de colher, de reflorestar etc. Se se satisfizer com um mero adestrar pode, inclusive, em certas circunstâncias, conseguir uma maior rentabilidade do trabalho. Entretanto, não terá contribuído em nada ou quase nada para a afirmação deles como homens mesmo. Desta forma o conceito de extensão, analisado do ponto de vista semântico e gnosiológico, não corresponde ao trabalho indispensável, cada vez mais indispensável, de ordem técnica e humanista, que cabe ao agrônomo desenvolver (FREIRE, 1983, p. 23).

Entende-se que as reflexões de Paulo Freire (1983) causam um impacto provocativo sobre os profissionais de ATER em específico, mas, também, em outros profissionais que realizam trabalhos de assistência

técnica, assessoria, capacitação, formação e extensão junto a grupos subalternos. O sentido e o caráter educativo de suas ações, além de lhe propor o esforço de autocrítica a respeito de seu lugar como detentor exclusivo do conhecimento e de sua ação de transferência de um conhecimento depositário, propõe a opção da intercomunicação entre sujeitos no sentido de compreender os processos para transformar uma realidade mais complexa.

Diante disso, compreende-se que o *Humanismo Crítico* não se opunha à proposta de viabilizar o progresso técnico e o aperfeiçoamento gerencial das minorias que historicamente tinham sido marginalizadas no campo, contudo, o profissional não seria mais um agente de mudança manipulador, seria o interlocutor tecnicamente competente com suas ações pautadas por um relacionamento dialógico horizontal com o trabalhador do campo dialógico (RODRIGUES, 1997).

Mesmo com a mobilização de alguns profissionais do setor, as instruções do *Humanismo Crítico* foram apenas esboçadas, já que, com o avanço da lógica neoliberal no início dos anos 1990, houve um claro abandono do fornecimento do serviço convencional de ATER, particularmente para as camadas mais pobres e necessitadas.

Contudo, destaca-se a importância de compreender as características dessas orientações, pela referência que uma ou outra exerce sobre a ação de diferentes entidades de apoio e fomento que, a partir da reforma do Estado, também passam a executar trabalhos de assistência técnica, assessoria, capacitação e formação para as populações rurais, periféricas e comunidades tradicionais.

Deixado à mercê das políticas de ajustes estruturais e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados, o serviço convencional de ATER estatal em nível de política federal só foi retomado de forma mais

elaborada em 2003, a partir da elaboração de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no primeiro governo Lula da Silva (BRASIL, 2004).

Apesar de considerarmos de suma importância o rico processo que se abre com a retomada da ATER convencional, e de uma clara expansão do serviço ao longo dos governos Lula e Dilma, parece importante, nesse momento, para finalizarmos o assunto e darmos sequência ao tema, apresentar dois elementos que ocorreram no período do “limbo” que influenciaram diretamente, não sem resistência, o operacional desses serviços.

Como fato ilustrativo, destaca-se a realização, em Brasília, do Seminário Nacional Agricultura Familiar e Extensão Rural, e a consequente criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. A partir desses eventos, observa-se que as políticas de governos escolhem o modelo da agricultura familiar como forma ideal de organização produtiva para o meio rural.

Tal influência pode ser observada, por exemplo, no caso do PNATER, que, apesar de supostamente assumir certos compromissos progressistas como estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável e agroecológico, tem como centro o fortalecimento da agricultura familiar<sup>98</sup> (BRASIL, 2004).

No caso das metodologias educativas, estas deveriam ser participativas e integradas às dinâmicas locais, participando na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e a

---

<sup>98</sup> Em 2010, a Lei nº 12.188 alterou a Lei nº 8.666, de 1993, e instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER – e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e agroecológico, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações<sup>99</sup> (BRASIL, 2004).

Não se trata de não reconhecer a importância da agricultura familiar no país, mas, de considerar que, apesar de trazer elementos importantes como o desenvolvimento sustentável e a agroecologia, considera-se que a opção do governo pelo uso operacional do modelo da agricultura familiar, representa uma clara opção pela via de mercantilização para solucionar o problema agrário e fundiário brasileiro.

Sem as devidas mediações sobre a particularidade de cada grupo, observa-se que assentados e acampados da reforma agrária, pequenos proprietários, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais, seringueiros, faxinalenses e remanescentes de quilombolas, são designados de forma *operacional* e homogênea sob o modelo de agricultura familiar.

Com origem em meio ao avanço da lógica neoliberal e da reforma do Estado, observa-se que, junto ao modelo da agricultura familiar, definições mais sofisticadas como empresa rural e empreendedor rural também passam a ser utilizadas de forma “operacional” para caracterizar grupos sociais do meio rural bastante heterogêneo.

Ao mesmo tempo em que isso conformou um processo de dinamização pelos grandes complexos setoriais do agronegócio e de propriedade privada, envolveu determinados segmentos de organização coletiva, obscurecendo um movimento latente de conflito fundiário e concentração da renda, de alteração da matriz produtiva e de

---

<sup>99</sup> Em 2010, o Decreto nº 7.215 regulamentou a Lei nº 12.188, definindo a extensão como serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

homogeneização territorial como lógicas intrínsecas do capital monopolista no meio rural (SOUZA, 2010; MELO; SOUZA, 2011).

Dessa forma, compreendemos que essa aceitação *operacional* de agricultura familiar, empreendedor rural e empresa rural, consubstanciam uma lógica individualista de propriedade privada, que permeia a ação do Estado, muitas vezes contraditória à propriedade comunal das comunidades quilombolas, como é possível observar na relação, ou ausência dela, quando analisamos a figura do ITESP.

#### **4.1.1 Uma mirada sobre o papel do ITESP**

Segundo descrição de seu sítio eletrônico, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP está vinculada à Secretária da Justiça e Cidadania, e tem como responsabilidade o planejamento e a execução das políticas agrárias e fundiárias do estado de São Paulo.

Responsável pelo serviço de ATER a 140 assentamentos e a 1445 famílias quilombolas, em 14 municípios das regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Sorocaba. Contudo, de acordo com informações levantadas junto a assentados e quilombolas, existe um esvaziamento que torna as ações do ITESP pontuais e, praticamente, ausentes nos territórios.

Não se trata de uma completa ausência de atuação do ITESP junto às CRQVR; observa-se, por exemplo, sua contribuição, não sem pressão, nas construções dos Relatórios Técnicos Científicos (RTC) desde a década de 1990. Contudo, e por diversas razões, suas ações, além de pontuais, carrega toda uma lógica de organização socioproductiva pautada para o agronegócio ou para o modelo da agricultura familiar.

Tendo como referência principal a entrevista que realizamos com Thiago Marques do Oliveira do ITESP em 2018, ele nos relata que, apesar de a questão quilombola ser bastante recente, em alguns poucos momentos, houve algumas ações mais consistentes de interesse em montar equipes voltadas às especificidades quilombolas<sup>100</sup>.

Ele relata que, durante o período que pode ser considerado como o mais próspero desse tipo de interesse, em meados dos anos de 2010, chegou-se a trabalhar com um quadro de 20 técnicos. Contudo, devido à falta de conhecimento sobre as especificidades da organização comunitária dos quilombolas, as ações eram voltadas para a geração de renda e para a organização produtiva individualizada, situação que gerou divergência com a organização das comunidades<sup>101</sup>.

Nesse contexto, o entrevistado destacou que foi necessário certo período de experiência e de estudos sobre os remanescentes de quilombos para que os técnicos envolvidos no processo conseguissem avançar com uma proposta de assistência técnica e extensão rural voltada às especificidades quilombolas.

Contudo, devido a um cenário em que, constantemente, o ITESP, além de sofrer com a falta de orçamento, com a precarização das condições de trabalho para os técnicos e com os mandos e desmandos governamentais, ações nesse sentido foram sendo modificadas e bastante reduzidas sob o argumento de cortar custos.

Questionando os representantes das diferentes comunidades que compõem o CQTVR sobre a atuação do ITESP, os argumentos, sejam de forma incisiva ou mais compreensível à situação política e à suposta

---

<sup>100</sup> OLIVEIRA, Thiago Marques, Analista de desenvolvimento agrário do ITESP, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 07 de novembro de 2018, em Registro/SP.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Thiago Marques, Analista de desenvolvimento agrário do ITESP, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 07 de novembro de 2018, em Registro/SP.

precarização da entidade, foi de forma unânime de que o ITESP pouco aparece no território.

Atendo-se à particularidade do turismo, Thiago ressaltou que também seguiu uma lógica convencional de geração de trabalho e renda, muitas vezes, *folclorizando* as culturas quilombolas, situação que também gerou descompasso entre a entidade e as comunidades. Esse fato começou a ser um pouco alterado quando alguns técnicos, mais por militância própria do que por incentivo institucional, além de estabelecerem diálogos com outras entidades que atuam no território, como a EAACONE e o ISA, por exemplo, começaram a estudar e se aproximar do debate sobre a identidade quilombola e o turismo de base comunitária.

Contudo, destaca que, para a sustentabilidade de um projeto conduzido por uma lógica participativa e de organização comunitária para o turismo, é necessário um planejamento de ação de médio a longo prazo, planejamento que o ITESP não possui, o que acaba por gerar ações pontuais que, apesar de mostrarem certo potencial, minguam pela falta da continuidade<sup>102</sup>.

Questionando sobre um plano de ação para o desenvolvimento do turismo com os remanescentes de quilombos, observa-se, mais uma vez, a inconstância das ações, pois, ao passo que se estabelece uma parceria com a Secretaria Estadual de Turismo com o intuito de montar um *Circuito Quilombola Paulista*, os interesses e empecilhos causados por mudanças políticas e orçamentárias dificultam, quando não impedem por completo, o desenvolvimento do projeto.

Nesse contexto, o entrevistado nos apresentou o último projeto voltado para o turismo em CRQ lançado pelo Estado naquela ocasião,

---

<sup>102</sup> OLIVEIRA, Thiago Marques, Analista de desenvolvimento agrário do ITESP, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 07 de novembro de 2018, em Registro/SP.

denominado *Circuito Quilombola Paulista*. O projeto foi montado em parceria com a Secretaria de Turismo e com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Imagem 3 – Banner *Circuito Quilombola Paulista*



Fonte: ITESP (2018).

Composto por 15 CRQ localizadas entre os municípios de Barra do Turvo, Cananeia, Eldorado, Iporanga, Registro e Ubatuba, segundo o próprio entrevistado, o *Circuito* tem como fundamento uma lógica focada na geração de renda e na adequação das comunidades, dos patrimônios culturais e naturais, como produto a ser consumido pelo turista, sendo essa a lógica do Estado.

Apesar dessa discordância da concepção do *Circuito* com a própria concepção comunitária e contra hegemônica que as comunidades buscam

dar para o turismo em seus territórios, contata-se, com base na entrevista, que o projeto, além do diálogo insuficiente com as comunidades, não tem um direcionamento e nem um planejamento estabelecido, acabando por gerar ações pontuais, individuais e espontâneas.

Diante disso, compreende-se que as ações do ITESP seguem uma lógica de transferência tecnológica e de transferência do conhecimento, entre outros fatores, porque essa é a lógica do Estado, e tal lógica não permite que os poucos técnicos que atuam no campo consigam desenvolver um programa mais amplo com tempo e recursos para empreender uma ação dialógica e de trocas de saberes que possa potencializar a *autoaprendizagem* e a *auto-organização* das comunidades e dos técnicos.

Ademais, analisando a situação do projeto do *Circuito* naquele momento, destaca-se também que, pelo fato de o projeto sair sem o devido direcionamento e sem um orçamento adequado, acaba por sobrecarregar os poucos técnicos comprometidos com o seu trabalho, que, mesmo sem as condições adequadas, tentam, por meio de uma militância, dar um andamento para o projeto.

Para dar ênfase à precarização e aos ataques que o ITESP vem sofrendo historicamente submetido dentro da estrutura do Estado, destacamos o Projeto de Lei nº 529/2020, do governador João Doria, eleito em 2018, que propunha a extinção do ITESP e de várias outras autarquias e empresas públicas do estado de São Paulo.

Responsável pelo serviço público de ATER no Estado de São Paulo, além dos próprios servidores, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), CONAQ, EAACONE, MOAB, entre outros, não sem a ressalva de que os serviços deveriam melhorar

muito, encamparam uma ampla mobilização pela manutenção dos serviços do ITESP.

Após essa forte mobilização dos servidores e de vários segmentos sociais organizados contra a extinção do ITESP, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, na madrugada de 14/10/2020, um novo texto substitutivo do Projeto de Lei 529, que retirava o ITESP da lista das companhias que estavam nos planos do governo paulista para a extinção das atividades<sup>103</sup>.

Apesar da vitória parcial dos setores sociais organizados que reivindicam e lutam por um serviço de ATER pública e de qualidade, observa-se que, mesmo tendo resistido e não tendo sido extinto de fato, o descaso do governo deixa os serviços do ITESP bastante debilitados, quando não paralisados totalmente.

Diante disso que pontuamos, isto é, além de uma incompatibilidade entre a lógica de atuação do ITESP e os interesses de propriedade comunal propostos pelos quilombolas, há uma ausência, pois os constantes cortes de orçamentos e de falta de reposição de funcionários que se aposentam, por exemplo, deixa a entidade quase que inoperante.

Vale ressaltar que, ao passo que o serviço público de ATER vai sendo boicotado, ocorre um avanço desses serviços oferecidos pelo terceiro setor na região. Todesco (2010) demonstra que a maioria dos projetos de manejo e uso sustentável no Vale do Ribeira, e em toda área de Mata Atlântica do país, é predominantemente executada por ONGs ambientalistas principalmente.

Efeito dos processos de *flexibilização, parceria, publicização e descentralização* que avançou com a reforma do Estado, conforme

---

<sup>103</sup> Para mais informações ver: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/assembleia-legislativa-aprova-pl-529-2020/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

Montaño (2007). Importante destacar que a maioria desses projetos tem como principal financiador o Estado, e que essa dependência dos recursos públicos representa, para o terceiro setor, um risco de influência e até da ingerência em seu caráter, modo de funcionamento e objetivos (TODESCO, 2010, p. 16; CARVALHO, 1999, p. 07).

Além desse risco de ingerência devido à dependência do financiamento impactar os projetos de entidades de terceiro setor, ela cria, também, um *círculo vicioso*, pois, ao passo que o Estado frequentemente se ampara nos serviços prestados pelo terceiro setor e pelas diferentes *parcerias*, ele deixa de investir na contratação e no treinamento do seu próprio corpo de funcionários, o que leva à precarização dos quadros técnicos e, conseqüentemente, do serviço público (MACEDO, 2018).

Maria Sueli Bernanga (entrevista, 2018) também chama a atenção sobre uma ingerência do Estado, por exemplo, no caso de um excessivo controle sobre a APA quilombola, que, mesmo estando fora do perímetro de proteção integral, é tratada pelos gestores dos Parques com as mesmas exigências de uma área de proteção integral. E acentua dizendo que, além da lentidão nos processos de titulação e na excessiva e seletiva fiscalização, não fornece um serviço de ATER público e de qualidade.

Olhando de longe todo o cenário e a atuação do Estado, e mais precisamente do estado de São Paulo, ao considerar sua atuação, por exemplo, na questão produtiva e na questão ambiental em relação às CRQVR, considera-se que o Estado cerceia as comunidades pelo menos em duas pontas que se complementam: 1<sup>a</sup>) na questão produtiva, que no caso dos quilombolas está ligada ao próprio modo de vida, fornecendo um escasso e despreparado serviço público de ATER; e 2<sup>a</sup>) na seletiva rigidez da fiscalização ambiental, que não reconhece o sistema de coivara como tradicional, e dificulta a liberação das licenças para o preparo da roça de subsistência.

## 4.2 Mediações da resistência de um povo – MOAB/EAACONE

Conforme o conteúdo trabalhado nos capítulos anteriores, observa-se que as Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira (CRQVR) ascendem como sujeitos políticos detentores do direito de propriedade dos territórios em um contexto de transformações políticas, produtivas e de avanço da lógica neoliberal.

Observa-se que, historicamente, essas comunidades não eram assistidas no sentido positivo pelo serviço ATER público estatal, e que, apesar de conquistarem o direito de propriedade com o Artigo 68 do ADCT em 1988, essa situação não se alterou de imediato, fato que pode ser comprovado, por exemplo, na lentidão do Estado em realizar os processos de demarcação e titulação dos territórios.

A partir da pesquisa bibliográfica, mas, principalmente, da pesquisa empírica, ao passo que constatamos uma debilitada atuação da ATER convencional junto às CRQVR, evidenciamos que, ao longo do processo, outras entidades apresentavam papel de maior relevância nos territórios. Diante disso, para dar conta da diversidade de organizações que vão surgindo durante o contexto, conveniu-se utilizar a definição de Entidades de Apoio (EA) ou simplesmente entidades.

Ocupando uma região que abriga a maior quantidade de vegetação remanescente de Mata Atlântica do Brasil, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira encontram-se integralmente ou parcialmente dentro de unidades de conservação ambiental que, quando criadas, desconsideraram as populações que já ocupavam aquelas áreas.

A título de uma breve ilustração de algumas entidades que passam a compor esse complexo processo que envolve a luta dos remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira, no contexto de transição do século XX para

o século XXI, podemos apontar órgãos do Estado ligados à fiscalização ambiental e à gestão dos parques e das Unidades de Conservação (UCs), e organizações relacionadas à questão ambiental, conforme já tratamos no capítulo 3.

Mesmo tendo como objeto a relação do *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR), e as entidades que apoiaram a sua conformação, parece-nos fundamental compreender esse processo à luz dos acontecimentos históricos e de como algumas entidades contribuíram com as mediações que deram as bases da territorialidade comunal, visto que esta não pode ser apartada da forma como as comunidades vão escolher o tipo e a forma de turismo.

As mediações necessárias para compreender as bases e as concepções que estabeleceram as razões da propriedade coletiva da terra e da *auto-organização* do território, no caso dos remanescentes de quilombos, em sua totalidade serão aprofundadas em estudos posteriores, vista a singularidade cultural e a situação socioeconômica de cada comunidade. Tais elementos carecem de mais estudos para compreender de forma mais sistematizada a proposta de coletivização das terras e da *auto-organização* dos territórios para essas populações: quais são as influências, as mediações estabelecidas, as dificuldades e os limites, são alguns questionamentos que podem contribuir para um aprofundamento nessa direção.

Contudo, com base no recorte que propomos sobre os remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, e, em particular, os que têm desenvolvido de forma mais elaborada o turismo comunitário em seus territórios, apresentamos alguns elementos importantes para compreender o contexto, as mediações, os limites e avanços para a coletividade da terra e a *auto-organização* desses territórios.

Propondo um delineamento que se inicia a partir dos anos 1980, destacam-se, num primeiro momento, particularmente, os intelectuais ligados à Igreja Católica, pois como afirmou Maria Sueli Bernanga, em entrevista realizada em novembro de 2018, na transição dos anos oitenta para os anos noventa não havia ninguém realizando trabalho com aquelas comunidades além da Igreja Católica<sup>104</sup>.

Maria Sueli Bernanga nos relatou que, na virada dos anos 1980-1990, não tinha “Ministério Público, não tinha ITESP na época – não tinha nada”, a única parceira das comunidades era a Igreja Católica. Nesse sentido, ressaltou que os trabalhos iniciais eram voltados para as questões religiosas e que, a partir desse trabalho de formação religiosa e de diálogo, outros elementos ligados à insegurança das populações devido a propostas de empresas externas ao território, em particular, a da construção da Usina de Tijuco Alto, suscitaram a necessidade de outras mediações que deram à base e a consciência necessária para se organizar contra esses projetos<sup>105</sup>.

Talvez a única entidade atuando diretamente no território com as comunidades naquele contexto, contata-se que as mediações e reflexões iniciais eram inspiradas nos ensinamentos bíblicos e que, a partir desses, alcançou-se uma problemática sobre a ameaça material real que as comunidades sentiam com o projeto das barragens. Diante disso, constatase, também, que os procedimentos adotados envolvem a formação de um grupo composto por quilombolas e intelectuais da igreja para realizar estudos teóricos sobre impactos causados por projetos de barragens, bem como visitas e diálogos com comunidades que tiveram seus territórios impactados por esses tipos de projetos.

---

<sup>104</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

<sup>105</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

O grupo formado por intelectuais ligados à Igreja, e por membros das comunidades, após um intenso processo de estudos e trocas com outras comunidades, chegaram à conclusão de “que os projetos das barragens iriam trazer desgraça, tirá-los da terra, acabar com suas origens, matar suas raízes, destruir o rio, a fauna, a flora e as comunidades. O único objetivo seria beneficiar um grupo financeiro” (PINTO, 2014, p. 09).

Desses estudos e informações coletadas por esse grupo, geraram-se mediações que deram subsídios à necessidade de se organizarem para lutar contra o projeto de barragens no Vale do Ribeira. Diante disso, com o compromisso de “perseverar na busca de informações, de formar lideranças, na conscientização e organização das pessoas contra todos os projetos que possam ameaçar a vida”, nasce em 1990 o MOAB (PINTO, 2014, p. 09).

Compreende-se que as ações organizadas em torno do MOAB, e as mediações realizadas por meio de eventos, encontros e diálogos com outras entidades, forneceram um ambiente rico para um salto de consciência das comunidades que compreenderam que a luta contra as barragens, apesar de substancial, não era estratégica, mas tática. A estratégia fundamental era a luta pela propriedade das terras que ocupavam, pois essa representava materialmente, e simbolicamente, sua identidade enquanto grupo.

A partir dessa consciência de que a estratégia primordial era a luta pelo território, e não necessariamente contra o projeto das barragens, apesar de contê-lo ser uma tática imprescindível, as comunidades sentiram a necessidade de criar, a partir do MOAB, e junto com ele, uma entidade jurídica que pudesse dar aporte legal à luta pela propriedade das terras que ocupavam; nasce, então, a EAACONE.

A EAACONE é criada e formada por intelectuais da Igreja Católica e representantes das CRQ com a função de lutar e fomentar, junto às comunidades, os direitos adquiridos com a CF/1988. Maria Sueli Bernanga (2018) destacou que, desde a sua formalização, ela fez e faz as mediações necessárias, levantando, valorizando e conscientizando cada comunidade de sua história e da importância da identidade quilombola<sup>106</sup>.

Formada a partir da organização e da luta em torno do MOAB, compreende-se que a EAACONE resulta da necessidade de criar uma entidade jurídica que, para além de articular a luta contra a barragem de Tijuco Alto, também e, principalmente, mobilizasse e organizasse as comunidades para reivindicar o direito de seus territórios enquanto remanescentes de quilombos.

Diante dessa mesma origem, que mescla intelectuais da Igreja e representantes das comunidades, compreende-se que as atuações articuladas e casadas entre o MOAB e EAACONE se complementam e formam, a nosso ver, uma espécie de vanguarda que media e conduz as ações das CRQVR desde os anos 1990.

Com referência em Gramsci (2004, p. 308), a respeito da unidade e da conformação de uma vontade coletiva, compreende-se ser muito difícil para um grupo subalterno “chegar à solução de seus problemas e à realização dos objetivos contidos em sua existência, e na força geral da sociedade, sem que uma vanguarda se forme e conduza esta classe até a realização destes objetivos”.

Composto por um grupo de pessoas que acompanham as comunidades desde 1989, Pinto (2014, p. 110) aponta que MOAB/EAACONE realizaram diversas atividades de conscientização dos

---

<sup>106</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

possíveis problemas que a implantação de barragens no Ribeira poderia causar, bem como de resgate da identidade quilombola e do direito à propriedade da terra que estavam ocupando.

Apesar dessa vanguarda, constata-se, devido às determinações que provêm da realidade objetiva e dos “inúmeros problemas relacionados à terra, posseiros, invasores, documentação, ações processuais, além de tantos outros”, como já demonstrou Pinto (2014, p. 108), elas estabeleceram contato e mediações com outras entidades que pudessem contribuir com o processo de luta das comunidades.

Encontros, seminários, palestras, cartazes, vídeos de construção de outras barragens, cópias de artigos, materiais audiovisuais, cartilhas e jornais tratando tanto do impacto causado por projetos de barragens, quanto do resgate histórico da identidade e cultura quilombola, foram alguns dos procedimentos para formar e conscientizar as comunidades.

Em meio a esse intenso processo que envolve aliança com alguns aliados, a luta contra as barragens, pelo direito à propriedade dos territórios, e de certa conscientização para o *autorreconhecimento* das comunidades enquanto remanescentes de quilombos, resultou na *auto-organização* e fundação das associações de moradores.

Esse processo de criação das associações demandou tempo, muitas reuniões, visitas e estudos dos estatutos para que as normas fossem elaboradas de acordo com a realidade local e que a mesma tivesse clareza dos compromissos assumidos. A EAACONE cumpriu bem esse papel (PINTO, 2014, p. 111).

Principal entidade que assessorou as comunidades na criação de suas Associações, constata-se, com base na entrevista com Maria Sueli

Bernanga na sede do MOAB/EAACOE em 2018, que a reconstrução da proposta de propriedade coletiva se deu em meio a um processo árduo de estudo e formação, que resgatou os antigos costumes e formas de organização daqueles grupos no território<sup>107</sup>.

Foto 2 - Banner na recepção da sede da EAACONE e do MOAB



Autor: João Henrique Souza Pires (2018)

Ainda sobre a propriedade coletiva do território, Maria Sueli (2018) fortaleceu que esse era um costume antigo, que se perdeu um pouco, ao passo que pessoas de fora do Vale começaram a adquirir terras

<sup>107</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

na região, aprofundando a especulação imobiliária e o conflito fundiário<sup>108</sup>.

Contudo, nesse contexto de luta organizado entorno do MOAB/EAACONE, pelo território e de construção da identidade quilombola, foi possível, a partir das ações ordenadas na *autodemarkação* dos territórios e de um processo de muito estudo e reflexões sobre as suas próprias origens e ancestralidade, recuperar e fortalecer a ideia de grupo e de propriedade coletiva do território.

Além de recuperar essa ideia de identidade grupal e da *auto-organização* coletiva da terra, vista como essencial para a reprodução do seu modo de vida, e não como mercadoria, as ações realizadas a partir do MOAB, e as mediações realizadas a partir da EAACONE, fortaleceram, também, um entendimento de que coletivamente eles teriam mais forças para resistirem à pressão de fazendeiros e de outros projetos sobre os seus territórios.

Diante disso, entende-se que tanto o MOAB, quanto a EAACONE, apresentam-se como os intelectuais coletivos que estabeleceram as mediações e reflexões necessárias que forjaram a identidade político-cultural das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Com referência em Gonçalves (1999, p. 76), compreende-se que essa identidade se colocou “como uma possibilidade concreta diante da ameaça à sobrevivência material e simbólica derivada da nova configuração socio-geográfica” imposta pelos projetos hegemônicos.

Entende-se essa identidade cultural “como um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade

---

<sup>108</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo oficiais” (SEMIONATTO, 2009, p. 45).

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas daquela exterior e mecânica (GRAMSCI, 2000, p. 232).

A vontade coletiva em Gramsci (2000) representa o momento teleológico da ação humana, articulada organicamente com o momento “casual-genético como um momento decisivo que se articula com as determinações que provêm da realidade objetiva, particularmente das relações reais de produção” (SEMIONATTO, 2009, p. 34).

Ao longo desse processo de luta e resistência contra as barragens, mas, principalmente, pelo *autorreconhecimento* e pela propriedade coletiva de seus territórios remanescentes de quilombos, considera-se que as ações, mediações e reflexões elaboradas em torno do MOAB/EAACONE, foram fundamentais para resgatar os vínculos ancestrais de identidade e fortalecer essa vontade coletiva de propriedade comunal, rompendo, até certa medida, com a ideologia hegemônica da propriedade privada individual da terra.

Com base em Linera (2010) e Zibechi (2006), que levam a ideia de comunidade ao seu “limite positivo”, não como uma “categoria geral útil para nomear diferentes objetos, mais um conceito para um devenir histórico social: é o nome de um código político-organizativo determinado como tecnologia social singular” (NASCIMENTO, 2019, p. 41).

A categoria comunidade, no caso dos remanescentes de quilombos na Vale do Ribeira, é entendida como nomeação das formas da ação coletiva que, em um determinado período histórico, organizaram-se e se consolidaram para resistir a sua desintegração, e forjaram a sua (re) existência e seu modo de vida tradicional (NASCIMENTO, 2019).

A partir dessa análise histórica sobre o papel do MOAB/EAACONE nos debates e mediações que deram as bases e os elementos para a *auto-organização* de uma espécie de propriedade comunal, bem como sua atuação como intelectual coletivo de vanguarda junto às comunidades até os dias atuais, entende-se a sua importância no contexto da *auto-organização* do turismo pelas comunidades.

Maria Sueli Bernanga (2018) declara que foram 28 anos de luta para conseguir realmente conter o projeto da barragem de Tijuco Alto, mas que, apesar dessa conquista, problemáticas mais pulverizadas em torno de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), da mineração, do avanço da produção de pinos e da legislação ambiental, ainda ameaçam a autonomia e o direito quilombola<sup>109</sup>.

Declara que, por um lado, a EAACONE continua atuando e estabelecendo as mediações necessárias para fazer valer o direito e a identidade quilombola contra o avanço de projetos capitalistas que visam à apropriação das riquezas minerais, da fauna e da flora que os territórios ainda preservam.

Ao mesmo passo, atua para superar um controle excessivo do Estado por meio das UC e do entendimento de alguns gestores, que trata a APA quilombola com as mesmas exigências que têm uma área de parque

---

<sup>109</sup> BERNANGA, Maria Sueli, membro da EAACONE, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 13 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

com proteção integral, dificultando, por exemplo, as licenças para a realização de suas roças.

Bernanga (2018) destacou que não são poucas as formas que os órgãos estatais (federal e estaduais) atuam num sentido de desagregar e esvaziar a *auto-organização* das comunidades no território. Cita, por exemplo, o caso das licenças para realização das roças que devem ser emitidas pela CETESB, que, além de não chegar no período correto, parece desconsiderar os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, e a própria Lei da Mata Atlântica, que dá direito às comunidades tradicionais de se reproduzirem dentro da mata.

Argumenta que, apesar do direito das comunidades, e mesmo da APA quilombo estar fora da área de proteção integral do Parque Caverna do Diabo, que faz parte do MOJAC, por exemplo, sempre se apresenta uma situação conflitante de expansionismo do controle estatal que não tem a ver diretamente com a preservação, mas, com um autoritarismo do Estado e uma possível tendência em beneficiar os interesses capitalistas sobre esses territórios.

Nesse contexto, representantes da EAACONE, em evento realizado no dia 20/11/2020, destacam que o racismo atravessa o dia a dia das populações negras do Vale do Ribeira. O ano de 2020 foi mais um ano de muitas ameaças, violências, retrocessos, lutas e resistências, um ano em que houve a tentativa de extinção do ITESP, órgão que possui atribuições para assistência técnica e regularização fundiária no estado de São Paulo, sucateamentos das políticas quilombolas, a letalidade da pandemia de Covid-19 nos quilombos, e a ausência de um plano de enfrentamento.

Entre outras ações, constata-se que, atualmente, a EAACONE está trabalhando na construção de um Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas do Vale do Ribeira – SP, que, com base na

Convenção 169 da OIT, garante às comunidades quilombolas o direito à consulta livre, prévia e informada, sempre que existirem medidas ou atos que venham a afetar direta ou indiretamente os seus territórios. A construção do Protocolo de Consulta é pautada pelas comunidades quilombolas já há alguns encontros, e se traduz em mais um instrumento de luta e de reafirmação de direitos<sup>110</sup>.

Nesse sentido, apesar de não ser a principal EA que estabeleceu e conduziu a proposta de formatação do CQTVR, considera-se o MOAB/EAACONE uma espécie de intelectual coletivo de vanguarda orgânico que estabeleceu e estabelece as bases e os elementos essenciais para a propriedade comunal da terra e, conseqüentemente, para a estrutura de diversos projetos, incluindo o de um turismo alternativo e contra hegemônico.

### **4.3 Contribuições do Grupo de Trabalho Turismo e Educação Ambiental (GTTEA)**

Como já destacado na seção 3.2.3.1, uma importante entidade que desenvolveu projetos de capacitação, formação, pesquisa e extensão junto às CRQVR, foi a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Constata-se, por meio de pesquisa bibliográfica e de noticiários eletrônicos, que, apesar de o Grupo de Trabalho Turismo e Educação Ambiental (GTTEA) entrar em cena no final de 2005, desde a virada dos anos 2000 já se observa a presença de algum projeto da UNICAMP na região.

---

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www.iisc.org.br/post/lan%C3%A7amento-do-protocolo-de-consulta-das-comunidades-quilombolas-do-vale-do-ribeira?fbclid=IwAR3BI6-Ng4S108Xp5sI9YTafa1u1A1kDZ97nazcqH MwaDIpVqhFXHjI63U>. Acesso em: 20 nov. 2020.

O professor Celso Lopes da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da UNICAMP, em entrevista para o Jornal da universidade, em outubro de 2003, destacou que, por meio de uma parceria do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (Nepa) com o Instituto Socioambiental (ISA) e Associação Quilombo de Ivaporunduva, desde 2001, a universidade começou a desenvolver um projeto para a viabilização de um programa que buscasse métodos de gestão de qualidade de produção certificada (KASSAB, 2003).

Sobre esse contexto, o professor aponta que o objetivo da equipe era:

Aplicar e avaliar, com a comunidade, metodologia para concepção, formulação, projeto e avaliação de sistemas para produção agroindustrial, constituído por práticas, métodos e instrumentos de gestão da qualidade e da produção apropriados a comunidades de pequenos produtores da agricultura familiar, visando à geração de renda, ao aumento da qualidade de vida, à preservação e conservação ambiental e à obtenção de produtos com certificação social e orgânica. Simultaneamente, serão desenvolvidas as competências necessárias para os produtores e elaborados os estudos e os projetos executivos para que os mesmos implantem uma agroindústria para banana e outras frutas (KASSAB, 2003)<sup>111</sup>.

Observa-se, a partir dos objetivos descritos pelo professor, que a atuação tinha uma compreensão das comunidades em similaridade ao da agricultura familiar, contudo, o professor aponta que é a população, por meio do diálogo e da reflexão, que deve definir como as coisas devem ser, e frisa que essa relação “leva em conta as peculiaridades, os valores

---

<sup>111</sup> Disponível em

[https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/outubro2003/ju233pag06.html](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2003/ju233pag06.html). Acesso em: 13 ago. 2019.

subjetivos e a tradição oral da comunidade, o que não significa que o rigor científico seja deixado de lado” (KASSAB, 2003).

Esse primeiro projeto teve como objetivo mais específico a produção orgânica certificada e a implantação de uma planta de processamento de produtos da banana; a partir dele, o Nepa/UNICAMP propôs, em parceria com a ONG Unisol, outro projeto denominado de “Fortalecimento de Associações de Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira” (KASSAB, 2003).

Atendendo às Comunidades Quilombolas de Ivaporunduva, Sapatu, André Lopes, São Pedro e Galvão na região do médio Ribeira, além de ter como propósito “colocar o universitário em contato com uma realidade diferente, ampliar seu horizonte e comprometê-lo socialmente como futuro profissional”, tinha como objetivo “integrar e capacitar” representantes das comunidades na elaboração e gestão de projetos futuros (KASSAB, 2003).

É nesse contexto que, também coordenado pelo professor Celso Lopes, nasce o Programa Comunidades Quilombolas (PCQ), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PEAC) da UNICAMP. Além de atuar com as cinco comunidades já citadas, o programa abrangeu, também, as comunidades Nhunguara, Pilões e Poças, todas da região do médio Ribeira (KASSAB, 2003).

A partir do PCQ, foram levantadas e apresentadas algumas demandas das comunidades, dentre as quais destaca-se, para fins deste trabalho, a formação de um Grupo de Trabalho de Turismo e Educação Ambiental (GTTEA), que, após os primeiros contatos com as comunidades, decidem por elaborar uma proposta de turismo local norteadas pelo planejamento de base comunitária (SANTANA, 2008).

Tendo como referência a dissertação de mestrado de Ivie Santana (2008), que foi membro do grupo, e fez uma análise sobre o trabalho do grupo e o planejamento turístico como um possível instrumento para legitimação cultural dos territórios quilombolas, apenas as Comunidades André Lopes e Sapatu demonstraram interesse em participar das *Oficinas de Planejamento Comunitário do Turismo*.

*As Oficinas de Planejamento Comunitário do Turismo* foram organizadas em forma de reuniões com grupos definidos pelas associações de André Lopes e de Sapatu. Essas reuniões foram chamadas “oficinas” pelo caráter de discussão e construção coletiva sobre propostas e conceitos que se apresentou inicialmente e que orientou as atividades desenvolvidas durante todo o processo (SANTANA, 2008, p. 97).

Ivie Santana (2008) apontou que o GTTEA, seguindo as orientações e os procedimentos teóricos e metodológicos que o PCQ/UNICAMP já vinha discutindo com as comunidades, adotou procedimentos e abordagens que buscavam desenvolver a participação coletiva e a organização comunitária.

[...] as oficinas representavam uma proposta de formação reflexiva das comunidades em torno da iniciativa de se desenvolver o turismo localmente. Partiu-se do pressuposto de que o turismo empreendido espontaneamente, sem quaisquer formas de regulação ou controle, poderia impactar negativamente as comunidades, considerando-se a influência que a atividade exerce sobre a configuração do território. E ainda, pelo fato de as comunidades pleitearem o título do território que ocupam, o planejamento figuraria, nesse contexto, como importante instrumento para que elas pudessem definir, autonomamente, o uso turístico de seus territórios (SANTANA, 2008, p. 99).

Com base nos estudos de Santana (2008), constata-se que muitas foram as intempéries, as dificuldades, as singularidades e as particularidades de cada comunidade. Contudo, em ambas, a preocupação com a *auto-organização* do território e a autonomia da gestão sobre os possíveis atrativos, sempre se mostrou como um elemento fundamental do debate.

Diante disso, compreende-se que as mediações estabelecidas por meio do PCQ/UNICAMP, e particularmente do GTTEA, ao mesmo tempo em que contribuiu para uma reflexão crítica sobre os impactos do turismo para a comunidade, trouxeram fundamentos da importância de as comunidades se apropriarem do debate para terem um planejamento próprio sobre o turismo em seus territórios.

Por meio das mediações e trocas estabelecidas no decorrer das *Oficinas de Planejamento Comunitário do Turismo*, constata-se que as comunidades se inseriram em outras esferas de discussão sobre o turismo, como, por exemplo, em reuniões do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), e com representantes da prefeitura para tratar da elaboração do Plano Diretor do Município de Eldorado<sup>112</sup> (SANTANA, 2008).

Para além das dificuldades históricas em relação ao COMTUR, e ao próprio plano diretor, destaca-se que a relação construída entre o GTTEA e as comunidades estabeleceu parâmetros e ações que permitiram às comunidades compreender que grande parte dos atrativos da Estância Turística de Eldorado encontravam-se dentro dos territórios remanescentes de quilombos.

---

<sup>112</sup> Tanto o Comtur quanto o plano diretor são obrigatórios para o município de Eldorado, pelo fato de ser reconhecida como “estância turística” pelo governo do Estado e por receber repasses orçamentários específicos por essa condição. O plano diretor do município de Eldorado foi aprovado em 2006.

Atendo-se à situação das duas comunidades que estiveram envolvidas diretamente com o GT e as oficinas, observa-se que, no território de André Lopes, fica a Caverna do Diabo, principal atrativo turístico da região, e em Sapatu, fica a Cachoeira do Meu Deus, que, segundo os residentes, configura a maior cachoeira do estado de São Paulo.

**Foto 3 – Entrada para a Cachoeira do Meu Deus e Vale das Ostras – Quilombo Sapatu**



Autor: João Henrique Souza Pires (2018)

**Foto 4 – Cachoeira do Meu Deus – Quilombo Sapatu**



Autor: João Henrique Souza Pires (2018)

A partir desses elementos, Santana (2008, p. 136) destacou também a proposta de “elaboração de pequenos projetos comunitários a serem submetidos a um edital disponibilizado pelo Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), uma organização não governamental atuante na região”.

Essa proposta foi organizada de uma forma com que cada grupo, de cada uma das comunidades, fosse dividido em dois subgrupos, que elaboraram cada qual uma proposta de projeto. Em André Lopes, as propostas foram 1) “Projeto de Educação Ambiental na Comunidade de André Lopes”; e 2) “Projeto de conservação de espécie para fins de geração de renda a médio e longo prazo na Comunidade de André Lopes”. Em Sapatu foram: 1) “Projeto de desenvolvimento do ECOTURISMO em

Sapatu”; e 2) “Projeto de viveiro de plantas nativas para reflorestamento e comercialização” (SANTANA, 2008, p. 136-139).

A partir dessas duas propostas, destaca-se um intenso processo de diálogo, debate e reflexão sobre as exigências do edital, e qual proposta cada grupo deveria submeter. Pelo lado do Quilombo André Lopes, foi realizada uma readequação e, por meio de uma parceria entre a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro de André Lopes, e o ISA, com a colaboração da UNICAMP no decorrer das *Oficinas de Planejamento Comunitário do Turismo*, foi elaborada e submetida a proposta “Conservação da espécie do palmito juçara em extinção para fins de geração de renda a médio e longo prazo no Quilombo André Lopes”, aprovada pelo IDESC, em agosto de 2006 (SANTANA, 2008, p. 140).

Em relação a Sapatu, apesar de a maioria dos participantes julgarem a proposta 2 como a melhor opção para a comunidade, a proposta não teve consenso; tal situação se manteve até acabar o prazo do edital. Diante dessa falta de consenso, ficou decidido que a comunidade deveria amadurecer suas decisões para um futuro edital.

A partir da avaliação das propostas, o grupo, em sua maioria, julgou a “Proposta 2” como melhor. Essa proposta, de forma geral, mantinha mais afinidade com o grupo e com a própria comunidade, que caso tivesse a proposta aprovada pela ONG, assumiria pela primeira vez, a gestão integral de um projeto. Contudo, a maioria do grupo foi questionada pelo fato da proposta não ter importância turística; os questionamentos partiram especialmente de alguns monitores ambientais que tinham interesse em melhorar a estrutura de recepção na área da Queda do Meu Deus (SANTANA, 2008, p. 137).

Apesar de nem André Lopes, nem Sapatu, proporem como fundamentais as propostas voltadas para o turismo, importa destacar como

os procedimentos e as mediações realizadas por meio do GT e das *oficinas* proporcionaram um ambiente rico e contraditório sobre os impactos e as possibilidades do turismo em cada uma das comunidades.

No espaço de reflexão aberto pela realização das oficinas, as comunidades notadamente conduziram um processo de visualização do próprio território, indo além do objetivo aparentemente proposto, qual seja, o de realizar o planejamento do turismo. Elas trabalharam norteando-se fundamentalmente pela dinâmica comunitária, determinando prioridades e escolhas concretas para a conformação do território (SANTANA, 2008, p. 148).

Nesse sentido, faz-se importante destacar, também, que, apesar de os apontamentos do primeiro projeto nortear-se por uma ideia organizativa da agricultura familiar, e da pequena propriedade privada, conforme descrição do professor Celso Lopes, com o decorrer dos trabalhos e das relações estabelecidas com as comunidades, percebe-se que ocorre uma mudança de abordagem para uma compreensão de organização comunitária, mais adequada à identidade grupal dos remanescentes de quilombos.

Por meio das reflexões sobre as ações realizadas pelo PCQ/UNICAMP e, particularmente, pelo GTTEA nas análises de Ivie Santana (2008), compreende-se que a organicidade e o uso social da terra desenvolvido pelas comunidades está vinculado a características socioambientais que conformam um tipo específico de produção social no território e de propriedade comunal da terra.

A partir do estudo supracitado, constata-se que os intelectuais vinculados ao PCQ/GTTEA/UNICAMP desenvolveram um procedimento dialógico e problematizador, ao passo que vão contribuindo

com o planejamento e com a reflexão crítica sobre o turismo para as comunidades, vão assimilando a identidade quilombola que fora construindo positivamente a partir dos debates que surgiram em torno do *afrocentrismo* e do *quilombismo*.

Apesar de algumas diferenças devido à singularidade e ao processo de cada comunidade, a identidade quilombola passa a ser entendida como um processo de afirmação política inserido num contexto de conflito fundiário, no qual a identidade coletiva do território mostra-se de fundamental importância para resistirem nesses territórios.

Nesse contexto, apesar da lógica intrínseca que envolve a dinâmica do turismo convencional na sociedade capitalista, compondo os espaços a partir da inserção de bens e serviços muitas vezes externos ao lugar, de mercantilização da paisagem, visto como um bem espetacular e objeto de desejo do turista, considera-se que, a partir da concepção comunitária de planejamento do turismo construída pelos pesquisadores extensionista do PCQ/GTTEA/Unicamp, em parceria com as Associações Quilombolas, apresenta-se uma concepção diferenciada de apropriação do turismo para os seus territórios, como uma ferramenta de *auto-organização* e de diálogo com os sujeitos que visitam seus territórios.

#### **4.4 As contribuições do Instituto Socioambiental (ISA)**

Tendo como principal referência a entrevista que realizamos com Raquel Pasinato (Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental – ISA) em 2018, constata-se que o ISA nasceu em 1994,

fruto do desmembramento do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)<sup>113</sup>.

Referência na temática socioambiental no Brasil, o ISA é uma entidade sem fins lucrativos, constituída com os seguintes objetivos: defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos dos povos indígenas. Desde 2001, o ISA é uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – com sede em São Paulo (SP) e sedes em Brasília (DF), Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM), Canarana (MT), Eldorado (SP) e Altamira (PA)<sup>114</sup>.

Raquel Pasinato (2018) relata que os trabalhos do ISA iniciaram-se muito vinculados às questões indígenas, tanto que, até os dias atuais, os indígenas são as principais populações atendidas pelo ISA, fazendo parte de todos os programas da entidade, com exceção especialmente do Programa do Vale do Ribeira, que tem os quilombolas como as principais populações atendidas<sup>115</sup>.

Para sua atuação no território, o ISA se organiza por bacia hidrográfica; dessa forma, além do Programa do Ribeira, o ISA tem o Programa Rio Negro: abrangendo a bacia hidrográfica do Rio Negro e

---

<sup>113</sup> O CEDI nasceu da experiência do CEI – Centro Evangélico de Informação, criado em 1964/1965 por militantes ligados à Confederação Evangélica do Brasil, afastados de suas igrejas após o golpe civil-militar de 1964. Em 1968, com a incorporação de militantes católicos, o CEI passou a denominar-se Centro Ecumênico de Informação e, em 1974, institucionalizou-se como CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. A sede inicial foi no Rio de Janeiro, mas a ampliação de suas atividades deu origem a uma subsele em São Paulo. Em 1994, o CEDI desdobrou-se em quatro outras instituições, dando autonomia aos seus departamentos fundamentais: Ação Educativa, ISA – Instituto Sócio- Ambiental, NETS - Núcleo de Estudos e Trabalho e Sociedade, sediados em São Paulo, e Koinomia, no Rio de Janeiro. Dos quatro, apenas o NETS teve vida breve; os demais continuam ativos até os dias atuais. Disponível em: <http://forumeja.org.br/node/2931>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>115</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

trabalhando, especificamente, com populações indígenas; e o Programa Xingu: abrangendo a bacia do rio Xingu. Esse programa, além de assistir os povos indígenas, trabalha, também, com extrativistas e populações ribeirinhas.

Para além dos programas de campo, Raquel Pasinato (2018) destaca, também, o que eles denominam de programas meio: Programa de Políticas Públicas e Direito, que fica em Brasília desenvolvendo atividades ligadas à legislação, direito e políticas públicas; Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas, que fica em São Paulo com serviços de banco de dados, informação, produção de informação e monitoramento – portarias, conflitos sobre as comunidades e UC, monitoramento de portarias e conflitos; e, também, em São Paulo está a sede do ISA, que abriga os serviços de administração.

Abrangendo a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, e atuando especialmente com as comunidades remanescentes de quilombos, o Programa Vale do Ribeira começou entre 1998-1999 em decorrência de uma ação que se chamava Mata Atlântica, iniciativa que tinha como objetivo realizar um diagnóstico socioambiental na região.

A proposta desse diagnóstico socioambiental buscou analisar o Vale do Ribeira com o intuito de entender as características da região. Constatou-se que na região, além de uma grande riqueza ambiental, havia muitas comunidades tradicionais, dentre essas, os remanescentes de quilombos, que, apesar de terem seus direitos reconhecidos desde 1988, eram um grupo muito desassistido e que necessitava de assistência técnica e apoio, inclusive sobre a regularização fundiária naquele espaço territorial permeado por uma série de UCs.

Destaca-se que, nesse contexto, as comunidades estavam organizadas na luta contra os projetos de barragens no rio Ribeira. Dessa

forma, o ISA também se insere nesse processo de luta contra a construção da barragem de Tijuco Alto. Compreende-se que, a partir desse movimento, o ISA começa a se aproximar de forma mais sistemática das comunidades, do MOAB e da EAACONE.

Com essa aproximação, o ISA começou também a oferecer assessoria e assistência às comunidades. Partindo de procedimentos ligados à lógica do desenvolvimento local, iniciou um projeto de banana orgânica com Ivaporunduva. Vale destacar que, por meio de parceria nesse projeto, o Nepa/UNICAMP começou a atuar na região. Além do Nepa/UNICAMP, o projeto contou também com a participação do Instituto Biodinâmico (IBD), parceiro até os dias atuais.

Raquel Pasinato (2018) destacou que, a partir dos anos 2000, oportunidades que surgiram por meio de iniciativas e políticas, principalmente do governo federal, com a finalidade de apoiar pequenos projetos ligados às comunidades tradicionais, contribuíram para a elaboração de propostas mais abrangentes, abrindo caminho para discutir melhor as prioridades e questões de organização, gestão e planejamento a médio e longo prazo<sup>116</sup>.

Em meio a uma série de ações e de iniciativas que foram desenvolvendo, primeiro com Ivaporunduva e, depois com outras comunidades, sentiu-se a necessidade de entender o que eram as demandas dessas outras comunidades, quais eram as prioridades para o território e os desafios. Dessas reflexões, surgiu a proposta de construir uma *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*.

A *Agenda* foi um projeto coordenado e desenvolvido pelo ISA com apoio financeiro do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) através

---

<sup>116</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

da linha de financiamento “Demanda Espontânea”, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e da Igreja da Noruega através da operação Dia do Trabalho (AIN-OD) (SANTOS; TATTO, 2008).

A construção dessa Agenda foi iniciada ainda em 2004, com a participação de representantes das comunidades quilombolas nas discussões para a elaboração do projeto, através de reuniões organizadas pelo ISA com o apoio da EAACONE. Em 2006, em parceria com 14 comunidades quilombolas<sup>117</sup>, iniciam-se as ações de campo, através das primeiras reuniões nas comunidades para apresentações do projeto de discussões sobre estratégias de sua implementação. No âmbito desse projeto, ocorreram oficinas temáticas onde foram trabalhados os temas como: organização e fortalecimento comunitário, legislação ambiental; cultura, artesanato tradicional quilombola; manejo de recursos florestais saneamento, manejo de lixo e cuidados com os agrotóxicos (SANTOS; TATTO, 2008, p. 07).

Tendo como referência a própria *Agenda* e as entrevistas com a Raquel Pasinato (2018), constata-se que a construção da *Agenda* se deu por meio de diagnósticos participativos, envolvendo pessoas de cada uma das comunidades, de tal forma que os próprios moradores conduziram os levantamentos e as entrevistas. Dessa forma, compreende-se que, além do protagonismo dos sujeitos, houve também um importante processo de formação e capacitação para o desenvolvimento das atividades<sup>118</sup>.

Foi realizado um processo intenso de oficinas sobre cartografia para que eles pudessem desenhar os territórios, indicando onde se encontram as nascentes, as vilas, as casas, as roças e os espaços de convivência comunitária. Foi como cartografia social, mas não com os mesmos

---

<sup>117</sup> Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, Sapatu, Nhunguara, Ivaporunduva, Galvão, São Pedro, Bombas, Cangume, Porto Velho, Morro Seco, Mandira, André Lopes, Poça.

<sup>118</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

procedimentos. Diferentemente da cartografia social, o ISA levava a base geográfica feita em laboratório com o limite do território que já tinha sido realizado pelos RTC e, a partir dessa base, eles iam desenhando em cima<sup>119</sup>.

Foi um processo bem intenso e, a partir do momento que fechou a *Agenda* em 2008, tinha-se um quadro das principais demandas e prioridades para trabalhar. Raquel Pasinato (2018) destacou que a ideia da *Agenda* não deveria se limitar apenas às ações desenvolvidas pelo ISA. Também era uma ferramenta de luta para que as comunidades, a partir dela, pudessem reivindicar seus direitos sobre os territórios e, além disso, para que gestores e formuladores de políticas públicas pudessem consultar o material e entender melhor as prioridades de cada uma das comunidades.

A partir do trabalho da *Agenda*, Raquel relata que o ISA conseguiu, de forma mais elaborada, entender as demandas e identificar as prioridades que poderiam contribuir. Dentre essas prioridades, a questão do resgate cultural, demandada particularmente pelos mais velhos e de planejamento territorial, mostraram-se de grande relevância, criando o ambiente para a proposta da construção de um *Inventário Cultural* e do *Planejamento Territorial Participativo*<sup>120</sup>.

Atendo-se ao *Inventário*, observa-se que, além de resgatar a cultura e aproximar os mais jovens de suas origens ancestrais, mostrou-se também como um possível instrumento de luta contra os projetos da barragem, por exemplo, identificando e sistematizando todo aquele universo cultural que a construção da barragem poderia alagar e extinguir.

---

<sup>119</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

<sup>120</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

A proposta de fazer o levantamento dos bens culturais nasce dos próprios quilombolas, preocupados pela falta de conhecimento e reconhecimento por parte do Estado e da sociedade brasileira em relação aos seus direitos territoriais e pela ameaça permanente dos grandes projetos de infraestrutura na região, entre eles, os de barragens no Rio Ribeira de Iguape, com grande potencial de impacto para a região e diretamente sobre alguns territórios quilombolas (ANDRADE; TATTO, 2013, p. 07).

Diante das mediações e reflexões que foram sendo potencializadas pelo ISA junto às comunidades, entendeu-se que o resgate e a manutenção da cultura e o modo de vida quilombola, além de um instrumento para lutar contra as barragens, também eram direitos resguardados pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

A construção do *Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira* se deu por um intenso processo de trabalho que durou 4 anos. Além da assessoria do ISA e da EAACONE, o projeto contou também com suporte do IPHAN e apoio financeiro da Petrobrás por meio da Lei Rouanet.

Amparado pela metodologia do Inventário de Referências Culturais – INRC/IPHAN, o levantamento envolveu 16 CRQ<sup>121</sup> e identificou 180 bens culturais que foram classificados em cinco categorias: Celebrações; Formas de Expressão; Ofícios e Modos de Fazer; Lugares e Edificações (ANDRADE; TATTO, 2013).

Raquel Pasinato (2018) destacou que o processo levou todo esse tempo, entre outras razões, porque a equipe era pequena, mas,

---

<sup>121</sup> Abrobral (Margem Esquerda), Bombas, Cangume, Galvão, Ivaporunduva, Mandira, Maria Rosa, Morro Seco, Nhunguara, Pedro Cubas, Pedro cubas de Cima, Pilões, Porto Velho, Praia Grande, São Pedro e Sapatu.

principalmente pela questão metodológica, que, apesar de seguir as orientações do INRC/IPHAN, o ISA, enquanto coordenador da proposta, sugeriu fazer os procedimentos de forma participativa, de forma similar ao processo feito para a construção da *Agenda*.

Visto que o INRC/IPHAN tem uma metodologia própria, foi necessário fazer capacitações e adequações para o processo, de uma forma que permitisse que os próprios quilombolas fizessem as entrevistas. Havia a antropóloga que coordenava o processo, mas eram os próprios membros das comunidades que iam fazendo as entrevistas com os mais velhos. Diante disso, foi necessário adaptar o questionário e as linguagens, fato que demandou um tempo maior<sup>122</sup>.

O *Planejamento Territorial Participativo*, apesar de abranger uma porcentagem maior de comunidades que se organizaram e debateram o licenciamento ambiental com técnicos e profissionais de diversas entidades<sup>123</sup>, enquanto ação planejada e coordenada pelo ISA, envolve diretamente as comunidades de Morro Seco em Iguape e São Pedro em Eldorado (PASINATO, 2012).

A escolha dessas comunidades se deve a diferentes razões. Em São Pedro, a comunidade sempre atuou de forma proativa em diferentes projetos com destaque na luta pelo licenciamento das roças, pautada em parte pelas pesquisas sobre a dinâmica do uso da terra e pela organização frente aos desafios pela sobrevivência. Em Morro Seco, a comunidade é fortemente organizada em torno da Associação, e sofre

---

<sup>122</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

<sup>123</sup> Destacam-se técnicos do ITESP e do extinto Departamento Estadual de Recursos Naturais (DEPRN) que teve suas atribuições incorporadas à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, da Fundação Florestal e do ISA (PASINATO, 2012, p. 05).

sérias limitações espaciais, tendo que lidar com muitos ocupantes terceiros em um território pequeno (PASINATO, 2012, p. 6).

Com base no material elaborado pelo ISA, para o *Planejamento Territorial Participativo*, foi desenvolvido um intenso processo de sensibilização, mobilização, envolvimento e participação. Foram inúmeras reuniões e oficinas sobre Patrimônio Cultura e Turismo, Agricultura e extrativismo, Adequação Ambiental, Organização Comunitária, Diagnóstico Rural Participativo e outras atividades complementares.

O planejamento territorial foi importante para pensar as ações baseadas na especialização do uso atual e futuro, que podem concretizar demandas locais e proporcionar meios para atingir os objetivos do território como a garantia de desenvolvimento e qualidade de vida para as famílias, compatibilizando a sobrevivência da população com o uso sustentável dos recursos naturais em seus espaços territoriais (PASINATO, 2012, p. 07).

Nesse intenso e rico processo que envolve a construção da *Agenda Socioambiental*, o *Inventário Cultural* e o *Planejamento Territorial Participativo* é que também algumas CRQVR que já se defrontavam com atividades turísticas em seus territórios identificam a necessidade de se estruturarem de forma mais organizada para tratar com o turismo nos territórios.

Visto que o turismo já se manifestava e impactava os territórios quilombolas devido à grande quantidade de turistas que visitavam anualmente a Caverna do Diabo, que fica no quilombo de André Lopes, e a cachoeira do Meu Deus, que fica no Quilombo de Sapatu, por exemplo, as comunidades sentiram a necessidade de construir uma alternativa que lhes proporcionasse certo grau de controle sobre os bens naturais e

culturais, materiais e imateriais que eram explorados por outros em seus territórios.

Diante dessa compreensão, as Comunidades de Ivaporunduva, Mandira, André Lopes, Sapatu, São Pedro, Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima, em parceria com o ISA, elaboraram um projeto que obteve apoio financeiro do MTUR, com a finalidade de estruturar um *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira* (CQTVR).

Seguindo o *modus operandi* que o ISA já vinha desenvolvendo junto às comunidades desde suas primeiras ações, a proposta de construção do CQTVR também seguiu procedimentos de capacitação e formação que potencializava e incentivava a construção participativa, comunitária e as prioridades locais.

Raquel Pasinato (2018) destacou que foi realizado um processo de formação e capacitação interno, envolvendo as comunidades no levantamento e mapeamento dos possíveis atrativos, no desenho de um mapa e no desenvolvimento de um material de divulgação, além de um curso de monitor ambiental.

No decorrer do processo de debate, reflexão e construção da proposta, os membros das comunidades realizaram visitas técnicas e troca de saberes com outras CRQ que também estavam trabalhando com o turismo, como, por exemplo, o Quilombo de Monte Alegre no Espírito Santo e o Quilombo Campinho da Independência no Rio de Janeiro.

Em relação às visitas técnicas, constata-se, com base no documentário sobre o CQTVR, que as atividades foram de fundamental importância para a troca de experiência, mas principalmente para observarem como outras comunidades vêm discutindo e propondo o

turismo nos territórios, sempre com muita politização, respeito e consciência de um conhecimento ancestral<sup>124</sup>.

Os cursos e oficinas de capacitação com foco em planejamento, gestão, monitoria, precificação, trilha, entre outras temáticas que foi necessário tratar de forma mais aprofundada durante o processo, serviu para as comunidades materializarem as possibilidades e os limites do turismo em seus territórios, bem como compreender e definir como utilizá-lo e desenvolvê-lo.

Raquel Pasinato (2018) apontou que o ISA, enquanto mediador, contribuiu como um problematizador que tinha como princípio fomentar as diferentes possibilidades, bem como os limites e as consequências dessas possibilidades, potencializando reflexões que incentivassem a *autoaprendizagem* para que as próprias comunidades a escolhessem e tomassem suas decisões.

Entre 2008 e 2012, quando foram desenvolvidas todas as ações, formou um conselho gestor, denominado pela alcunha de Conselho Gestor do Circuito Quilombola, composto por representantes das 7 comunidades que compunham o *Circuito*. Após esse prazo e a finalização das etapas do projeto, o ISA foi se retirando dessa assistência focada no turismo e deixando a condução do processo para o conselho, contudo, devido a divergências e particularidades entre os membros, o Conselho, com o tempo, foi deixando de funcionar.

Importante destacar que, nesse período, os quilombolas criaram outra entidade, chamada de Centro de Educação, Profissionalização, Cultura e Empreendedorismo (CEPCE), com a missão de ser um efetivo

---

<sup>124</sup> Circuito Quilombola Vale do Ribeira; Realização: ISA; Apoio: EAACONE, Federação das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira (FAQUIVAR), Núcleo Oikos, MTUR – Secretária Nacional de Políticas de Turismo e MDA – Secretária da Agricultura Familiar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JZUvZoqXINI>. Acesso em: 15 out. 2020.

agente promotor do desenvolvimento sustentado e representar, de forma inclusiva, os direitos e interesses de grupos tradicionalmente excluídos, em especial, as comunidades quilombolas<sup>125</sup>.

De acordo com a entrevista com Raquel Pasinato (2018), ao passo que o projeto foi dando seu prazo de encerramento, o ISA foi se retirando desse debate mais específico sobre o turismo, e a CEPCE começou a assumir a condução desses debates e até conseguiram aprovar um outro projeto para trabalhar com o turismo junto à Petrobras.

Contudo, ao que tudo indica, a CEPCE está inoperante. Tentando entender melhor a situação da entidade com alguns quilombolas que mais ou menos acompanharam o processo, esse debate sobre a CEPCE se mostrou muito caro, as pessoas sempre desconversavam ou mesmo se recusavam a falar abertamente sobre ela, não nos possibilitando avançar mais sobre o que realmente sucedeu nesse contexto.

Pontuado isso, constata-se que, apesar de considerar o processo de discussão e de construção do *Circuito* todo muito rico, Raquel Pasinato (2018) considera que a falta de um acompanhamento contínuo debilitou a estruturação e o funcionamento do circuito de forma integrada e coletiva, e as comunidades passaram a trabalhar mais de forma autônoma, focadas na organização do seu território, e não como circuito.

A proposta foi de fazer uma coisa mais integrada e em rede, de tal forma que o grupo pudesse visitar as comunidades e passar mais tempo envolvidas no *Circuito*, contudo, devido às particularidades e limites internos e externos que envolvem as singularidades e dificuldades de cada comunidade, isso não ocorreu de fato<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/CEPCE-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Quilombola-129493347227155/>. Acesso em: 30 ago. 2018.

<sup>126</sup> PASINATO, Raquel, Coordenadora do Programa Vale do Ribeira do ISA, em entrevista realizada por João Henrique Souza Pires, em 08 de novembro de 2018, em Eldorado/SP.

Ainda assim, Raquel considera que o turismo é uma alternativa importante que, além de possibilitar uma renda bacana, funciona como uma ferramenta de planejamento territorial, bem como de diálogo e comunicação com os turistas e as demais pessoas que visitam seus territórios, apresentando sua cultura e suas histórias de luta e de resistência.

Fazendo *mea culpa* dessa debilidade no funcionamento de forma integrada do CQTVR, Raquel destacou que esse trabalho suscitou e serviu de base para outras iniciativas, inclusive a de formação do *Circuito Quilombola Paulista*, proposto pelo Estado por meio do ITESP e da Secretária Estadual de Turismo.

Contudo, como já destacamos, quando tratamos sobre o ITESP, o *Circuito Quilombola Paulista*, apesar de ter sido proposto entre 2016 e 2018 no governo de Geraldo Alckmin, devido às transformações políticas dos últimos anos, ainda não possui um direcionamento de assessoria e assistência que de fato atende às comunidades nesse sentido.

Para finalizar esse processo de análise e reflexão do ISA sobre as CRQVR, e mais especificamente sobre sua contribuição na formatação do CQTVR, destaca-se que, apesar de ter se retirado do debate específico sobre o turismo, o ISA tem se inserido em várias outras ações que fortalecem o processo de resistência e luta das CRQVR, com destaque ao seu engajamento na construção e manutenção da *Feira de Trocas de Sementes dos Quilombos do Vale do Ribeira* e na campanha de defesa e salvaguarda do *Sistema Agrícola Tradicional Quilombola*.

Nesse sentido, compreende-se que a importância do ISA, enquanto entidade que atua diretamente prestando serviços de assistência, capacitação e formação junto às comunidades para a concepção de um turismo alternativo e contra hegemônico, esta consubstancia, no seu

histórico de atuação, que sempre buscou fortalecer e reconhecer o direito e a *auto-organização* dessas comunidades sobre seus territórios.

Diante disso, compreende-se que o ISA desenvolve suas ações de forma dialógica-problematizadora com enfoque transdisciplinar, que debate as necessidades e as possibilidades das comunidades a partir de uma perspectiva que busca fortalecer a capacidade de *autoaprendizagem* e *auto-organização*.

Apesar de ser um processo que leva um tempo maior do que a simples transferência do conhecimento, conta-se que esse tipo de ação busca estabelecer, por meio do diálogo, da reflexão e da problematização, subsídios para que a própria comunidade tenha conhecimento dos processos e possam, assim, tomar a decisão mais adequada às suas demandas e necessidades.

## Conclusão

A análise sobre as ações das EA e a formulação de uma proposta de turismo diferenciado pelo CQTVR, sobretudo, de uma proposta contra hegemônica e não mercantilizada, foi o objetivo desta pesquisa. Para tanto, buscamos, nos condicionantes histórico-sociais, o processo de reorganização do movimento negro e da luta antirracista, ao mesmo tempo em que, e em decorrência desse contexto, analisamos a ascensão dos remanescentes de quilombolas e a luta travada em prol da propriedade e do modo de vida em seus territórios. O resgate histórico da luta pela manutenção dos seus territórios e contra o projeto da construção da Barragem de Tijuco, bem como o debate sobre a questão racial e as mediações realizadas por intelectuais em torno do MNU, foram fundamentais para compreendermos os condicionantes históricos que deram origem às CRQVR. Compreendemos que as CRQVR são resultado da luta antirracista e quilombista, da luta de classes no campo, da sua capacidade de auto-organização, da resistência pela manutenção de seu modo de vida e pelo autocontrole dos seus territórios.

A preocupação por organizar de forma mais elaborada o turismo originou-se da necessidade que as comunidades sentiram de manter certo grau de domínio da atividade que já se manifestava sobre os seus territórios, gerando, assim, um turismo sob forte controle deles e não mercantilizado. Ao longo dos anos, diversas entidades públicas e privadas passaram a atuar no Vale com o propósito de desenvolvimento do turismo, isso possibilitou que alguns quilombolas participassem de forma aleatória e individual de cursos e capacitações para atuar como monitor ambiental nas diferentes

UC da região. A partir dessas relações, algumas comunidades sentiram a necessidade de criar espaços de formação e capacitação para entender as necessidades e possibilidades de trabalhar com outro tipo de turismo nos territórios.

Procuramos mostrar a complexidade territorial do Vale do Ribeira, uma região que tem um dos mais baixos IDH do Estado de São Paulo, uma das maiores áreas de remanescente contínuo de Mata Atlântica do território nacional, com uma grande área controlada pelo Estado através das UC em sobreposição com territórios de diferentes comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas. Com as transformações em relação à questão ambiental e com a reforma do Estado, o número e o interesse de entidades que, de forma direta ou indireta, por meios de cursos de capacitação, formação, assessoria, fiscalização e assistência técnica, presencial ou on-line, aumentaram e se diversificaram.

Diante disso, o número de entidades que tiveram e ainda têm atuação na região e, dessa forma, possuem alguma relação de maior ou menor grau com os remanescentes de quilombos em suas diferentes gerações é bastante amplo e diverso, tornando impossível tratar com qualidade todo esse universo, o que nos obrigou a selecionar aquelas entidades que mais se destacaram nos acontecimentos históricos que possibilitaram a conformação do CQTVR.

Como vimos, dentre essas entidades, destacamos o MOAB e a EAACONE, entidades criadas pelos próprios quilombolas e de fundamental importância pela forma como eles pensam e se *auto-organizam* no território; o ITESP, que, mesmo tendo atuações pontuais, foi a principal entidade pública que presta serviço de ATER na região e recentemente tinha lançado a proposta de um *Circuito Quilombola Paulista*; a UNICAMP, por ter sido a primeira entidade que trabalhou com a capacitação e a formação em turismo especificamente com os

quilombolas; e o ISA, entidade que atuou e atua com as comunidades há mais de 20 anos e foi responsável pelo projeto final que formou o CQTVR.

Compreendemos que a relação estabelecida pelos quilombolas com essas entidades, bem como os processos de mediações, reflexões em diferentes espaços de formação e capacitação composto por elas, não sem atritos, contribuíram para que as comunidades se apropriassem do conhecimento sobre o turismo e, por meio de uma reflexão - articulando sobrevivência e resistência, aplicam os conhecimentos sobre o turismo para uma alternativa de renda que preservasse as relações sociais, visto que as roças de subsistência estavam embargadas pela fiscalização ambiental, mas principalmente como um instrumento de disputa pelo autocontrole dos seus territórios, como uma ferramenta de fortalecimento da identidade quilombola e de relação direta com os diferentes grupos e sujeitos que visitam a região, permitindo-lhes, assim, contar a sua versão da história sobre a luta e a resistência naqueles territórios. Isso permitiu uma combinação rara e excepcional no campo do turismo, isto é, a geração de renda, o controle do território pelo povo e a preservação das relações sociais. Não encontramos trabalho explorado e grandes empresas utilizando aquele espaço para obter lucro, ao contrário, os próprios quilombolas controlaram todo o processo e com outros objetivos, distintos da acumulação de capital.

O MOAB e a EAACONE, entidades criadas pelas próprias comunidades, sendo a primeira para organizar a luta contra os projetos de barragens e a segunda para organizar a luta pela posse e titularização dos territórios, assumem um papel de vanguarda que conduz a formação e a ação das comunidades em diferentes momentos e temáticas. Considerando mais especificamente a EAACONE, entidade que nasce do MOAB e conduz o processo das associações e da propriedade coletiva da terra, compreendemos que ela também é a principal entidade dos quilombolas,

que estabelece as relações e mediações com as outras entidades que também atuam com os quilombolas do Ribeira. Sua atuação contínua no território e com os quilombolas, acompanhando e intervindo nos processos, parece-nos fundamental para a formatação de um turismo diferenciado, não mercantilizado e contra hegemônico, pautado na luta e na resistência.

Em relação ao papel do ITESP, organização estatal responsável para prestar serviços de ATER à população rural do Estado de São Paulo, incluindo os remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, apesar dos esforços, particularmente de alguns técnicos com uma concepção mais crítica e militante, constatamos alguns limites e dificuldades, entre outras questões, por as ações terem grande influência de uma concepção produtivista, de transferência tecnológica e de um modelo de organização privada e individual historicamente constituído, mas, principalmente, pelo descaso estatal – do estado a serviço das classes proprietárias na sua fase neoliberal – em fornecer um serviço público e de qualidade, não estabelecendo um serviço com pessoal, orçamento e planejamento contínuo e mais consonante com a organização comunal das comunidades.

Com relação ao papel do GTTEA do PCQ desenvolvido pela UNICAMP, constatamos que suas ações tiveram sua importância, entre outras razões, por ter sido a primeira entidade que buscou desenvolver um trabalho de formação, capacitação e planejamento para o turismo articulando o conhecimento científico codificado produzido na universidade e o saber tradicional das comunidades locais.

Seguindo um propósito que potencializa a troca de conhecimentos, observa-se que as ações do GTTEA desenvolveram-se de uma forma dialógica-problematizadora, conduzindo as mediações e as reflexões dentro de padrões que buscam o equilíbrio ambiental e social, bem como de estímulo à autonomia e à *auto-organização* das comunidades, além de lhe propor ferramentas de planejamento e elaboração de projetos.

Responsável pelo projeto que conduziu a formatação do CQTVR, consideramos que o ISA – entidade com atuação direta na região - também desenvolveu suas ações junto às comunidades quilombolas com procedimentos dialógicos, com uma atuação que potencializou a organização comunitária, o conhecimento local e a construção de processos participativos, de um turismo de baixa escala, em bases comunitárias.

Constata-se que o ISA tem seus procedimentos focados no diálogo e na troca de saberes, buscando o equilíbrio entre a missão da entidade e as demandas das comunidades, partindo do princípio de que a entidade deve sensibilizar e problematizar os limites e possibilidades, bem como fornecer as condições para que as comunidades tomam suas decisões. Em termos gerais, o ISA enquanto entidade atua dentro da ótica do *desenvolvimento sustentável*, mas lá na ponta, seus técnicos foram decisivos para o desenvolvimento de um turismo não mercantilizado.

Diante disso, compreendemos que particularmente a EAACONE, o GTTEA da Unicamp e o ISA, nesse processo histórico, foram as principais entidades que, de forma positiva, buscaram potencializar e fortalecer procedimentos para a autoaprendizagem das comunidades, realizando as mediações que possibilitaram que elas forjassem o desenho de um turismo não de hegemonia exploratória e consumista, mas de fortalecimento da cultura quilombola, de conservação ambiental e com *auto-organização* dos seus territórios.

Contudo, mesmo com os esforços constituído por meio da luta e resistência no território, compreendemos, diante do avanço da lógica neoliberal e individualista, que são inevitáveis as dificuldades e as contradições enfrentadas para construção da propriedade comunal, bem como para construção de um turismo não mercantilizado e contra hegemônico.

Sobre a propriedade comunal do território, destacamos as palavras de Maria Sueli Bernanga (2018), quando ressalta que isso ainda é um projeto inacabado e que exige um exercício constante, pois a ideologia da propriedade privada e da herança, por exemplo, sempre se manifesta como uma contradição constante. Pessoas que já estão fora da comunidade há mais de 20 anos às vezes retornam reivindicando a herança, num entendimento da propriedade individual; não entendem que se trata de um território coletivo constituído pela ancestralidade e identidade grupal de cada comunidade. É preciso destacar também que, legalmente, a maior parte dos territórios não foi oficialmente registrada, o que gera instabilidade e possíveis regressões a essa luta.

Em relação ao CQTVR, percebem-se, nas palavras de Raquel Pasinato (2018), que o *Circuito* ainda possui dificuldades para se desenvolver da forma como foi concebido, organizado de forma integral e em rede, envolvendo todas as comunidades e não só atividades soltas e restritas aos próprios territórios. Ainda com base na entrevista com Raquel Pasinato (2018), vimos que esse limite no funcionamento integral do *Circuito* se dá também pela falta de acompanhamento contínuo em longo prazo, seja pela parte do próprio ISA, que só obteve recurso para manter as ações durante a vigência do projeto, seja pela ausência de um serviço de ATER público contínuo e de qualidade, como nos relatou Thiago em entrevista em 2018.

Acerca das contradições e dificuldades enfrentadas pelo CQTVR, vale destacar que se trata de um grupo em luta contra o sistema do capital. Dessa forma, há que se considerar as condições objetivas em que eles levam sua proposta de turismo, que ora corroboram, ora contrariam e não raramente desafiam a proposta do turismo convencional exploratório e capitalista.

Importante destacar que ainda temos poucas pesquisas que buscam analisar criticamente as experiências de luta e resistência das CRQ articuladas ao turismo e as relações com as diferentes EA que vêm trabalhando com CRQ, o que garante originalidade a esta pesquisa. Torna-se sugestível, para pesquisas futuras, analisar mais profundamente esse processo que envolve CRQ e intelectuais situados em diferentes EA. Compreendemos que pesquisas nesse caminho possam estabelecer mais subsídios para construção de uma proposta de ação mais dialógica e crítica, bem como de alternativas para descolonizar o conhecimento científico e o turismo.

Apesar das contradições e dificuldades, compreendemos que o propósito e a razão de ser do turismo desenvolvido pelos remanescentes de quilombos em torno do CQTVR escapam a uma lógica capitalista e puramente mercantil, assumindo características de luta e resistência pelo território como instrumento de diálogo, comunicação e apresentação de sua história e sua cultura à sociedade.

Para finalizar, faz-se imperioso destacar que, durante o processo de construção dessa tese, em consequência do golpe de 2016, que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff e, posteriormente, na eleição presidencial de Jair Messias Bolsonaro em 2018, os direitos quilombolas e de outros grupos sociais do campo e da cidade se encontram ameaçados.

Bolsonaro chegou ao planalto prometendo que, se dependesse dele, “não teria um centímetro demarcado para reserva indígena e quilombola”, além de declarações racistas fazendo referência direta aos remanescentes de quilombos do Vale do Ribeira, região onde o Jair cresceu e passou parte da sua juventude<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> Segundo declaração de Bolsonaro no clube Hebraica, na zona sul do Rio, “O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais”. Disponível em:

Vistos os acontecimentos dos últimos dois anos relacionados à questão ambiental com o aumento das queimadas e a célebre frase do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, sugerindo *passar a boiada*, bem como a precarização e o desmonte do INCRA, para citarmos apenas dois exemplos, constata-se que, além de não demarcar terras indígenas e quilombolas, o governo federal vem trabalhando arduamente para aumentar o número de terras para o agronegócio e para a mineração, dando novo impulso à acumulação primitiva permanente (NOVAES; MACEDO; CASTRO, 2019).

No caso do Estado de São Paulo, João Dória, que foi eleito governador apoiando Bolsonaro em 2018 – e que hoje tenta se desvincular da aliança *BolsoDória*, constata-se que as dificuldades dos quilombolas, para terem seus direitos assegurados, não difere muito do propósito federal.

Destaca-se, por exemplo, as informações que coletamos durante a reunião sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Vale do Ribeira em setembro de 2020 como parte do Programa Vale do Futuro, lançado pelo governo Dória, que contraditoriamente, ao mesmo tempo que discursava sobre o desenvolvimento do *Circuito Quilombola Paulista* de sua importância para a região, propunha a extinção do ITESP, entidade supostamente responsável para desenvolver o *Circuito* junto às comunidades.

Com o avanço da pandemia de Covid-19, não foram poucas as denúncias da EAACONE, da CONAQ e de outras entidades, por meio das mídias sociais e das diferentes *lives* debatendo a questão da pandemia e da saúde das populações quilombolas, notificando as dificuldades e a falta de acompanhamento técnico e médico para esses territórios.

---

<http://www.justificando.com/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 29 jan. 2021.

Contudo, apesar do cenário de adversidades, constatamos que as CRQVR continuam organizadas e articuladas na luta pelo reconhecimento dos territórios, pelo fortalecimento da identidade quilombola e pela manutenção de seu modo de vida. A partir dessa consciência de luta, continuam resistindo à lógica mercantilizante do capital e propondo formas alternativas e contra hegemônicas de organização produtiva e territorial, conforme esta tese procurou demonstrar.

Para tanto, destacamos a importância de mais entidades sensíveis à luta da classe trabalhadora em geral e das comunidades quilombolas em particular, desenvolvendo mediações entre o saber científico e o popular, potencializando o diálogo, as trocas de saberes e a autoaprendizagem dessas populações. Essas relações são fundamentais para se criarem processos consistentes de luta contra a lógica capitalista de posse e uso da terra, da natureza e dos sujeitos.



## Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGUIAR, Hetienne Juliani Pontes de Aguiar; SOUZA Silvana do Rocio. **Circuito Quilombola (Eldorado-SP): possibilidades para o turismo cultural**. CENÁRIO, Brasília, v.5, n. 8, p. 98– 11. ago. 2017.

ANDRADE, Tânia (Org.). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: Imep, 1997.

ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto. **Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico] o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. (Mundo do trabalho).

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o dialogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* [online], Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 7-38, 1997.

BAIOCCHI, Mari Nasaré. **Kalunga** - Povo da Terra. 2. ed. Goiânia: CEGRAF-UFG, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Democracia e Cidadania**. *Revista Pólis*, São Paulo, n. 14, 1994.

BIM, Ocimar José Baptista; FURLAN, Sueli Angelo. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira/SP**: conservação, conflitos e soluções socioambientais. São Paulo: AGRÁRIA, n. 18, p. 4-36, 2013.

BONETTI, Lucas A.; CANDIOTTO, Luciano Z. P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). *In: Encontro Nacional de Geografia Agrária*, 21, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei n. 7.668**, de 22 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares (FCP) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 418**, de 10 de janeiro de 1992. Aprova o Estatuto da Fundação Cultural Palmares (FCP), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1992.

BRASIL. **Lei n. 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, seção 1. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**: Diretrizes, Metas e Programas. Brasília: Mtur, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**: Versão Final, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Brasília: Grupo de Trabalho Ater, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Mtur, 2004a.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Operacionais. Brasília: Mtur, 2004b.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Cadernos e Manuais de Segmentação**. Brasília: MTUR, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo (2007-2010)**. Brasília: Mtur, 2007.

BRASIL. **Instrução Normativa INCRA nº 57**, de 20 de outubro de 2009. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília: Mtur, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Mtur, 2010a.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Mtur, 2010b.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Mtur, 2010c.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Embratur 50 anos: uma trajetória do turismo no Brasil**. Brasília: Mtur, 2016.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), Brasília – DF, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania**. A reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRITO, Leonardo Leonidas de. **O intelectual e o desmonte do Estado no Brasil**: Luiz Carlos Bresser-Pereira e o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2016.

CAMPOS, Luiz Claudio A. M; GONÇALVES, Maria. H. B. **Introdução a Turismo e Hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac, 1998.

CAMPOS, Aline. **Proposta de mosaico de unidades de conservação para o continuum ecológico de Paranapiacaba (SP): estratégia de conservação**

possível? Trabalho de conclusão de curso (licenciatura e bacharelado - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2011.

CANCLINI, Néstor Gacia. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução Claudio Novaes Pinto Coelho. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1983.

CANDIOTTO, Luciano Z. P. **Turismo rural na agricultura**: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR), Município de Colombo - PR. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. et. al. **Quem faz o que pela Mata Atlântica** – 1999-2000: projeto avaliação dos esforços de conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais da Mata Atlântica. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **O novo mundo rural, sustentabilidade, globalização**. Estudos sociedade e agricultura. n. 11, Rio de Janeiro: UFRJ, out. 1998.

CARRIL, Lourdes de Fátima B. **Terras de Negros no Vale do Ribeira**: Territorialidade e Resistência. Dissertação de mestrado, São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

CARVALHO Cristina Amélia Pereira de. **Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência:** questões complementares ou contraditórias na atualidade das organizações não governamentais? (1999), XXIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Foz do Iguaçu, 1999.

CARVALHO, Maria Celina Pereira. **Bairros negros do Vale do Ribeira:** do “escravo” ao “quilombo”. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

CASTELLI, Geraldo. **Turismo: atividade marcante do século XX.** Caxias do Sul: Educs, 1990.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. Fundamentos da ideia do empreendedorismo e a formação dos trabalhadores. In: CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. (Org.). **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil:** pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 90. Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo:** dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2005.

Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil.** Goiânia: CPT, 2019.

CONAQ. **Quem somos:** Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. Disponível em <http://conaq.org.br/nossa-historia/>. Acesso em 20 set. 2019.

CORIOLOANO, Luzia. N. M. T. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário:** Atores e Cenários em Mudança. Fortaleza: Uece, 2009.

CRUZ, Rita de C. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005

CRUZ, Rita de Cássia A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira *In*. BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTY, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DAL RI, Neusa; VIEITEZ, Candido Giraldez. Gestão associada e democrática nas escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In*: RODRIGUES, Fabiana C. et. al. **Movimentos Sociais Trabalho Associado e Educação para além do Capital**. 1. ed. v. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

DAL RI, Neusa Maria. Um panorama dos novos movimentos sociais latino-americanos e a pedagogia do trabalho associado. In. NOVAES, Henrique Tahan; DAL RI, Neusa Maria. **Movimentos sociais e crises contemporâneas**. 1ª ed. v. 2. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e Meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo:** meio-ambiente, história e população. Texto originalmente preparado para o CENPEC, 2007.

DUTRA, Nivaldo Osvaldo. **Retalhos da Memória:** os negros de Mangal/Barro Vermelho – comunidade quilombola do Médio São Francisco. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **Significado do Protesto Negro.** São Paulo: Expressão Popular: coedição Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FRATUCCI, Aguinaldo C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo:** as possibilidades das redes regionais de turismo, Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudencio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In:* Fazenda, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1991.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, mai./ago., p. 333-513, 2011.

GONÇALVES, Carlos W. P. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **Geographia** (UFF), Niterói, v. 2, p. 67-88, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. vol. 2. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; coedição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002. vol. 5.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GROPPO, Luiz A. Turismo e humanização. *In*: CANDIOTO, Marcela F.; GROPPPO, Luiz A. (Orgs.). **Turismo: viajar, incluir humanizar**. Taubaté-SP: Cabral editora e livraria universitária, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, 2001a.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. **Estudios Sociológicos**, São Paulo, v. XX, n. 61, p. 147-162, 2001b.

HAAG, Carlos. Dossiê Gilberto Freyre. *In*: **Entre Livros**. São Paulo, Ano I, nº 8, p. 28-44 2005.

- KASSAB, Álvaro. **A UNICAMP vai aos quilombos do Ribeira para ensinar e aprender.** Jornal da Unicamp, edição 233, 13 a 19 out. 2003. Disponível em:  
[https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/outubro2003/ju233pag06.html](https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2003/ju233pag06.html) Acesso em: 13 ago. 2019.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.
- LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo. C. **Economia do turismo.** Ed. Atlas. 2001.
- LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez/Cedec, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Vol. IV, n. 2, p. 333-354, 2000.
- LINERA, A. **A potência plebeia.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- LOPES, Rose Mary Almeida (Org.). **Ensino de empreendedorismo no Brasil:** panorama, tendências e melhores práticas. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
- MACEDO, Maria Bezerra. **Quando planos públicos são elaborados por consultoria privadas:** o PRODETUR/NE e a terceirização na política pública. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. *In.* MARX, Karl. **A Revolução antes da Revolução.** 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, Thiago Sebastião; SOUZA, José Gilberto. Reforma agrária e turismo: primeiras aproximações teórico-críticas. **Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 121-139, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: Quilombos Insurreição Guerrilhas. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Claudio et. al. Os Mosaicos de Conservação na região do Vale do Ribeira, São Paulo: considerações sobre os processos de criação. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, Ano XI, Vol. 11, n. 1, p. 59-73, 2011.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: Quilombos Insurreição Guerrilhas. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, Fundação Maurício Grabois, 2014.

MOURA, Clóvis. **Florestan Fernandes e o negro**: uma interpretação política. Fundação Maurício Grabois. Publicado 14 de jan. 2014a.

MOURA, L P. **Diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos rurais do município de Rosana**. Rosana: Campus Experimental de Rosana, 2005. 15 f. Projeto de Pesquisa enviado a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2005

MULLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. São Paulo: Edição Literal, 1922.

MÜLLER, Geraldo. **Estado, Estrutura Agrária e População**. Ensaio Sobre Estagnação e Incorporação Regional. Cadernos CEBRAP nº 32, Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Claudio. **A Autogestão Comunal**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. *In*: LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 1999.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido** – a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério Fernandes; CASTRO, Fábio. A atualidade da acumulação primitiva: roubo e cercamento de terras nos séculos XX e XXI. *In*. NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério Fernandes; CASTRO, Fábio. **Introdução à crítica da economia política**. Marília: Lutas Anticapital, p. 369-394, 2019.

NUNES, Edson. Carências urbanas, reivindicações sócias e valores democráticos. Lua Nova. **Revista Cultura e Política**, n. 17. São Paulo. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451989000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200005). Acesso em: 01 mai. 2019.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural – ABCAR (1948-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2013.

OURIQUES, Helton R. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PAIVA, Odair da Cruz. **A ação da Secretaria da Agricultura no litoral sul e Vale do Ribeira de Iguape nas décadas de 1930 e 1940**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 1993.

PARÁ. **Decreto N.º 3.572**, de 22 de julho de 1999. Institui a Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Pará e dá outras providências. Belém: Palácio do Governo, 1999.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 3239**, de 24 de junho de 2004. Brasília, DF, 2004.

PASINATO, Raquel. **Planejamento Territorial Participativo**: Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP. São Paulo: ISA, 2012.

PINTO, Maria Ap. Mendes. **MOAB**: A saga de um povo. Iguape: Gráfica Sonset, 2014.

PIRES, João Henrique Souza. **Uma análise da proposta de formação técnica para o processo de transição agroecológica na escola “José Gomes da Silva”, MST-PR**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, 2016.

PRETTO, J. M. **Amplitude e restrições ao acesso de PRONAF investimento no Rio Grande do Sul** – Um estudo das três operações de financiamento envolvendo Cooperativas de Crédito Rural, Cooperativas de Produção Agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Dissertação de Mestrado, FCE – URGs 2005.

RAMEH, Ladjane Milfonte; SANTOS, Maria Salette Tauk. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontro e desencontros no campo de Pernambuco. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 49-66, abr. 2011.

RAMOS, Duvitiliano. A posse útil da terra entre os quilombolas. *In*: NASCIMENTO, Abdias. **O Negro Revoltado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 153-164, 1982.

REZENDE DA SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, Territórios quilombolas e a conservação da natureza**. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

ROMÃO, Devancyr A. et. al. As comunidades rurais do Vale do Ribeira e uma nova visão do negócio agrícola. *In*: ROMÃO Devancyr A. et. al. **Vale do Ribeira: um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais**. Brasília: MDA/NEAD, p. 69-98, 2006.

RULE, John. **Clase obrera e industrialización**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.

RYBCZYNSKI, Witold. **Esperando o fim de semana**. Rio de Janeiro: Record, 2000

SANTOS, Kátia M. Pacheco dos; TATTO, Nilto. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eldorado: Instituto Socioambiental, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton, SILVEIRA, María Laura. **O Brasil Território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988):** um estudo das demandas por direitos. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SÃO PAULO. **Decreto n. 40.723**, de 21 de Março de 1996. Institui Grupo de Trabalho para os fins que especifica e dá providências correlatas. São Paulo: Palácio dos Bandeirantes, 1996.

SÃO PAULO, Sec. da Justiça da Defesa e da Cidadania. **Relatório Técnico-científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo São Pedro**, no Vale do Ribeira/São Paulo. Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. Gabinete da Coordenadora, Assessoria de Quilombos, 1998.

SÃO PAULO, CODIVAR, CBH/RB, UVEVAR. **Pronunciamento do governador do Estado de São Paulo em 11 de março de 2000.** In Fórum de Desenvolvimento do Vale do Ribeira: caminhos do futuro uma proposta sustentável. Registro: CODIVAR, 2000. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/22D00081.pdf>. Acesso em: 07 out. 2020.

SANTANA, Ivie Nunes de. **O planejamento turístico como instrumento de legitimação cultural em território quilombola.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2008.

SCHIOCHET, Valmor. Da Democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: BENINI et. al. **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas públicas de Economia Solidária.** 1. ed. Vol. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SEMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

SILVA, José Graziano da. **Processo técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, IE, 2002.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. ACAR muda estilo de trabalho. **Revista Coopercotia**, São Paulo, p. 17-21, Outubro, 1969.

SIQUEIRA, Deis. **História social do turismo**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília-DF: Ed. Vieira, 2005.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos do ajuste neoliberal na América Latina**. Questões da Nossa Época nº 70. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Cleonice Borges de; CAUME Daivid José. **Crédito rural e agricultura familiar no Brasil**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

SOUZA, J.G. A Geografia agrária e seus elementos de crítica sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 34, p. 147-176, 2010.

SOUZA, Rodrigo Gonçalves. **Luta por reconhecimento e processo legislativo**: a participação das comunidades remanescentes de quilombos na formação do art. 68 do ADCT. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, 2013.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 93-110, out. de 1998.

SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). **O direito à terra das Comunidades Quilombolas** (Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Brasília: Sociedade Brasileira de Direito Público, 2002.

TAVEIRA, Marcelo da Silva; FONSECA, Maria Ap. Pontes da. **Neoliberalismo, Políticas Alternativas de Turismo e Comunidade Local no Litoral Potiguar**. São Paulo: VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 2009.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe trabalhadora inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v. II.

TODESCO, Carolina. **Estado e Terceiro Setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2007.

TODESCO, Carolina. Presença ausente e ausência presente do Estado na produção do espaço para o turismo no Vale do Ribeira paulista. **Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia**, n. 9, 2010.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo C. **Política nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização**. Book of proceedings Vol. I – International Conference on Tourism & Management Studies: Algarve, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo; ed. ATLAS, 1987.

ZIBECCHI, Raul. **Dispersar el poder**. Buenos Aires: Tinta Limon, 2006.



## **SOBRE O LIVRO**

*Catálogo*

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

*Normalização*

Lívia Pereira Mendes

*Diagramação e Capa*

Mariana da Rocha Corrêa Silva

*Assessoria Técnica*

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial  
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Desse modo, esta obra apresenta uma contribuição para o entendimento das lutas e das formas de resistência das Comunidades Quilombolas na sociedade capitalista e, de forma específica, das possibilidades de desenvolvimento de projetos alternativos, que buscam um desenvolvimento econômico autônomo aliado à produção de conhecimento científico.

Apresentar um estudo que coloca em epígrafe a experiência econômica e científica de Comunidades Quilombolas que lutam pelo seu território e por justiça é também um ato de resistência. Desse modo, os atributos positivos deste livro o elevam a uma leitura de referência para os leitores e leitoras interessados na temática.

NEUSA MARIA DAL RI

Neste livro, resultado de amplo levantamento bibliográfico e documental, e relevante investigação empírica para o entendimento do objeto de estudo, João Henrique Souza Pires busca analisar o impacto da atuação de Entidades de Apoio que desenvolvem trabalhos ligados à capacitação, formação, assessoria, assistência técnica e extensão na organização do turismo em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

O autor debruça-se sobre questões teórico-metodológicas que orientam o trabalho dessas entidades nos territórios quilombolas, demonstrando, por meio da discussão dos resultados de sua extraordinária pesquisa, que as atividades ali desenvolvidas são pautadas por uma lógica crítica, horizontal, dialógica, problematizadora e de troca de saberes com os povos tradicionais que desenvolvem o *Circuito Quilombola de Turismo Comunitário do Vale do Ribeira*.

Desse modo, trata-se de uma obra fundamental para aqueles que buscam conhecer a resistência e a luta histórica dos quilombolas pelo reconhecimento de seus territórios e preservação de seu modo de vida. Ademais, o autor aponta que as práticas formativas de assistência técnica desenvolvidas ali, ao contemplarem um turismo voltado para a valorização do território e a auto-organização dos sujeitos quilombolas, potencializam o processo de resistência dessas comunidades e se contrapõem ao sistemático avanço de setores do agronegócio, da especulação imobiliária e da mineração sobre áreas quilombolas, setores estes regulados pela lógica capitalista e destruidores das culturas tradicionais.

João Pires, assim, desnuda ao leitor as evidências históricas dos quilombolas como “classe em si” no contexto das lutas empreendidas no Vale do Ribeira.



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
Editora



Programa PROEX/CAPES:

Auxílio N° 396/2021

Processo N° 23038.005686/2021-36

ISBN 978-65-5954-318-2

